

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
LITERATURA E CULTURA**

ARETHA LUDMILLA PACHECO LIRA BARROS

**O CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO:
DIÁLOGOS ENTRE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA**

São Cristovão-SE

Abril, 2013

ARETHA LUDMILLA PACHECO LIRA BARROS

**O CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO:
DIÁLOGOS ENTRE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do título de Mestre na Linha de
Pesquisa: Literatura e Cultura do
Programa de Pós- Graduação em Letras
da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de
Araújo Sá.

São Cristovão-SE

Abril, 2013

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Barros, Aretha Ludmilla Pacheco Lira
B277c O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: diálogos entre
literatura, história e memória / Aretha Ludmilla Pacheco Lira
Barros; orientador Antônio Fernando de Araújo Sá. – São
Cristóvão, 2013.
273 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de
Sergipe, 2013.

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Literatura e história.
I. Aguiar, Cláudio, 1944- .Caldeirão. II. Sá, Antônio Fernando de
Araújo, orient. III. Título.

CDU 821.134.3(81).09

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Susana Souto Silva-Examinadora Externa
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística/Universidade Federal de
Alagoas

Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero-Examinador Interno
Programa de Pós-Graduação em Letras/ Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá-Orientador
Programa de Pós-Graduação em Letras/Universidade Federal de Sergipe

Aprovada em:
São Cristovão, 7 de dezembro de 2012

Aos amores da minha vida:

Livinha, Cícera, Osman, Rubens, Apolo e Marvin.

Agradecimento

Agradeço a Jeová, meu Deus, pela vida, pelas pessoas, pela mão protetora sobre mim, pelas inúmeras alegrias, pelo equilíbrio e pela força.

Agradeço aos meus pais, Cícera e Junior, por terem oferecido o melhor de si a mim e à minha irmã. Sem reservas, nos deram uma grande porção de amor e de respeito. Sempre estiveram ao nosso lado, orientando ou apenas apoiando nossas decisões. Agradeço a paciência que tiveram para ouvir os resmungos, reclamações, preocupações e por ficarem ao meu lado nos momentos tensos. Amo vocês.

Agradeço à minha irmã, Livinha, que esteve ao meu lado sempre. Agradeço a felicidade que me deu desde que chegou à minha vida, quando tive notícia da sua existência. Agradeço a sua criatividade e seu dinamismo que dão mais leveza à vida. Agradeço por sempre me injetar ânimo, por estimular em mim os melhores sentimentos. Ela é sem dúvidas minha melhor amiga.

Agradeço a alegria que Apolo e Marvin, meus dois peludos, me dão todos os dias. Agradeço por me contagiarem com seu bom humor.

Agradeço ao meu marido, um parceiro para todas as horas. Desde o namoro sempre muito compreensivo e amoroso. Agradeço sua paciência com minha disponibilidade tão indisponível, afinal os dois curtos anos deste curso foram plenamente preenchidos com a pesquisa. Agradeço por ser sempre tão sereno e por me dar paz.

Agradeço às amigas Meyre e Dani por toda a ajuda, carinho e atenção dispensados nestes dois anos. Além de profissionais competentes, de uma solicitude ímpar, tornaram-se amigas e companheiras. Meninas, vocês foram um presente bonito que gostei de receber. OBRIGADA!

Agradeço à Profa. Lêda por sua atenção e carinho. Apesar das suas tantas atribuições, vem cumprindo com dignidade seu papel enquanto pesquisadora, professora e coordenadora do NPGL. É digno de nota a sua dedicação e dinamismo acadêmico.

Agradeço ao Prof. Fernando Sá por aceitar orientar este trabalho e fazer isso de forma diligente.

Agradeço ao Prof. Afonso Fávero por ter dado valiosas contribuições a esta pesquisa.

Agradeço a Profa. Susana Souto por seus largos sorrisos que davam alegria às tardes na UFAL durante a graduação. Agradeço as suas aulas sempre novas e interessantes. Agradeço por ter estimulado em mim a vontade de fazer pesquisa em Literatura. Agradeço sua doçura, sua falta de arrogância, sua gentileza e disponibilidade constantes.

Agradeço aos amigos que o trabalho me deu. No início, Wanderson e Léo, depois Luiz Henrique... Depois: Deja, Carol, Raquel, Luíza, Adson... Sempre dispostos, sempre ao meu lado, sempre disponíveis, são como irmãos para mim. Obrigada por fazerem parte da minha vida.

Agradeço aos amigos que fiz no mestrado pela união, pela parceria, pela cumplicidade, pela ajuda mútua, pela generosidade e pela amizade que foi além dos muros da universidade. Agradeço em especial a Nina e Adriana com quem tive a oportunidade de desenvolver uma amizade sincera e de dividir interesses, livros, ideias, segredos e pessoas. Foram companheiras de estudo, de boas risadas, de reclamações. Foram um grande presente que eu não esperava receber. Duas criaturas de beleza encantadora.

Agradeço aos amigos que a vida me deu: Thiala, Thaís, Paola, Brígida, Filipe, Adriana, Andréa, Nel, Júlio, Hugo e Marcelo. Agradeço a vocês pela amizade e por fazerem minha vida ser mais fácil e feliz.

Enfim, enquanto viver serei grata a todos que fizeram e fazem parte da minha vida.

[...] Entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.

Walter Benjamin

RESUMO

Este trabalho tomou por objeto o romance *Caldeirão* (1982) de Cláudio Aguiar, na busca por estabelecer os diálogos construídos entre Literatura, História e Memória. O cunho histórico do romance é nítido, em especial, por conta da coincidência entre os relatos de *Caldeirão* e os registros acerca do evento. Preocupação evidente no romance, de particular importância nesta pesquisa, é o resgate da memória do massacre do Caldeirão por parte da força pública do Ceará, e a reivindicação do seu direito à história. *Caldeirão* se propõe, como disse claramente Cláudio Aguiar, a contar a história dos vencidos, uma versão da história que foi omitida. Analisamos como a Literatura transformou em ficção um evento real, usando a memória como principal ferramenta. O Sertão é o palco onde se passa a história do romance e o evento histórico do massacre do Caldeirão. Assim, percorremos o Sertão através de alguns nomes que trouxeram ricas contribuições ao tema, como Albertina Vicentini e Janaína Amado. Lançando base para a análise que empreendemos, optamos por conceitos menos tradicionais e estancos acerca da História e da Literatura. Acerca das proximidades entre Literatura e História, foram-nos bastante úteis as discussões e ponderações feitas por Hayden White, Jorge Luiz Borges, Roger Chartier, Antonio Candido e Michel de Certeau. A Memória e sua relação com a História e com a Literatura foi peça chave para atingirmos o objetivo ao qual nos propomos. Pensamos a Memória enquanto uma leitura do passado posicionada no tempo presente. Observamos e analisamos as memórias da comunidade Caldeirão, a sua versão da história. Como eles enxergaram e relataram enquanto grupo, o massacre ali ocorrido. Os principais teóricos usados nesta discussão foram: Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Jean-Marie Gagnebin, Maurice Halbwachs e Jean-Pierre Rioux. Fez parte da discussão os limites entre essas disciplinas, em que medida se assemelham e em que ponto se bifurcam.

Palavras-chave: Caldeirão, Literatura, História, Memória.

ABSTRACT

This work will take as subject *Caldeirão*, a Claudio Aguiar's novel, for establishing the dialogues built between Literature, History and Memory. The historic nature of the novel is clear, in particular, due to the coincidence between the Caldeirão reports and the records about the event. Evident concern in the novel, of particular importance in this research, is to rescue the Caldeirão massacre's memory by Ceará public force, and claim their history right. *Caldeirão* is proposed, as Claudio Aguiar said clearly, tell the vanquished story, a history version that has been omitted. We'll analyze how literature has transformed into fiction a real, event using memory as the main tool. Sertão was the stage where the story takes place in the novel and where the historical event of Caldeirão's massacre happened. Therefore, we coursed Sertão by some names that brought valid contributions to that subject, as Albertina Vicentini and Janaína Amado. For the analysis base, we opted for less traditional History and Literature concepts. About the proximities between Literature and History, we had useful discussions and considerations made by Hayden White, Jorge Luis Borges, Roger Chartier, Antonio Candido and Michel de Certeau. Memory and its relation to History and Literature was a key to achieve our goal in this work. We consider memory as a way to read the past being positioned at the present time. We observed and analyzed the Caldeirão's community memories, their version of that history. How the massacre occurred was seen and reported by the community as a group. The main theorists used in this discussion were: Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Jean-Marie Gagnebin, Maurice Halbwachs and Jean-Pierre Rioux. It will be part of the discussion the limits between these disciplines, to what extent are similar and where they're fork.

Key-words: Caldeirão, Literature, History, Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. O Caldeirão de Cláudio Aguiar	9
1.1 O sertão na Literatura	10
1.2 Cronologia do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto	18
1.3 Cláudio Aguiar e o <i>Caldeirão</i>	22
2. Caldeirão: Nos meandros entre ficção e realidade	34
2.1 A Literatura na História/ A História na Literatura	38
2.2 A História transformada em ficção	45
2.3 A Literatura contando a História do Caldeirão.....	57
3. As memórias do Caldeirão	65
3.1 O que é memória?.....	65
3.2 Memória individual e memória coletiva	68
3.3 A experiência de narrar e o ato de lembrar	71
3.4 Uma leitura das memórias do Caldeirão.....	73
4. Considerações Finais	89
ANEXO I	94
ANEXO II	98
ANEXO III	103
ANEXO IV	104
5. Referências Bibliográficas	111

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX é marcada por um movimento de retomada da história. Percebemos que muitos grupos sociais reclamaram seu papel enquanto agentes no processo que agrega simultaneamente história, política e sociedade.

Nesta discussão abre-se espaço ao que foi submetido a um lugar menor na história, que propositadamente recebeu menos visibilidade e praticamente caiu no esquecimento. Versões da história que, por serem narradas a partir do “discurso dos vencidos”, foram consideradas menos importantes e por isso conhecidas por uma parcela pequena da população.

Minorias relegadas a uma condição marginal, como mulheres, negros e gays destacaram-se por seu engajamento na reivindicação de direitos humanos. Foram os grupos que lutaram com maior intensidade por condições de vida mais dignas, dos quais temos notícia.

Dentro desse tema encontramos seus contemporâneos. São de mesma data os investimentos na memória. Os interesses políticos tiveram atuação especial no discurso historiográfico, direcionando a seleção dos eventos que iriam ou não compor o panorama histórico que ficaria à posteridade. Muitos teóricos, críticos, pensadores, ensaístas iniciaram, então, um percurso de busca das memórias obscurecidas, apagadas e não registradas.

É desta época também o livro *Caldeirão* de Cláudio Aguiar. *Caldeirão* é uma narrativa baseada em um evento real, o massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na região do Cariri cearense.

Caldeirão da Santa Cruz do Deserto foi o nome dado a um arraial situado no Cariri, mais especificamente na região do Araripe, nas proximidades de Juazeiro do Norte e Crato. No sítio existia uma fenda geológica que criava uma espécie de açude natural, daí o nome Caldeirão. Aquele lugar abrigou a comunidade liderada pelo beato José Lourenço entre as décadas de 20 e 30. Padre Cícero havia o comissionado a cuidar dos romeiros que chegavam em grande número a Juazeiro. Apesar de estar entre as principais insurreições rurais de cunho messiânico no

Brasil, junto a Canudos e ao Contestado, existem pouquíssimos registros a seu respeito. A grande maioria nunca ouviu menção alguma ao fato.

O massacre ocorreu na década de 30, no entanto, os registros de maior fôlego sobre o tema apareceram apenas nos anos 1960. As maiores referências são *Cangaceiros e Fanáticos* de Rui Facó (1963), *Caldeirão* de Francisco Régis Lopes (1991) e *Caldeirão* de Cláudio Aguiar (1982). A proposta desses autores, à semelhança de outros de sua geração, é fazer um trabalho de resgate da memória dos esquecidos e dos vencidos. A história do massacre de Caldeirão, em parte esquecida, em parte distorcida, é contada novamente, sob outro viés.

Através do *Caldeirão* conhecemos uma versão da história diversa da que foi contada nos jornais da época. O que foi registrado sobre aquela comunidade acabou por construir uma imagem negativa a seu respeito. Os moradores de Caldeirão foram acusados de fanáticos, propagadores do comunismo e invasores de terra. Além disso, o que se contava a respeito de José Lourenço, o beato que liderava o arraial, é que ele usufruía um harém de virgens e que havia acumulado muitas posses.

A narrativa de Caldeirão reconstrói a identidade da comunidade através de Bernardino, remanescente do sítio. A história é enxergada e apresentada pelos olhos de um sobrevivente, ou de um homem-memória. Bernardino é a presença do passado no presente, é a voz do testemunho oral daquele grupo.

Agora, entramos em contato com os bastidores do Caldeirão da Santa Cruz e não com o que apareceu nos jornais. Conhecemos um negro, filho de escravos alforriados, a quem foi incumbida a comissão de liderar o grupo de retirantes que chegava a Juazeiro em busca do homem santo, Pe. Cícero. Junto àquelas pessoas que eram enviadas ao Caldeirão, Zé Lourenço construiu casas e igrejas, cultivou uma diversidade de cereais e hortaliças, criou gado e outros animais. Eles produziam praticamente tudo que precisavam e consumiam. Reuniram uma força de base igualitária, todos trabalhavam. Assim, sempre tinham excedente, que era acumulado ou vendido. Logo, a prosperidade ganhou fama e se espalhou pelas redondezas fazendo aumentar o número dos que se achegavam àquelas terras.

Nosso interesse principal neste trabalho é analisar como a história de Caldeirão foi transformada em ficção, ampliando os significados daquele evento e possibilitando ao leitor apreendê-lo sob outra ótica. Pretendemos também pensar em como a memória foi uma ferramenta primordial nas mãos do autor.

Ponto influente na escolha do livro foi o fato deste fazer parte das obras que releem o sertão e lhe dão uma nova face. O autor ter um trabalho relevante no meio literário e, apesar disso, não ter a mesma visibilidade das obras de autores consagrados no mercado editorial, também foi motivo de peso na decisão por Cláudio Aguiar. Levamos em conta o movimento de colocar na vitrine autores menos conhecidos dando aos leitores mais oportunidades e atualizando-os em relação aos escritores contemporâneos.

A fim de contemplar nosso objetivo neste trabalho, o dividimos da seguinte forma. Serão três capítulos. Um dedicado à história do Caldeirão e ao imaginário do sertão que o romance carrega. O segundo abordará as relações entre literatura e história, o que há em comum entre as duas disciplinas e o que as diferencia. Ainda no segundo capítulo, colocaremos em pauta como a história é transformada em ficção na obra estudada. No último capítulo analisaremos como a memória é inserida nesse processo. A memória é empregada como ferramenta principal para contar a história de Caldeirão. Ela é o veículo usado para construir uma versão nova sobre o massacre. Nesse capítulo iremos tentar estabelecer as relações entre história e memória, memória e narrativa, memória e esquecimento.

O primeiro capítulo intitulado “O Caldeirão de Cláudio Aguiar” irá situar o leitor em relação à produção de Cláudio Aguiar. Assim será possível reconhecê-lo dentro de dois grupos que compõem a mesma geração. Essa geração da década de 80 deu o pontapé inicial à discussão de dois temas que serão parte relevante do nosso trabalho: a releitura do sertão e o resgate de memórias apagadas.

Ainda referente ao primeiro capítulo estão os registros de duas entrevistas que foram resultado de uma pesquisa de campo feita no Cariri cearense, nos municípios de Juazeiro do Norte e do Crato, e na capital, Fortaleza. Nesses espaços tivemos acesso a lugares, memórias e pessoas que fizeram ou fazem parte de forma direta ou indireta da história do Caldeirão.

O segundo capítulo, “Caldeirão: Nos meandros entre ficção e realidade”, nos dará o embasamento teórico para as discussões desenvolvidas. Começamos por falar dos aspectos ficcionais presentes no discurso histórico. A história, apesar de soar mais científica que a Literatura, não é tão objetiva quanto parece. Mesmo quando falamos de história do presente, não temos acesso a ela de forma direta. A maioria dos fatos dos quais tomamos conhecimento são mediados por algum canal. Este canal, por sua vez é manipulado por um homem. A questão é: apesar de história e literatura apresentarem propostas diferentes, não podemos tratar a história como discurso puro e exato. Do mesmo modo, não devemos achar que o veículo literário é um centro de excelência para divagações. À semelhança da literatura, a história passa por um filtro humano. À semelhança da história, a literatura é resultado de uma produção dentro dos limites da experiência humana, ou do que é por ela cogitado.

A historiografia enquanto discurso escrito irá lançar mão de técnicas ficcionais e fará irremediavelmente uma seleção tendenciosa do que irá registrar. Além disso, para que haja um registro inteligível dos fatos, o historiador precisará ordenar o todo fragmentado que é o amálgama histórico. As lacunas existentes entre um e outro acontecimento serão preenchidas pelo historiador. Parte da história será sempre criação do historiador. Portanto podemos encarar o conteúdo histórico como ficcional, mesmo que em parcela mínima.

Depois de expor e discutir alguns pontos que serão indispensáveis ao desenvolvimento do tema, ingressaremos no romance propriamente dito. Analisaremos como foi operada a ficcionalização da história de Caldeirão. Por que *Caldeirão* não pode ser confundido com um documento ou com texto de qualquer outro gênero senão o narrativo. Em quais momentos do texto percebemos forte evidência da dramatização e dos recursos empregados para este fim.

No terceiro e último capítulo, “As memórias do Caldeirão”, iniciaremos um breve percurso teórico acerca da memória. Apresentaremos as abordagens de memória com as quais iremos trabalhar. Construiremos as pontes entre memória individual e memória coletiva, o que será de importante ajuda neste trabalho levando em conta que trataremos de um objeto que se pauta nas impressões individuais para tecer a identidade de um grupo. *Caldeirão* é o relato de um remanescente do sítio

liderado pelo beato que conta em detalhes a história daquela comunidade. Conta a história dos romeiros que começaram a se chegar a Juazeiro e acabaram por fazer parte daquele arraial que ganhou fama por todo o Nordeste. Percebemos assim que a memória se transforma em história, que a memória individual transforma-se em memória coletiva.

Nas Considerações Finais tentamos fazer um levantamento dos pontos chave da dissertação. Tentamos concluir especulando e provocando mais do que concluindo.

O objetivo desta pesquisa não foi perceber até que ponto o autor de *Caldeirão* foi fiel à história real, mas em que medida a ficcionalização deste evento permite-nos entendê-lo e discuti-lo. Num olhar macrológico, como a literatura consegue ampliar nosso campo de visão acerca da sociedade, do homem e da história. Estudar o *Caldeirão* significa principalmente estudar literatura em seu aspecto mais problematizador. Nosso objetivo, numa discussão mais ampla, é estudar como a literatura possibilita e permite a apreensão de significados de forma mais complexa. Como a literatura consegue dilatar nossos sentidos e nos fazer enxergar e sentir mais do que faríamos naturalmente.

1. O Caldeirão de Cláudio Aguiar

Caldeirão foi o nome da comunidade que viveu no cariri cearense, próximo à cidade do Crato entre as décadas de 1926 e 1936. Sob a liderança do beato José Lourenço, o trabalho conjunto dos moradores fizeram aquelas terras, conhecidas pelo terreno acidentado, pedregoso e infértil, começarem a produzir. O Caldeirão se tornara um lugar aprazível, um lugar bom para se viver diante da miséria e da seca que vinha assolando o sertão. Logo sua fama se espalhou e pessoas de todas as partes do Nordeste migravam para o Cariri em busca de melhores condições de vida. Aquilo começou a chamar a atenção das autoridades do Estado e da Igreja. O enquadramento dos marginais pelo autoritarismo dos anos 30 gerou a perseguição ao Caldeirão que também era uma comunidade que vivia à margem da sociedade.

Logo após a morte de Pe. Cícero as perseguições ao Caldeirão começaram e não demorou muito até que fossem forçados a desocupar o arraial. Os moradores do Caldeirão ficaram alojados nos sítios vizinhos e depois de um tempo retornaram. Foi o tempo em que alguns daquele grupo, sob a liderança de Severino Tavares armaram uma emboscada e atraíram os militares. Muitos foram mortos, dos dois lados. O governo enviou novamente suas tropas ao local, desta vez não restou nada, acabaram com tudo que viram pela frente.

Cláudio Aguiar transformou em ficção a saga do beato José Lourenço e dos fiéis que o acompanharam sertão afora. A história entra para literatura no romance homônimo à comunidade, *Caldeirão*. O trabalho conjunto e o poder de transformar a situação em que viviam em um modo de vida digno foram apresentados de forma elogiosa no romance. Sua religiosidade, longe de transformá-los em fanáticos, foi abordada como esteio do trabalho e das mudanças concretas que conquistaram.

Neste capítulo situaremos o leitor acerca do romance, do autor e do espaço/tema que permeia o livro: o sertão. Tentaremos responder a algumas perguntas como: Quem é Cláudio Aguiar? Em que contexto escreveu? Qual o lugar de *Caldeirão* no movimento de redemocratização da memória camponesa do Cariri? Faremos, ainda, uma breve cronologia do sertão na literatura, o que permaneceu e o que mudou na abordagem desse complexo, e muitas vezes caricato, universo.

1.1 O sertão na Literatura

O sertão é uma categoria tão arraigada na nossa identidade a ponto de ser imperativa na caracterização de algumas regiões do Brasil, como é o caso do Nordeste e do Centro-Oeste.

Originalmente o Sertão era uma palavra de sentido espacial, usada para designar o território que existia em oposição ao litoral. Hoje, no entanto, por ser uma categoria impregnada de significações, não pode ser limitada em seu aspecto físico-geográfico. Mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) refere-se ao Sertão designando-o em dois aspectos, físico e social, sendo uma sub-região “árida e pobre” (AMADO, 1995, p.145-151). Nas primeiras tentativas de elaboração de uma História do Brasil, o Sertão é figura proeminente, sempre em posição de alteridade em relação à costa, sendo uma categoria elucidativa da recém-nascida nação brasileira.

Depois do indianismo podemos dizer que o sertão foi o segundo grande investimento identitário da literatura. O sertão se configurou enquanto espaço singular da nação brasileira. O sertão era o que fazia parte somente do Brasil e o tornava diferente de qualquer outro lugar.

O uso do termo sempre esteve ligado às áreas desabitadas no interior do Brasil, que ainda desconheciam a “civilização”. Durante muito tempo os portugueses concentraram as atividades econômicas no litoral brasileiro, uma vez que o intuito era levar os bens aqui extraídos para Portugal, daí a importância dos portos. Usavam o sertão para designar as partes distantes, despovoadas, longínquas, situadas no interior do país. O sertão já era construído desde essa época em relação de oposição com o litoral.

Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvazia-se de sentido, tornando-se ininteligível e vice-versa. [...] Para o colonizador, “sertão” constituiu o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. (AMADO, 1995, p.7)

Com o passar do tempo, a palavra “sertão” começou a ser usada para designar lugares desconhecidos. O Sertão seria, portanto, todo e qualquer lugar que fosse estranho ao enunciador, independente de suas características físicas.

Para os miseráveis que não encontravam espaço na sociedade brasileira, o sertão representava esperança de uma vida melhor, distante da opressão e exploração que sofriam.

Janaína Amado fez menção ao Sertão enquanto categoria cultural:

Grande parte da denominada “literatura regionalista” tem o sertão como *locus*, ou se refere diretamente a ele. A chamada “geração de 30” (Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado e etc.), por sua vez, é a principal responsável pela construção dos conturbados sertões nordestinos, de forte conotação social. Entretanto, talvez o maior, mais completo e importante autor relacionado ao tema tenha sido João Guimarães Rosa (1956), o evocador dos sertões misteriosos, míticos, ambíguos, situado ao mesmo tempo em espaços externos e internos. [...] A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro. (AMADO, 1995, p.3)

Como mencionamos acima, ao sertão foi associada uma produção literária reconhecida como Literatura Sertanista ou Regionalista: aquela que trazia o Sertão como tema, como matéria. O interesse em legitimar-se enquanto Literatura Regionalista acabou, muitas vezes, por limitar a reinvenção do imaginário, pois caso não se seguisse um modelo preestabelecido não era possível construir identidade entre o texto e o Sertão. Percebemos, assim, uma repetição dos estereótipos ligados ao ambiente Sertão:

Os cangaceiros, boiadeiros, caatingas, veredas, jagunços, guerras e lutas no sertão, tropeiros, pagodes, festas de santos, quadrilhas, benzeduras, superstições, vaquejadas, corridas, mortes, violência, assombramentos, amores passionais, coronéis, cavaleiros, heróis, desvalidos, engenhos, parceiros, camaradas, rios, sóis, arroz com pequi etc., que povoam esse tipo de literatura, se são diferentes a cada livro, acabam por ser tão pouco diferentes e tão pouco de qualidade, que terminam iguais em todos eles, de Bernardo Guimarães a Hugo de Carvalho, de Graciliano Ramos a Guimarães Rosa (VICENTINI, 1998, p.42).

Todas estas figuras citadas por Vicentini nos são bem familiares porque as vimos repetidas, ainda hoje, por autores que escolheram o sertão como tema de suas obras, terminando por assumir a ideia de que para falar sobre o sertão não se

podia fugir a esses padrões. Não se trata de elidir do sertão seus componentes típicos, mas de reinventá-los. Estar atrelado a esses estereótipos e repeti-los de forma constante não só faz a literatura perder em qualidade como também impõe limites à criação. Acabamos tendo mais do mesmo e pouco de novo.

Mesmo conseguindo uma construção rica e atípica no texto, as referências que identificam a obra e a engendram na Literatura Regionalista estão presentes. As significações estão condicionadas a um rol de elementos prontos. Portanto, quando não se faz a devida crítica, não se estabelece um sentido político, social ou humano, quando se põe de lado a dimensão histórica, a narrativa se torna uma “vitrine de signos” (VICENTINI, 1998, p.43).

O sertão foi tema de diversas gerações ao longo da história literária. Faremos um breve percurso histórico citando os nomes de maior destaque que consagraram o sertão em obras que ganharam destaque.

Uma das nossas primeiras referências é o sertão romântico de José de Alencar com *O Sertanejo* (1875). O sertão é colocado como espaço intocado pela civilização, e justamente por isso consegue se preservar em sua mais pura originalidade, por meio dele a identidade da nação brasileira foi exaltada, ela encontrou no sertão seu espaço de singularidade.

No sertão realista, inaugurado por Franklin Távora, a identidade de “Romance brasileiro” é substituída por “Literatura do norte”. Távora declaradamente desejava destoar da narrativa alencariana, que segundo ele abusava da imaginação. O objetivo agora mudava de cor, *O Cabeleira* (1876), uma das obras mais conhecidas de Franklin Távora, não exaltava a nação brasileira, mas pretendia explorar a riqueza cultural do Nordeste sendo considerado um precursor da literatura que surgiria no século XX.

Em Euclides notamos um Sertão pobre, atrasado, e que é olhado de fora por alguém que não faz parte dele e que depois de observá-lo traduz as personalidades que o protagonizam. Em *Os sertões* (1902), Euclides da Cunha ficcionaliza a guerra de Canudos, e, não só dá visibilidade ao evento, impedindo-o de cair no esquecimento, como também apresenta à sociedade outro olhar acerca do ocorrido. Apesar de civilmente estar do lado das autoridades do Estado que se opunham

àquela comunidade e de se aliar àsquelas forças quando escrevia para os jornais, Euclides da Cunha defendia Canudos no romance, construindo no texto valores positivos acerca daquela irmandade. Todavia, em *Os Sertões*, o sertanejo é traduzido, ele é narrado pela fala do outro, pela ótica da classe dominante, fazendo o trabalhador camponês, o sertanejo semianalfabeto, permanecer em silêncio. A religiosidade popular e o misticismo eram vistos como fanatismo religioso, ignorância e foram altamente criticados pelo autor e pela sociedade da época. Muita coisa mudou nos anos correntes.

Evidenciamos uma mudança na forma que nossa literatura encara o sertão. Começando a ganhar destaque na década de 30, o sertão que nos é apresentado é construído em um universo simbólico que, por ter impactado com tamanha força a literatura, acaba por influenciar a forma de abordar o sertão em momentos posteriores. Essa Literatura foi chamada regionalista e instituiu a imagem mais tradicional e mais forte que temos do Sertão, principalmente a partir de imagens estereotipadas do Sertão e do sertanejo. O Sertão pobre e místico que é palco para o cangaceiro, para o jagunço, para o beato e para todos os elementos que são até hoje nossa primeira referência ao ouvir falar do Sertão.

Dentre os nomes de maior destaque na geração de 30 está Graciliano Ramos e seu romance de maior renome, *Vidas Secas* (1938). Apesar de Graciliano Ramos ser uma das maiores referências na chamada Literatura Regionalista, ele também se consagrou através de obras que se situam em outros espaços, como *São Bernardo*, *Angústia*, *Memórias do Cárcere*. Graciliano, com enfoque declaradamente sociológico, retrata o sertão da fome, da seca, das injustiças sociais e das migrações dos retirantes em busca de melhores condições de vida. Algumas personagens, como os filhos do protagonista de *Vidas Secas*, nem mesmo têm nome, são apenas “o menino mais velho” e “o menino mais novo”. Poucas vezes as personagens ousam falar, a verdade é que elas desenvolveram a linguagem de maneira precária e quase não conseguem se comunicar ou construir uma sentença completa. Assim, a figura do narrador, que não faz parte da narrativa, tem papel importante no enredo, pois dele depende o ato de contar a história.

A partir de 1956, através de Rosa o sertão começa a ser transfigurado e relido. As personagens estão revestidas, as imagens já viciadas que compunham o

cenário sertanejo são apresentadas de um jeito novo. Elas não correspondem mais de forma íntegra às personagens que seriam figuras tradicionais nos romances. São personalidades abertas, ambíguas, que se deixam revelar apenas em parte, cabendo ao leitor especular sua outra metade. Talvez por ter destoado dos outros romancistas que trataram do sertão em suas obras, Rosa não tenha sido classificado nos manuais literários como autor regionalista.

Guimarães Rosa, que, à semelhança de Graciliano, é um dos autores brasileiros de maior fortuna crítica, lança seu primeiro livro, *Sagarana*, em 1946, publicando 10 anos depois, em 1956, *Grande Sertão: Veredas*, no qual reinventa o imaginário sertanejo com suas personagens híbridas, com alto grau de complexidade psicológica, usando uma linguagem original que ora se aproxima da linguagem oral, ora é permeada por neologismos.

João Ubaldo Ribeiro também é um exemplo recorrente, não só pela reconhecida qualidade de sua obra, tendo recebido notórias premiações como o Jabuti de Literatura (1972) e o Prêmio Camões (2008), mas pela diversidade de sua atuação, sendo sempre figura ativa no campo jornalístico e nas Letras¹. Dentre os aspectos mais salientes em sua obra daremos destaque aos que nos são mais pertinentes nesta discussão.

Ribeiro retoma temas que marcaram grandes escolas literárias. Em *Sargento Getúlio* (1972) o escritor aborda um tema bastante recorrente na literatura, o sertão. Percebemos uma primeira ruptura na forma tradicional de abordar o Sertão, a estrutura da narrativa. *Sargento Getúlio* é um monólogo, vez por outra interrompido por diálogos. Interessante é que de início o direcionamento do monólogo é destinado ao prisioneiro o qual Getúlio foi incumbido de escoltar entre as cidades de Paulo Afonso e Aracaju. Depois, esse diálogo torna-se interno e Getúlio começa a pensar suas memórias segundo a impressão que os fatos lhe causaram. Em *Sargento Getúlio* o sertanejo é um ser político reflexivo e não

¹ João Ubaldo Ribeiro é colaborador de vários jornais: *O Globo*, *Frankfurter Rundschau* (Alemanha), *Jornal da Bahia*, *Die Zeit* (Alemanha), *The Times Literary Supplement* (Inglaterra), *O Jornal* (Portugal), *Jornal de Letras* (Portugal), *O Estado de São Paulo* e *A Tarde*. Em 1972, ganha o prêmio Jabuti pela Câmara Brasileira do Livro com seu romance *Sargento Getúlio*, mais tarde, em 1984, recebe o prêmio novamente, com outro romance, *Viva o povo Brasileiro*. Em 2008, recebe o prêmio Camões pelo conjunto de sua obra. Ele, portanto, não está entre os silenciados, pois atuou em vários espaços de escrita e difusão de seus textos.

passivo. O sertanejo, neste caso, é um indivíduo com autonomia para narrar sua própria história. Suas preocupações não se resumem à seca e à escassez de comida, ou mesmo a tentar migrar para o Sudeste em busca de melhores condições de vida, mas suas angústias mudam de tom, agora dão lugar à repressão e à dinâmica política, o lugar que ele ocupa nesse jogo, sua posição relativa de poder, ora comparado aos que lhe são autoridades, ora aos que lhe são subalternos.

Viva o povo brasileiro, romance de 1984, remonta à história do Brasil durante quatro séculos, é um romance longo que vai da chegada dos holandeses ao Brasil até a década de 70. Retoma a temática romântica da construção da identidade brasileira. No entanto, diferente da prosa indianista romântica de exaltação das nossas raízes e do que há de original na nação, das nossas individualidades, a narrativa acontece num tom irônico e não de consagração, filiando-se, assim, ao chamado nacionalismo crítico do modernismo.

Outro bom exemplo que podemos tomar é Antônio Torres em *Essa terra*, obra publicada em 1976. No romance, Torres foge do tema migração Nordeste/sudeste. Apesar do romance se passar no interior da Bahia, a história traz à luz um estágio posterior à migração, o impacto da cidade grande para o retirante nordestino, e a etapa seguinte, a migração de volta à terra natal. Totonhim, irmão mais novo do protagonista, narra a história de Nelo, que após 20 anos morando em São Paulo resolve voltar para o interior da Bahia, sua terra natal. A narrativa aborda temáticas importantes como o desenraizamento, o deslocamento geográfico e as implicações envolvidas, não ligadas apenas às demandas concretas, mas comportamentais, imaginárias, sociais e etc.

Nelo descobriu que queria ir embora no dia em que viu os homens do jipe. Estava com 17 anos. Ele iria passar mais três anos para se despregar do cóis das calças de papai. Três anos sonhando todas as noites com a fala e as roupas daqueles bancários? A fala e a roupa de quem, com toda certeza, dava muita sorte com mulheres. (TORRES, 1976, p. 11)

[...] um dia pegou um caminhão e sumiu no mundo para se transformar, como que por encantamento, num homem belo e rico, com seus dentes de ouro, seu terno folgado e diferente de casimira, seus raybans, seu rádio de pilha? Faladorzinho como um corno? E um relógio que brilha mais do que a luz do dia. Um monumento, em carne e osso. O exemplo vivo de que a nossa terra também podia gerar grandes homens. (TORRES, 1976, p.14)

Citaremos ainda *Galileia* de Ronaldo Correia de Brito, livro recente, lançado há quatro anos, em 2008. *Galileia* não só não reconstrói o típico cenário sertanejo, como também deforma seus personagens, a exemplo disso a figura do vaqueiro com seu alforje, o gibão de couro, é no romance apresentado como uma mulher que pilotando uma motocicleta segue tangendo as boiadas.

No posto rodoviário, um guarda federal espera a oportunidade de arrancar dinheiro de um motorista infrator. Mulher em motocicleta carrega uma velha na garupa e tange três vacas magras. Dois mitos se desfazem diante dos meus olhos num só instante: o vaqueiro macho, encourado, e o cavalo das histórias de heróis, quando se puxavam bois pelo rabo. (BRITO, 2008, p.8)

Entre os aboios, cantigas e ladainhas pertencentes ao misticismo e ao catolicismo popular encontramos a transcrição de trechos de *Paranoid Android*², canção da banda Radiohead. “Ismael cantarolava “Paranoyd Android”, batendo as mãos no volante. Quando repetia os versos *ambition makes you look pretty ugly, kicking squealing gutti litle piggy*, olhava para mim como se eu fosse o pai Natan” (BRITO, 2008, p.19). O autor direciona nossas lentes para pessoas que nasceram no Sertão, e hoje habitam outros espaços, mas que, apesar disso, sempre retornam física ou simbolicamente ao Sertão. O Sertão deixou-os impregnado. “Eu nunca me acostumei à Noruega. Dizem que ela é melhor do que isso aqui. Eu não acho. O sertão a gente traz nos olhos, no sangue, nos cromossomos. É uma doença sem cura” (BRITO, 2008, p.19) No entanto, a construção de suas identidades fora agora mesclada entre elementos de sua terra natal, somados às coisas que viram e ouviram em seus deslocamentos por outros lugares.

Em *As noites e os dias*, livro de contos publicado em 1997, Brito faz diferente, constrói personagens de caráter urbano, que, no entanto, estão no Sertão, nem sempre em um Sertão literal, mas em um Sertão simbólico.

No caso de *Caldeirão*, como em diversos outros romances, o sertão é mais que o seu *locus*, é um elemento complexo que está para além de aspectos físicos e geográficos. Ele é uma categoria social e cultural que nos remete a uma condição político-econômica determinada, e a um universo simbólico bem definido, que foge

² A canção “Paranoid Android” faz parte do álbum *Ok Computer*, 1997, da banda britânica Radiohead.

aos estereótipos e lança mão dos elementos preestabelecidos, que trazemos como herança dos colonizadores, para nos fazer enxergá-los sob outras luzes, fazendo-os serem relidos, reescritos e reinventados, como têm feito muitos escritores, Ronaldo Correia de Brito em *Faca* (2003), *Pavão Misterioso* (2004), *Livro dos Homens* (2005), *Galileia* (2008), Francisco Dantas em *Coivara da Memória* (1991), *Os Desvalidos* (1993), *O peso das sombras* (2004), *Cabo Josino Viloso* (2005), o próprio Cláudio Aguiar em *Lampião e os Meninos* (1990), *A corte Celestial* (1995), *Caldeirão* (1982) e tantos outros.

Percebemos que na temática do Sertão houve o que permaneceu e o que mudou também. Podemos citar alguns elementos que ainda hoje permeiam o sertão descrito nos livros como a seca e a miséria. Apesar de ser retratado, por exemplo, por Ronaldo Correia de Brito, como um espaço globalizado, que interage com outros espaços a ele externos, é impossível negar que ainda existe um atraso gritante do sertão em relação às capitais, em geral litorâneas (se pensarmos no Nordeste), e em relação aos centros comerciais (SÁ, 2010). Logo, a questão social ainda tem presença forte nos sertões contemporâneos. Agora não se fala mais no mandonismo descarado e no trabalho compulsório precário imposto pelos coronéis, mas nas consequências sociais provocadas, do que aconteceu às gerações seguintes. Uma leva de pessoas, em geral não alfabetizadas, que migraram para os grandes centros urbanos e acabaram sem emprego, em uma situação tão miserável quanto sua origem. As capitais por sua vez acabaram entulhando pessoas e aumentando o número de moradores de rua.

O imaginário sertanejo foi ampliado burlando algumas figuras anteriormente fixas, como o boiadeiro trajado em couro montando o jumento para tanger a boiada.

A forma do romance também apresenta notória mudança. Uma terceira pessoa era incumbida de narrar a história, mas não ouvíamos a voz do homem do sertão. Na verdade, existia um entrave na faculdade comunicativa daquelas pessoas, por isso apareciam sempre caladas. Assim, nos era apresentada a visão do espectador da vida daquelas pessoas. No movimento de retomada da temática do sertão pela literatura, os atores e os narradores da história coincidem, relatam sua própria história, do seu ponto de vista.

O sertanejo não é mais representado como um fanático, mas sim como um homem lúcido e ativo que consegue entender o mundo a sua volta, falar sobre ele e criticá-lo.

1.2 Cronologia do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto era um sítio situado no município do Crato, Ceará. Lá moraram cerca de 1700 pessoas durante um período de 10 anos, de 1926 a 1936. Tinha relevo acidentado e pedregoso que destoava, porém, dos outros espaços no sertão cearense. As serras que formam o complexo do Cariri são verdejantes. Apesar do clima, não são tão duramente castigadas pelas secas que acometem a região. Talvez esse seja um dos motivos de Juazeiro ser considerada a “terra prometida” do sertão. A cidade fica cercada pelas serras, ao seu lado fica a chapada do Araripe. O Caldeirão, porém, era uma terra ruim para cultivo, por isso permaneceu desabitada por um longo período de tempo até que chegassem lá o beato com os romeiros do Pe. Cícero.

O nome “Caldeirão” “denomina uma fenda geológica no sopé da chapada do Araripe que parece servir de fonte perene para um lençol freático subterrâneo [...] a água permanece acumulada no Caldeirão mesmo em tempos de seca” (GOMES, 2009, p. 59). Assim, é formado um poço que permanece cheio de água o ano inteiro, existindo inclusive algumas espécies de peixe comuns na região.

As terras de Caldeirão pertenciam ao padre Cícero que as deixou sob os cuidados do beato Zé Lourenço. Era conveniente que houvesse um lugar para onde enviar a grande quantidade de pessoas que sem ter aonde ir, chegava a Juazeiro e saturava a cidade. Depois do Caldeirão, todos os romeiros recém-chegados e retirantes eram enviados àquele arraial e por lá mesmo se arranchavam.

Os flagelados da seca e dos maus tratos dos coronéis ficavam encantados com o sistema igualitário adotado em Caldeirão. Adotavam o princípio da autogestão: “tudo era de todos”. Os instrumentos de trabalho que eles usavam também eram fabricados pela comunidade: machados, enxadas, foices, martelos... Mesmo as roupas que vestiam eram feitas nos teares manuais e lá mesmo eram

tingidas. Todos tinham ocupações, mesmo o beato, líder daquela terra, trabalhava como qualquer outro morador da comunidade.

À medida que o Caldeirão prosperava e se desenvolvia, a fama do beato crescia nos arredores e a comunidade atraía inúmeros fiéis dos municípios e estados vizinhos. Tal migração acabou por provocar um desequilíbrio na mão-de-obra com a qual contavam os grandes proprietários, que se viram desfalcados sem ter quem trabalhasse para eles. Aquela comunidade, portanto, ameaçava a dinâmica de suas economias e a manutenção de seus bens. Esses trabalhadores rurais não precisavam mais submeter-se às condições de trabalho desumanas oferecidas pelos latifundiários.

A comunidade do Caldeirão, com Zé Lourenço à sua frente, começou a ser enxergada pelas autoridades da região como uma ameaça. Pior, como um regime de “puro comunismo” (AGUIAR 2005, p.324). Porém, não paravam por aí as acusações contra os moradores do Caldeirão, além de comunistas, eles eram também invasores das terras alheias, das terras da Igreja. Com a morte de padre Cícero em 1934, os padres salesianos do Crato reivindicaram suas terras do Caldeirão deixadas para eles em testamento. Pe. Cícero terminou por favorecer, através do destino que dá à sua herança, as investidas do Estado e da Igreja para dizimar aquele grupo. Ele não imaginava que fossem expulsar o beato e os outros moradores de Caldeirão depois das melhorias que fizeram a terra, deixando-os desabrigados.

Em 1936, representantes do governo, da Igreja e da sociedade civil reuniram-se em uma assembleia realizada em Fortaleza para decidir o destino do Caldeirão. Comentavam que o Caldeirão representava a possibilidade do surgimento de uma nova “Canudos”. Era necessária uma medida emergencial para restabelecer o equilíbrio econômico que a prestação de serviço dos sertanejos garantia ao latifundiário. Eles careciam apenas de um pretexto, e o encontraram.

As encomendas de santos (feitas pelo beato) vindas da Alemanha chegaram ao sítio em grandes caixas de madeira. As autoridades, no entanto, os acusaram de importar armas para a suposta guerra que planejavam travar contra o Crato. José Bezerra, o mesmo capitão que havia instigado a assembleia contra o Caldeirão, fazendo-se passar por industrial, foi até o sítio para espionar e verificar se os

trabalhadores contavam com armas. Não encontrou ali arma alguma. Apesar disso, naquele mesmo ano de 1936, o Caldeirão foi invadido pelas forças do Estado (como ocorreu em Canudos), sob o comando do Capitão Cordeiro Neto. E, apesar da comunidade ter permanecido em atitude passiva, foram queimadas as mais de 400 casas de taipa ali construídas. Os moradores foram expulsos e parte dos seus bens foi entregue ao município do Crato.

Os moradores do Caldeirão foram tratados como animais. Foram expulsos de suas terras, suas casas foram destruídas, seus bens, saqueados. Não se deram por vencidos. Voltaram aos poucos e reorganizaram a comunidade. Pouco a pouco retomaram a vida comunitária e plantação por mutirão. Os seguidores de José Lourenço, sobreviventes do massacre, foram presos e conduzidos a Fortaleza. O governo, não tendo onde os colocar, devolveu-os ao Caldeirão. Retornaram ao Crato após 14 dias e encontraram pessoas da comunidade vivendo no pé da Serra da Conceição, nas entranhas do Araripe, sob constantes maus-tratos das autoridades, que permaneciam em alerta (O POVO, 11-09-1936, CORDEIRO, 2002 apud GOMES, 2009, p.63)

Em 1937, novas denúncias contra os moradores do Caldeirão. Corria o boato de que os moradores de Caldeirão sob a liderança de Severino Tavares estavam planejando atacar o Crato. Destarte, o capitão José Bezerra, junto com mais 11 soldados da polícia, foi até o local para checar aquelas informações. Chegando às matas da Chapada do Araripe, em Mata dos Cavalos onde estavam refugiados depois da destruição do Caldeirão, foram surpreendidos pelos camponeses. Naquele conflito muitos morreram. Alguns dos praças que estavam com José Bezerra foram mortos e estripados pelos seguidores de Severino Tavares. Os soldados foram pegos de supetão e atacados com cacetes, facões e foices. Aconteceu que os soldados, em sua maioria, não tinham tempo de pegar os fuzis. O conflito durou cerca de 15 minutos, José Bezerra, seu filho, e um genro seu, que estavam entre os que o acompanharam à Chapada do Araripe, morreram. A imprensa aproveitou o evento e fez sensacionalismo do caso. A Igreja e o governo do estado do Ceará solicitaram ajuda do governo federal. O ministro de guerra, à época o general Eurico Dutra enviou como reforço dois aviões das Forças Aéreas Brasileiras. Os aviões, que traziam mais duzentos homens, representando a polícia militar do estado, atacaram a comunidade do Caldeirão ao amanhecer. A serra foi bombardeada, e, Severino Tavares que descia para os lados de Pernambuco foi atacado por forças federais e estaduais e fugia ferido até morrer lá mesmo na mata.

Ocorreu o tão esperado fim do mundo. Foram bombardeados por dois aviões da FAB, apoiada por duzentos soldados, morreram sem saber a causa. Não tiveram nenhuma chance de defesa. Não souberam nem porque estavam morrendo. As bombas explodiam, as metralhadoras faziam ribombar seus tiros. Os camponeses mal tiveram tempo de acordar. O tempo do fim finalmente chegara até eles pelas mãos da Igreja, do Estado e da convivência silenciosa da sociedade semifeudal daquelas plagas nordestinas. Mal tiveram tempo de rezar os benditos, as ladainhas e o pai-nosso, como faziam todas as madrugadas ao nascer do sol. Experimentaram a própria esperança messiânica (MAIA, 1987, pp. 181-202; CORDEIRO, 2002; MONTEIRO, 2006 apud GOMES, 2009, p.64)

Expropriados das terras onde viviam, o beato e seus romeiros não tinham aonde ir nem onde morar. Acabaram vivendo escondidos nas terras de Mata dos Cavalos, desta vez por apenas alguns meses no ano de 1937. Apesar disso, alguns depoimentos mostram que o beato já estava em vias de organizar uma nova comunidade.

Zé Lourenço retornou ao Caldeirão em 1938 e dois anos depois foi novamente expulso.

O advogado do beato moveu uma ação contra o Estado para recuperar a totalidade dos investimentos realizados a título de benfeitoria na terra e os prejuízos sofridos com a destruição da comunidade do Caldeirão. O pedido foi negado! (GOMES, 2009, p.64).

Em 1940, finalmente Zé Lourenço encontra sossego. Consegue comprar um pedaço de terra, o sítio União no estado de Pernambuco. Ali, as primeiras lavouras foram cultivadas com a ajuda de trabalhadores pernambucanos aos quais o beato prestava ajuda e doações, e era retribuído com mão-de-obra.

Em 1946, com a morte de José Lourenço, acometido pela peste bubônica, e sem ter um sucessor, a comunidade se dispersa na ausência de liderança.

Morreu na União. Nós levamos. Saiu 35 pessoas daí. Com o caixão e com ele. Saímos daí duas horas da tarde e fomos chegar lá duas horas da manhã. Chegou lá, um bocado ia só vivo. Ia se arrastando. O cabra tirar uma viagem dessa de pés e carregar um caixão pesado como ele era, homi! Homão morreu como todo o corpo. Ele lá não queria doutor nem nada. E tinha um bocado de gente conhecida do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba... (J.P.F./m./contemp./jan.~2000 apud CORDEIRO, 2001, p.51).

Os amigos mais próximos carregaram seu corpo a pé do Exu (PE) até Juazeiro do Norte (CE), cerca de 70 km. O corpo do beato foi velado na casa de

Eleutério Tavares, filho de Severino Tavares. Zé Lourenço não teve direito à missa fúnebre e seu caixão não pôde ser colocado na igreja.

O túmulo do beato encontra-se no cemitério da Capela do Socorro, onde foram enterrados outros personagens da história do Cariri, como o Pe. Cícero, a beata Maria de Araújo e Eleutério Tavares.

Não podemos tratar o que houve com no Caldeirão como um conflito, ou uma guerra. Os moradores do Caldeirão não reagiram à invasão, sem se falar que não possuíam armas. Quando ocorreu o bombardeio aéreo nem tiveram tempo de se dar conta que estavam morrendo. Aquele massacre de mais de 800 camponeses foi visto pela imprensa como um ato de “reintegração de terra”, o bispado do Crato teve de volta suas terras herdadas de padre Cícero.

O terreno de Caldeirão foi tombado pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural em 21 de março de 2005, no entanto, por conta da dificuldade para se chegar até o lugar, já que não há transporte e o local fica distante dos centros das cidades, o espaço acaba recebendo poucos visitantes e continua desconhecido, inclusive pelos habitantes de Juazeiro e Crato.

Apesar de não ter a mesma visibilidade de Canudos, por exemplo, a história do Caldeirão do beato José Lourenço está legitimada na memória do estado do Ceará. Nos museus, os principais centros de memória, encontramos exposições permanentes sobre Caldeirão. O maior acervo encontra-se no Museu do Ceará em Fortaleza, mas podemos encontrar referências ao beato no Memorial do Pe. Cícero em Juazeiro e em algumas bibliotecas do Crato como a da Cúria Diocesana do Crato.

1.3 Cláudio Aguiar e o Caldeirão

Aguiar³ nasceu em 1944, Ceará, na cidade de Poranga, mas muito cedo mudou-se com sua família para Recife, onde graduou-se pela Faculdade de Direito de Recife e atuou na imprensa como colaborador literário no *Jornal do Comércio* e

³ As informações sobre vida e obra de Cláudio Aguiar foram retiradas, em sua grande maioria, do endereço eletrônico do autor: <http://www.claudioaguiar.com/>.

no *Diário de Pernambuco*. Foi para Espanha em 1983, como pesquisador, e em 1986 defendeu sua tese de Doutorado pela Universidade de Salamanca. A Cátedra de Poética Fray Luís de León, da Universidade Pontifícia de Salamanca, outorgou-lhe o título de honra, em 1994, o que lhe rendeu um livro, *Viento del Nordeste – Homenaje internacional al escritor brasileiro Cláudio Aguiar*, conjunto de breves ensaios acerca de sua obra. Atualmente Cláudio Aguiar mora no Rio de Janeiro, mas mantém casa em Olinda, onde passa temporadas.

Caldeirão é seu primeiro romance, publicado em 1982, no entanto, seu trabalho literário inicia em 1972 com o livro de contos *Exercício para o salto*. Cláudio Aguiar escreveu mais cinco romances, dentre eles, *Lampião e os meninos* (1990) e *A volta de Emanuel* (1989), traduzidos para outros idiomas⁴. Aguiar tem uma obra diversa, além dos romances, também publicou dois livros de contos, seis peças e alguns ensaios, dentre eles uma biografia, *Franklin Távora e seu tempo* (2005). Em entrevista a Rodrigo Souza Leão⁵, Cláudio Aguiar falou sobre a escrita de poemas (que não foram publicados). Cláudio Aguiar declara que o provável motivo de não ter escolhido alguns de seus poemas para publicação é o fato de ainda não se sentir satisfeito com seus versos e de considerar seu trabalho lento no tocante àquela forma, a poesia.

Além de sua produção literária, Aguiar também é membro de importantes entidades culturais e literárias como a Academia Pernambucana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Carioca de Letras e do PEN Clube do Brasil⁶.

Em entrevista concedida ao programa *Livros na mesa*⁷, Cláudio Aguiar afirma a tendência documental do romance *Caldeirão*, de fato, um trabalho

⁴ *Caldeirão* foi traduzido para o francês, *Lampião e os meninos* para o espanhol, *A volta de Emanuel* teve uma edição russa.

⁵ Endereço eletrônico: <http://www.claudioaguiar.com/rodrigo.htm>

⁶ A sigla PEN é abreviatura de Poetas, Ensaístas e Novelistas. Atualmente o P.E.N. internacional está credenciado junto a UNESCO como órgão consultor para assuntos ligados à literatura e à cultura em geral, por ser considerado por essa entidade internacional como organização modelar na defesa dos escritores e da literatura. O centro brasileiro integra o PEN internacional, sediado em Londres, conservando-se autônomo em seus procedimentos administrativos e culturais.

⁷ Entrevista concedida a Susana Vargas, em 16 de maio de 2009, para o programa *Livros na Mesa*, da TV comunitária, Rio de Janeiro. Endereços eletrônicos:

preocupado com a recolha dos dados referentes àquele acontecimento que, no entanto, não se pretende um trabalho historiográfico. Aguiar cita ainda seu interesse em eventos que estão no rol dos acontecimentos históricos que não tiveram reconhecimento, e seu posicionamento favorável a uma geração de historiadores que contam a história dos vencidos.

Cláudio Aguiar, além de deixar claro seu posicionamento político, e sua vontade de denúncia do apagamento de uma memória, pela forma como constrói seu texto, faz questão de enunciar, antes de começar o romance propriamente dito, a bela citação de Gorki: “Não é só com sangue que se há de sufocar a razão! [...] Nem mesmo sob um mar de sangue a verdade desaparecerá...” (apud AGUIAR, 2005, p. 13).

Aguiar estava inserido em um movimento cultural de redemocratização da memória camponesa do Ceará. Não é por acaso que à mesma época outras linguagens artísticas abordaram o tema. Existem três trabalhos de fôlego sobre o Caldeirão que foram realizados na década de 1980: *Caldeirão*, romance de Cláudio Aguiar (1982), *O Caldeirão da Santa Cruz do deserto*, filme de Rosemberg Cariry (1985) e *A Irmandade da Santa Cruz do Deserto* peça teatral de Oswald Barroso (1987). Apesar de falarem do Caldeirão usando diferentes veículos, os autores coadunam no tocante à abordagem do tema: em todos os casos houve uma tentativa de desconstruir a imagem viciada, baseada nas calúnias da mídia, do Estado e da Igreja, que se tinha do povo do Caldeirão.

No Brasil, apesar de encontrarmos um número considerável de trabalhos acadêmicos acerca do evento Caldeirão: *A Santa Cruz do Deserto- Ideologia e protesto no Sertão nordestino- a comunidade igualitária do Caldeirão* de Tarcísio Marcos Alves, *Um Beato líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão* de Domingos Sávio Cordeiro, *O discurso Religioso no processo migratório para o Caldeirão do beato José Lourenço* de Lemuel Rodrigues da Silva; encontramos apenas um trabalho que trata do *Caldeirão*, romance de Cláudio Aguiar: *Caldeirão, de Cláudio Aguiar: O Narrador se Faz Memória de um Povo*, de Samarkandra Pereira dos

Santos, saído do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Ceará.

O trabalho citado leva o título “*Caldeirão*, de Cláudio Aguiar: o narrador se faz memória de um povo”. Apesar do título nos remeter à memória, o foco maior do trabalho são as fronteiras entre o romance histórico, a história e a ficção. A autora, Samarkandra P. dos Santos, dá ênfase à necessidade do narrador de contar “a verdadeira história do Caldeirão”, seu interesse de denúncia e de recontar aquele evento sob uma visão interna de um dos sobreviventes daquela fazenda.

Acerca do evento propriamente dito, porém, muitos trabalhos, de diversas naturezas, foram publicados. O intuito desses trabalhos mais recentes, desde a década de 70 até os nossos dias, é diferente dos meios difusores do assunto à época, em especial, os jornais locais. Tanto o beato José Lourenço, como os habitantes de Caldeirão foram acusados pela imprensa e pela Igreja de incitadores do comunismo, invasores de terra (pois no ano anterior ao massacre, Pe. Cícero⁸ havia morrido e deixado em testamento as terras do Caldeirão aos padres salesianos) e fanáticos, exercendo uma espécie de catolicismo condenado pela ortodoxia da Igreja. Os trabalhos posteriores aos anos 70, coadunando com o teor da Literatura da época, que evocava os silêncios da história, contavam aquele evento por outra ótica, a dos vencidos. Os holofotes agora estavam voltados para as benfeitorias feitas aos fiéis que ali se refugiaram, o modo de vida igualitário, a sustentabilidade, a divisão de trabalho. Aquela comunidade propiciou habitação e sustento para muitos flagelados pela seca e pela miséria. Viver e trabalhar no Caldeirão foi a saída que muitos encontraram para não morrer de fome ou submeter-se ao trabalho compulsório oferecido pelos grandes coronéis.

Cláudio Aguiar traz em seu romance elementos típicos do imaginário sertanejo. Todavia, ele o faz com sérios cuidados. O tratamento dado ao texto e aos signos que o compõem amplia nosso entendimento sobre o Sertão, e sobre o evento histórico que o autor transformou em ficção. O romance cumpre seu papel enquanto literatura por singularizar a matéria tema do texto permitindo ao leitor a construção de um olhar distinto acerca do assunto, ou, como diria Antonio Candido, Cláudio

⁸ Padre Cícero morreu em 20 de julho de 1934, em Juazeiro do Norte.

Aguiar transformou o Caldeirão, através da Literatura, em um “objeto autônomo” (CANDIDO, 2004, p.176). Não vemos mais a figura do jagunço ou do cangaceiro, enquanto outras reaparecem, como as festas de santos, as caatingas, as superstições, as ladainhas... No entanto, esses elementos são agora adjacentes, estão presentes na fala de um sobrevivente que dá seu depoimento acerca das coisas que viu, do que viveu, das impressões que teve, de maneira atilada.

O relato de Bernardino não é meramente descritivo, mas é rico no tocante à dimensão histórica e ao criticismo, deixando clara a consciência política do homem do campo. Ele é o narrador que acompanhou cada embate sofrido pelo Caldeirão. Bernardino discernia o que estava por trás do comportamento das tropas militares: - “Os políticos querem amedrontar o beato para, quando houver eleição, a gente do Caldeirão votar nos candidatos do governo”. (AGUIAR, p. 215, 2005) Ele sabia dos boatos que corriam acerca do Caldeirão, o que as grandes autoridades planejavam contra a comunidade, “Havia padres e políticos interessados em desmanchar nosso trabalho em Caldeirão” (AGUIAR, p. 207, 2005). Tinha consciência que o Caldeirão era uma ameaça ao poderio do coronelato, do governo e da Igreja: “Caldeirão era considerado um lugar perigoso à nova ordem.” (AGUIAR, p. 207, 2005)

O camponês que viveu o Caldeirão e restou para contar história sabia que os homens e mulheres que ali moravam eram trabalhadores da terra acima de tudo e se alimentavam de sua religiosidade, um catolicismo popular, carregado, sim, de misticismo e superstições, mas estavam, porém, longe de ser fanáticos perigosos, como divulgava a imprensa:

Foi por isso que eles espalharam infâmias sem tamanho contra o beato Lourenço, mais tarde publicadas no jornal da capital, na tentativa de que a mentira passasse a ser verdade. Diziam que, por causa das armas, um capitão Brasil prendera o beato na cadeia do Crato e os seus fanáticos, em grupo, a jeito de bandoleiros, invadiram a cadeia, desarmando meia dúzia de soldados e soltando o beato que fugiu montado num cavalo santo chamado Trancelim. Proeza deste porte, creia o senhor, traria a guerra destruidora para nossa gente, porque em 1930 os homens do mando, os donos da revolução, passaram a fazer as leis. (AGUIAR, 2005, p. 215)

Percebemos assim que Cláudio Aguiar construiu um sertão muito próximo dos estereótipos construídos na década de 30, que foram por muito tempo repetidos. No entanto, no tocante a rememoração da história por vias não tradicionais, por

fazer a literatura contar a história dos vencidos e permitir que o homem sertanejo narre sua própria história, nesse respeito *Caldeirão* é um texto que dá novo fôlego à temática do sertão.

Além do acontecimento histórico propriamente dito retratado em *Caldeirão*, o romance também conta a história de José Lourenço, o messias da comunidade.

José Lourenço Gomes da Silva, mais tarde conhecido apenas como “Beato Zé Lourenço”, foi o homem que conduziu e liderou a comunidade do Caldeirão. Negro, filho de negros alforriados, José Lourenço saiu muito cedo de sua casa e chegou em 1890 a Juazeiro à procura dos pais, e ali por perto ficou até 1940, quando foi para Pernambuco, morrendo seis anos depois.

Há controvérsias acerca do ano e da cidade onde nascera o Beato, alguns falam em 1870, outros 1872, Paraíba ou Alagoas, mas ao que tudo indica, ao menos segundo o depoimento dos que com ele viveram, José Lourenço é de Pilões de Dentro-PB, nascido em 1870. Na certidão de nascimento do beato não consta o local onde nasceu, daí não se saber ao certo seu município e estado natal (CORDEIRO, 2001, p.51).

Ao sair de casa, ainda muito jovem, José Lourenço viveu pelas fazendas cuidando de animais como bois, cavalos e jumentos. Depois de anos distante de sua família, os reencontrou, não mais na Paraíba, mas em Juazeiro do Norte onde conheceu e se tornou amigo de padre Cícero. Padre Cícero havia realizado o “Milagre da Hóstia”: no momento em que a beata Maria de Araújo foi comungar, o padre transformou a hóstia em sangue. Esse evento está entre os tantos motivos da excomunhão do padre Cícero. Porém o mesmo evento rendeu àquele sacerdote a legião de fiéis e peregrinos que até hoje vão a Juazeiro rezar no seu túmulo e cantar os benditos, ladainhas e “incelenças” em seu nome.

Ao chegar a Juazeiro, o beato entra para “Corte Celestial”, uma ordem de penitentes que pratica a autoflagelação como ato de expurgação dos pecados. O trabalho feito pelos penitentes não é aprovado pela ortodoxia católica romana, mas faz parte do catolicismo popular. Eles rezam pelas almas dos mortos para que eles ganhem a salvação eterna e surram seus corpos para redimirem seus pecados.

Por fim, José Lourenço torna-se beato. Mas não um beato comum. Ser beato é uma profissão de fé que implica votos de castidade e pobreza. O beato também é a figura do homem caridoso, que se doa para os pobres e para o serviço religioso, logo não trabalha e vive de esmolas. A maioria dos beatos tinha parceiro sexual, Zé Lourenço, no entanto, era casto e celibatário. Além disso, vivia de seu trabalho, plantava, produzia, cuidava dos animais e das pessoas, enfim, ganhava seu sustento.

Em 1894, Pe. Cícero arrenda o sítio Baixa D'Antas a João de Brito e envia o beato para lá com sua família. Naquelas terras começa a trajetória de trabalho e liderança de José Lourenço. As famílias que chegavam a Juazeiro à procura de Pe. Cícero, retirantes do Rio Grande do Norte (principalmente), da Paraíba, de Alagoas, da Bahia e dos municípios do Ceará que ficavam nas imediações, eram para lá enviados e por lá ficavam com suas famílias. O regime de trabalho no arraial, segundo os próprios remanescentes contam, era dividido por todos, todos trabalhavam por igual e o que a terra produzia era também de todos, não havia propriedade particular. Lá o beato e seus seguidores ficaram por 22 anos.

A guerra civil que ocorreu no Ceará em 1914 arrasa o sítio Baixa D'Antas, fato este que ficou conhecido como "Sedição do Juazeiro". A "Sedição do Juazeiro" foi a guerra civil de Fortaleza contra o Juazeiro, tendo como guia dos jagunços e camponeses, Floro Bartolomeu e como seus opositores, as tropas da capital. Essa sedição havia sido instigada por Floro Bartolomeu, médico importante na cidade, aliado e amigo de padre Cícero. Bartolomeu havia ido no ano anterior ao Rio de Janeiro tramar contra Franco Rabelo, à época governador do Ceará. Foi também Floro Bartolomeu que reuniu os romeiros que compunham os homens de guerra que lutaram por Juazeiro. O governo federal havia decretado intervenção no Ceará, Cícero volta a ser prefeito e Franco Rabelo é deposto. Aquela guerra civil foi, na verdade, uma disputa de oligarquias rurais, coronéis do Cariri, sob a proteção de Nogueira Acioli contra coronéis de Fortaleza, sob as ordens de Franco Rabelo. Segundo remanescentes do Caldeirão, atrocidades aconteceram durante o evento. Mestre Bernardino, um dos moradores de Baixa D'Antas, viu sua filha ser morta e esquartejada.

Na guerra de 14 tinha jagunço [tropas de Juazeiro lideradas por Floro Bartolomeu] e os rabelos [tropas estaduais do governo de Franco Rabelo].

Os dois lados. O velho [Bernardino] ia saindo de Juazeiro com duas crianças escondidas num balaio. Por que matavam tudo. E viu de longe sua filha ser cortada no meio, em duas bandas. O velho não podia fazer nada. Viu a filha cortada de longe e fugiu com os dois netos. O fogo foi grande. Na Baixa D'Antas a folha do marmeleiro ficou tostada. (A.I./m/reman./jan.~2000 apud CORDEIRO, 2001, p.39)

Outros relatos semelhantes a estes foram contados pelos sobreviventes de Baixa D'Antas. O velho Bernardino foi apenas uma das vítimas da invasão das tropas da capital. Ele transitava nas imediações do arraial e foi atacado, viu sua filha cortada ao meio, o velho sobreviveu bastante ferido. O próprio Bernardino cedeu entrevista a Cláudio Aguiar no início dos anos de 1980 e confirmou a mesma narrativa contada anteriormente por um remanescente daquele sítio.

Muitos moradores da comunidade participaram na guerra, muitos morreram. O beato não se envolvera diretamente na guerra, mas abastecia com alimentos as tropas de Juazeiro. Franco Rabelo, à época governador do Estado do Ceará, rompera laços com Pe. Cícero dividindo poderes e abrindo precedente para uma guerra dentro do Estado. A comunidade foi reerguida e reconstruída, a terra voltou a ser cultivada e continuou a produzir, parece que o beato nascera para este ofício, o de trazer de volta à vida os lugares devastados.

Um aspecto importante a ser observado é que a trajetória de vida de José Lourenço foi marcada por muitas jornadas que levavam a um só destino: criar comunidades e reconstruí-las após ataques militares. Relatada com frequência nas narrações, ele tinha esta capacidade de reorganizar as comunidades, literalmente de fazê-las “renascer das cinzas”. (CORDEIRO, 2004, p. 54)

Os aperreios do beato José Lourenço nem começaram, em 1919 ele é preso, não só ele, mas vários outros beatos, numa empreitada de Floro Bartolomeu (uma espécie de “xerife” da cidade, apadrinhado de Pe. Cícero) contra às “cortes celestiais” dos penitentes.

Em 1921 José Lourenço é preso pela 2ª vez, novamente a mando de Floro Bartolomeu, que se irritara com os comentários zombeteiros acerca dos “fanáticos do Caldeirão” que “cultuavam Mansinho”. O Pe. Cícero ganhara um boi de raça, um

Zebu, de um comerciante alagoano que tinha indústria em Pedra⁹, Delmiro Gouveia. O boi foi deixado em Caldeirão aos cuidados do Beato Zé Lourenço com o objetivo de “racear” os bois daquele arraial. O gado “pé-duro” que ali existia era produtivo e resistente, mas “comum”, ordinário para a produção de leite e carne. O boi Mansinho melhoraria o rebanho, iria “racear” o gado local, elevando-lhe a categoria’ (CORDEIRO, 2004, p. 40). O boi, como era de se esperar, especialmente em se tratando de um animal de Pe. Cícero, tido como santo, fora muito bem cuidado e zelado pelos residentes de Caldeirão. O boi era alimentado e acarinhado pelos moradores, não o encaravam como um boi comum, “talvez, alguns romeiros mais exaltados o reverenciassem e até se ajoelhassem diante dele” (CORDEIRO, 2004, p. 40). Assim, começou a correr o boato de que o boi era santo, de que fazia milagres, tal qual seu dono, Pe. Cícero. Logo a notícia chegou a Juazeiro, e depois a Fortaleza e só era no que se falava.

Nesse tempo Juazeiro sofria uma tenaz campanha da imprensa, suscitada, em parte pela interferência do Dr. Floro Bartolomeu [sic.] na política do Estado e em parte pela ausência de escrúpulos de alguns jornalistas que visavam assaltar o bolso do Pe. Cícero. A lenda do boi santo foi trazida à baila, com os naturais retoques que os pescadores de escândalos tecem por sua conta, sendo José Lourenço apontado, falsamente, como estimulador de um grosseiro fetichismo (FIGUEIREDO in JORNAL O POVO, 07-06-1934, p. 07. apud CORDEIRO, 2004, p.41).

Desta forma, Floro Bartolomeu mandou matar o boi e distribuir a carne aos romeiros, que se negaram a comê-la, e ao beato, mandou prender. Segundo o relato de alguns entrevistados, Zé Lourenço passa 17 dias na prisão, durante esse tempo, nem come, nem bebe, até que, por intervenção de Pe. Cícero e de algumas autoridades locais que lhe tinham amizade, foi solto.

Ele [Dr. Floro] disse a meu Padim Ciço que nunca botou um homem sem água e sem pão [na cadeia], para com sete dias ele não dar o couro às varas [emagrecer e morrer]. E o meu padrinho [José Lourenço] passou para sete dias, oito dias, nove dias, dez dias e descambou, foi pra dezessete dias...! Sem comer...! O soldado era quem comia. E vinha de noite escutar se ele dava sinal de vivo ou morto. –‘Agora que o homem é esperto, agora que o home é ativo, doutor. Ele não dorme e nem come e nem nada... Num tem hora pra gente ir pra ele num tá de prontidão!’(H.F./m/remam./jul.~1983 citar apud CORDEIRO, 2004, p.42).

⁹ Hoje município de Delmiro Gouveia.

Depois de solto o beato permanece com seu irmãos em Baixa D'Antas até 1926, quando o sítio é vendido por João de Brito, seu proprietário. O beato e a comunidade do Caldeirão foram desapropriados e não receberam indenização alguma pelas benfeitorias realizadas naquelas terras.

Depois daquilo, José Lourenço seguiu com os romeiros para o sopé da chapada do Araripe, para um lugar conhecido como Caldeirão dos Jesuítas¹⁰. As terras do Caldeirão pertenciam ao padre Cícero. O Caldeirão era apenas uma dentre as muitas terras doadas à Igreja e ao padre. Os dízimos, acreditavam os fiéis, expurgariam seus pecados e os conduziriam ao paraíso. Muitos presentes eram dados ao padre Cícero, mas ele tratou de converter em terra boa parte do dinheiro que recebia dos dízimos.

A comunidade camponesa do Caldeirão existiu durante o período de 10 anos. Era uma sociedade igualitária, segundo remanescentes “tudo era de todos”, não havia hierarquia, mas todos trabalhavam juntos. Lá havia não só provisão de víveres para aquele povo saturado das mazelas das secas e do trabalho precário das fazendas onde viviam de favor, mas lá era também seu refúgio espiritual, onde exerciam sua religião e alimentavam a credulidade que lhes sustentava e lhes dava força para sobreviver a cada dia.

O Caldeirão se tornou conhecido pela fartura e abundância de produção de suas terras. Por terem conseguido acumular mantimentos durante os anos anteriores, puderam prestar socorros às vítimas da seca de 1932. Depois disso a comunidade aumentou bastante o número de seus habitantes, pois muitas vítimas da seca permaneceram por lá, não voltaram às suas terras.

Uma das concentrações de flagelados foi o campo do buriti, no qual se presenciaram muitas mortes, pois por conta dos desvios de verba enviados pelo governo federal, o único alimento que chegava aos miseráveis era farinha velha e de má qualidade, assim a maioria dos retirantes morria desnutrida e inchada.

Como já mencionado neste capítulo, após a invasão das tropas, Zé Lourenço retorna com os remanescentes às terras do Caldeirão em 1938 para, dois anos depois, serem expulsos em definitivo por mandado judicial. Com o pouco

¹⁰ O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto também era conhecido como “Caldeirão dos Jesuítas”.

dinheiro que possuía e que restou do Caldeirão, o beato compra o sítio União em Pernambuco.

José Lourenço entrou no município de Exu como proprietário de terras, pois o Sítio União fora comprado e pago à vista e em espécie. Levou consigo um contingente de trabalhadores. No União o beato não admitia a entrada de novas pessoas como membros da “comunidade”, logo não significava ameaça por desvio de mão-de-obra para os proprietários locais (CORDEIRO, 2004, p. 50).

Daí terem cessado as investidas do governo. O beato e sua comunidade já não representavam mais ameaça. Não atrapalhariam a manutenção das riquezas dos grandes proprietários, já que não aumentariam sua população, tampouco mediriam forças com o governo.

O romance que é, nesta dissertação, nosso objeto de estudo, leva-nos, através da ficcionalização de uma história real, a questionar como era a vida desses trabalhadores rurais que não tinham terra para cultivar, que eram atingidos pelos resquícios da escravidão e pela lei da propriedade privada que acompanhou a proibição do tráfico de escravos. Não havendo terra para cultivar, tampouco dinheiro para comprar um pedaço de chão, se rendiam à massiva mão-de-obra barata, ao trabalho mal remunerado, muitas vezes em troca de apenas uma refeição diária, servindo de garantia à manutenção dos bens dos grandes proprietários.

Percebemos como mudou de figura a história do Caldeirão: de ameaçadores da ordem pública, nova Canudos, comunistas e invasores, passaram a heróis que servem como referência no tocante às insurreições por terra¹¹ de cunho messiânico ocorridas no Brasil. Dentre os principais nomes dessa literatura citaremos Régis Lopes e Sávio Cordeiro, o primeiro, que empenhou um estudo de fôlego acerca do Caldeirão e o segundo que, não com menos excelência, focou o trabalho desempenhado pelo beato José Lourenço naquelas terras.

Por meio da literatura, Aguiar aborda um tema que é mote de uma das maiores discussões políticas desde o século XIX aqui no Brasil, a luta pela terra. Emprestando voz ao sertanejo, haja vista o narrador do romance ser um remanescente do Caldeirão, somos levados a refletir criticamente acerca daquela

¹¹ No Brasil, as insurreições mais conhecidas são: Canudos, na Bahia, 1896-1897, Condestado, Santa Catarina e Paraná, 1912-1916 e Caldeirão, Ceará, 1936-1937.

experiência vivida, à semelhança de Canudos e do Contestado, por trabalhadores rurais que sofreram represália e foram chacinados pelo governo a pretexto de acusações infundadas.

2. Caldeirão: Nos meandros entre ficção e realidade

Talvez seja o tema deste capítulo o mais pertinente a esta dissertação: em que pontos e em quais circunstâncias Literatura e História se aproximam e em quais se distanciam, haja vista o objeto de pesquisa, o romance *Caldeirão*, ser ficção e ser fato histórico, ao mesmo tempo. Existiu forte coincidência entre as representações construídas no romance e os fatos registrados nos documentos e nas vozes das memórias que narram o que aconteceu no Caldeirão, daí também a extensão do livro, uma obra de fôlego. Alguns relatos foram mesmo transformados em cena, como é o caso do momento em que a filha de Mestre Bernardino é esquartejada. Sávio Cordeiro cita a fala, concedida em entrevista, de Antônio Inácio da Silva, um remanescente daquele arraial: “[...] O velho Bernardino ia saindo do Juazeiro com duas crianças escondidas num balaio. Porque matavam tudo. E viu de longe sua filha ser cortada no meio, em duas bandas.” Depois, Cordeiro menciona na nota ao pé da página que na década de 1980 Cláudio Aguiar obteve de Mário Bernardino um relato idêntico e o inseriu como cena no livro *Caldeirão* (CORDEIRO, 2001, p.39).

O que eles fizeram com as minhas duas filhas, as que vinham nos dois garajaus, o senhor talvez não acredite. Mesmo assim vou contar pedindo desculpas pela engrolação na minha voz, porque a dor de dentro do peito, quando quer estourar pela boca, primeiro manda lágrimas aos olhos. [...] As meninas morreram inocentes, provando o fio dos facões afiados dos rabelistas. Foram cortadas, assim pelo meio, como quem parte uma melancia, indo do verde para o vermelho do miolo. [...] As duas foram transformadas em quatro, num ato de maldade sem tamanho. (AGUIAR, 2005, p.104)

Não tivemos acesso à conversa entre Cláudio Aguiar e Bernardino, remanescente do Caldeirão e narrador do *Caldeirão* simultaneamente, mas fica claro que as histórias não coincidem com exatidão. Na versão do entrevistado Antônio Inácio da Silva existiam duas crianças carregadas nos garajaus por Bernardino, e sua filha foi vista de longe sendo morta e partida pelo meio. Aguiar funde as histórias do depoimento, e ainda acrescenta: “Ainda pegaram elas pelos cabelos e amarraram em estacas, para que todos vissem o que mereciam os romeiros do meu padrinho Cícero” (AGUIAR, 2005, p.104). Não é isso, porém, que esperamos de um livro que se propõe romance e não História. Tampouco medimos sua qualidade pela medida da fidelidade aos fatos. Enquanto críticos literários, não queremos repetir o

infeliz comentário daqueles que assistem a um filme baseado em um romance e repetem ao final: “o diretor não foi fiel ao livro”. De forma similar, a Literatura também não precisa ser fiel à História, tampouco à realidade verificável, apesar de ser possível que isso aconteça. Nesse caso, como disse Antonio Cândido, em seu *Literatura e Sociedade*, o contexto deixa de ser elemento externo e passa a fazer parte do todo orgânico que constitui o romance. O material histórico não é, como o trataram os formalistas, um pretexto à literatura, mas ele se torna peça fundamental da obra, como todos os outros elementos que a compõem, incluindo os estéticos. Pois, levando em consideração que o romance não nos é apresentado em partes, não é fissurado, todos os seus componentes contribuem para a economia interna na obra.

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista, que se explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (CANDIDO, 2010, p. 14)

Sem qualquer dos elementos a obra seria outra, perderia sua identidade. Aguiar lança mão do material histórico oral de Caldeirão, o amplia e desdobra, opera através da Literatura uma representação ficcional do que realmente aconteceu. Nesse caso, quando a obra traz por tema uma história real, ela não se limita a descrevê-la, a fazer uma transposição dos ambientes, a recontá-la de um modo dramático.

Além de seu teor histórico, *Caldeirão* se passa num espaço que tem sido frequentado por muitos escritores, o Sertão. Neste quesito percebemos no Caldeirão também um Sertão rústico, sem água, cheio de mazelas, rezas, benditos e romarias. No entanto, não podemos esquecer que o *Caldeirão* é um relato de um remanescente do Cariri cearense dos anos 1930 e 1940, que presentifica o evento cerca de 40 anos depois do massacre. O narrador fala, de fato, da posição de um homem que viveu naquele Sertão. No entanto, o autor não se limita às descrições da aura que permeava a rotina daquelas pessoas, ele ficcionaliza um massacre que foi

real, e reconstrói a história daquela comunidade transfundindo a denúncia social, a história que foi calada, na estrutura, no enredo do romance. Não são os livros que contam a história do Caldeirão, tampouco é o relato dos que estavam na posição dos algozes, mas Aguiar dá voz ao massacrado e o deixa “rememorar” o que viveu através de suas impressões.

A construção do romance, amarrada aos registros documentais do massacre de Caldeirão, não faz o livro perder pontos na questão estética. Apesar da quantidade de informações e detalhes acerca da história de Caldeirão, que coincidem em sua grande maioria com os dados dos registros reais, o autor consegue um construto homogêneo em *Caldeirão*. Os elementos referenciais na obra fazem parte de um todo orgânico que funciona harmonicamente. O trabalho com a linguagem, desde o vocabulário do uso cotidiano do sertão cearense, desconhecido pela norma culta, passando pela riqueza de elementos orais presentes no texto até a ficcionalização/dramatização dos registros, transformando-os em narrativa.

O vocabulário usado no livro é, em alguns momentos, quase indecifrável ao leitor que nunca fez parte daquele contexto, que nunca respirou aquela atmosfera. É notória também a proximidade proposital com a oralidade, a construção desta proximidade às vezes simula tão perfeitamente uma conversa que nos provoca a sensação de estarmos com o narrador ao nosso lado, como, por exemplo, na descrição de Zé Lourenço: “Mais tarde, via-se ele usando um chapeuzinho de couro, assim escurecido pelo suor da testa, chega brilhava. Um lenço de seda preta, deste tamanho, olhe.” (AGUIAR, 2005, p. 76) A ênfase é dada não só pela estrutura sintática da narrativa, mas também pelo seu enredo que é baseado apenas nas memórias narradas, é através dela que nos é dada a conhecer a história do Caldeirão. A história aparece impregnada dos sentimentos das personagens. As personalidades deixam de ser apenas nomes e se tornam seres animados, ganham alma.

O romance de Aguiar se aproxima da história também no tocante a declarar logo de início o compromisso que assumiu com “os vencidos”, como cita o autor na já mencionada entrevista a Susana Vargas. De um lado, mesmo deixando a ressalva no início do livro de que “os personagens aqui apresentados nem sempre foram

erigidos a partir de figuras de existência comprovada. Qualquer semelhança com fato ou pessoa (viva ou morta) será mera coincidência” (AGUIAR, 2005, p. 5), *Caldeirão* nos mostra outra coisa, não foi “mera coincidência”, como afirma Cláudio Aguiar a história ficcional coincidir com a história factual. O romance traz relatos que concordam com o que encontramos nas fontes históricas acerca daquela comunidade. É claro, não há uma transposição tal qual da realidade, aliás, como tentaremos mostrar no decorrer deste capítulo, nem mesmo a história consegue fazer isso, tampouco se dispõe a tanto. Ainda assim não é possível negar a proximidade (muitas vezes correspondência) com o massacre real de Caldeirão, com a vida que se levava ali, com relatos como o de boi Mansinho, da prisão dos beatos, da guerra contra as tropas de Rabelo, com a atuação das principais personagens que estavam direta e/ou indiretamente envolvidas naquela comunidade: o beato José Lourenço, Bernardino, Severino Tavares, Floro Bartholomeu, Pe. Cícero, etc. Do outro lado, desta vez de forma explicitamente declarada, o autor anuncia sua vontade de denúncia, sua vontade de verdade, de revelar algo que não pode ser escondido porque não chegou a existir. Esse desejo de expor a verdade, de despi-la está exposto desde a escolha do tema, nunca é por acaso a escolha de um tema. *Caldeirão* não é apenas o único romance sobre a dizimação daquele povo, mas compõe o *hall* bastante escasso de literatura acerca do tema. Aliás, pouco se conhece sobre este evento, melhor dizendo, uma das poucas insurreições rurais que se tornou conhecida no Brasil, graças a Euclides da Cunha, foi a Guerra de Canudos. Em relação ao Caldeirão, a impressão que temos, como já dito, é que a história nem chegou a existir pois nem de longe se tem notícia dela. O romance, porém, não só nos apresenta a história do beato que liderou aquele arraial como também toda a história do Caldeirão com riqueza de detalhes, desde quando ele não era até quando deixou de ser. Além do que, amplia a significação do que foi aquele evento. A ficcionalização da história permite-nos compreender melhor o que foi aquele acontecimento. Possibilita, também, que olhemos de forma crítica para o que ocorreu naquela comunidade específica e em outras semelhantes a ela. Por isso Aguiar dedica o livro “À memória dos camponeses massacrados NÃO SÓ em terras do Caldeirão” [destaque nosso].

Literatura não é só ficção, nem sempre o é. História não é plenamente verdade (pensando aqui verdade atrelada à verificabilidade empírica). A matéria

factual chega às mãos do historiador em sua forma bruta, ele vai lapidá-la de acordo com seus critérios, assim, a escrita histórica consegue ser apenas uma versão da História. Queremos também explorar em que pontos elas se aproximam, na forma, por exemplo, e em quais se distanciam, podendo citar, acentuadamente, em seus objetivos.

Ao mesmo tempo em que discutiremos as relações firmadas entre estes dois campos de estudo, tentaremos tocar a pertinência desta discussão para análise da obra o *Caldeirão*.

O capítulo será dividido em três momentos, os dois primeiros mais voltados às contribuições teóricas acerca do tema e o último focado no romance de Aguiar. Alguns nomes serão muito recorrentes, como Hayden White, Luiz Costa Lima, Michel De Certeau e Antonio Candido. Optamos por nos concentrar naqueles teóricos e críticos citados por perceber maior identificação teórica com as posições por eles adotadas.

2.1 A Literatura na História/ A História na Literatura

É evidente que os objetivos da História e da Literatura são diferentes, seus objetos e suas formas, no entanto, podem coincidir. No tocante aos objetivos, a história tem um compromisso firmado que a literatura não tem. A história registra os acontecimentos, não executando, porém, uma transposição idêntica à realidade. Ela opera uma edição do que aconteceu, escolhendo os fatos que serão registrados e qual receberá mais ênfase, esta edição ocorre sob critérios sócio-políticos definidos pelo historiador. A Literatura pode se valer ou não da História e pode manipulá-la inserindo nela elementos ficcionais. Ela pode fazer uma paródia do que realmente aconteceu, pode expressar um ponto de vista acerca do evento ou mixar dados reais a elementos ficcionais. Daí entramos no que há em comum nos objetos. A Literatura pode lançar mão, ou não, dos mesmos objetos da História, os acontecimentos reais, sendo por eles, inevitavelmente, afetada. De qualquer forma, “O escopo do escritor de um romance deve ser o mesmo do escritor de uma história. Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da realidade.” (WHITE, 1994, p.138.)

Apesar de o escritor impregnar o romance de suas próprias impressões da realidade, uma realidade particular, mesmo nesse caso, ele também precisa empregar um mínimo de coerência a seu texto para torná-lo inteligível ao leitor, para que se possa formular significados a partir da história. Por mais que a narrativa seja fantasiosa, tome os rumos do fantástico, ela também se constrói a partir da realidade, do que é externo à história. São fantasias permitidas por nossa imaginação, seja por meio de herança cultural, seja por especulações plausíveis, por observações feitas ao longo dos anos na história, nos avanços tecnológicos, enfim, o fato é que o autor sempre formula suas ideias na dimensão da experiência humana, ainda que não pretenda verificá-las no âmbito extratextual. Neste aspecto a literatura não é menos real que a história.

Toda história precisa submeter-se tanto a um padrão de coerência quanto a um padrão de correspondência se quiser ser um relato plausível do modo como as coisas *realmente* aconteceram. Pois o preconceito empirista é reforçado pela convicção de que a “realidade” é não só perceptível como coerente em sua estrutura. Uma simples lista de afirmações existenciais singulares, passíveis de verificação, não indica um relato da realidade se não tiver uma coerência, lógica ou estética, que as ligue entre si. Da mesma forma toda ficção deve passar por um teste de correspondência (deve ser adequada como imagem de alguma coisa que está além de si mesma). (WHITE, 1994, p.138)

A chamada “licença poética”, a liberdade de escrita, a possibilidade de burlar o mundo no qual vivemos, também tem suas limitações. A literatura, apesar de seu caráter ficcional, tem origem na experiência humana e constrói o texto dentro dos limites que o campo simbólico estabelece. A história inventada está sujeita a protocolos subjetivos, restrita à gama de possibilidades do imaginário humano.

Acerca da forma, durante bastante tempo não houve a separação/oposição que conhecemos entre a escrita histórica e a escrita literária. A literatura era considerada um dos elementos no campo da retórica que diferia dos outros por seu caráter ficcional. Os teóricos do séc. XVIII apesar de diferenciarem fato de fantasia admitiam que não era possível fazer uma representação dos eventos reais sem recorrer aos recursos ficcionais. Assim, eram separados os campos da história e da escrita histórica. A historiografia era encarada como exercício literário e por isso devia ser analisada sob critérios científicos e literários (WHITE, 1994, p.139).

A ideia de verdade não era equivalente à ideia de fato, mas ao fato ligado ao contexto discursivo no qual era apresentado. No entanto, sob a influência do paradigma positivista da modernidade, a partir do séc. XIX a verdade começou a ser equiparada ao fato, logo, a ficção era o seu oposto.

Antes da chegada da Modernidade, bastava à escrita da história um uso retórico apropriado da linguagem para que o texto parecesse verdade, mesmo que não houvesse exatidão dos fatos. O conceito de verdade tinha sentido híbrido, tratava do objeto real e da forma como iria representá-lo, de um modo uno. A imaginação era usada para construir uma representação adequada da realidade, assim as técnicas de escrita eram tão importantes quanto o próprio tema da história, pois sem elas a história tornar-se-ia inacessível.

Não controlada pela possibilidade de verificação, a verossimilhança tinha por exclusivo lastro interno a capacidade retórica com que era formulada. Não se impunha pois a diferença entre relato verídico e ficcional. Para que o relato fosse retoricamente convincente, em princípio bastava que o estranho e nunca visto fosse mostrado como semelhante ao sabido pelo ouvinte ou leitor. (LIMA, 1997, p. 216)

Um relato teria, assim, *status* de verdade se fosse verossimilhante, se parecesse ser real. A forma como a informação era apresentada era tão importante quanto a própria história. Não havendo possibilidade de verificação empírica, o que era postulado com acuidade retórica era legitimado como verdade.

No entanto, com o passar dos séculos e o maior acesso aos novos espaços, foi ganhando força o relato de viagem e com ele a legitimação da experiência. Podia-se agora ter acesso a um relato fidedigno das coisas. Com a chegada dos tempos modernos, “A pressão em favor da legitimação do eu estava conectada à necessidade pragmática de relatos fidedignos, a qual, da sua parte, engendrava um efeito discursivo simultâneo à separação tendencial da escrita histórica e da literatura.” (LIMA, 1997, p. 217)

A partir do século XIX, com a ebulição de teorias que marcaram a história das ciências em diversos campos de estudo, Filosofia, Ciências Sociais, Biologia, a relação História/Literatura não passou imune. A necessidade de separar as matérias em blocos bem definidos advinda dos tempos modernos não permitia que as duas áreas se misturassem. Era preciso classificar e diferenciar o que era Literatura e o

que era História. O paradigma matemático que chega com força no século XIX, liderado pelo positivismo, não tolera nem dá margem a qualquer espécie de confusão disciplinar. Assim se instala a dicotomia fato x ficção.

A verdade passa a ser sinônimo de fato. A ficção não é mais vista como uma forma de apreender a verdade, de ampliar seus significados, mas é, sim, o seu oposto. Constitui-se, então, um obstáculo à sua compreensão. Nasce, por assim dizer, um discurso histórico ideal, totalmente imaculado de quaisquer resquícios imaginativos, “o sonho de um discurso histórico que consistisse tão somente nas afirmações factualmente exatas sob um domínio de eventos que eram (ou foram) observáveis em princípio” (WHITE, 1994, p. 139). O historiador passa a ser aficionado por se livrar de qualquer elemento que possa confundir seu discurso com alguma forma de ficção, isso significaria distanciá-lo da verdade.

Essa hostilização do aspecto ficcional no discurso histórico eclodiu depois da revolução francesa. As políticas de direita e de esquerda culpavam o pensamento imaginativo pelas consequências e pelos rumos tomados pela revolução, por seu fracasso. Seria impossível a um historiador admitir a afetação derivada das técnicas ficcionais. A história era a ciência realista, a literatura era a representação do imaginário.

Como explicar então as diferentes histórias acerca de um mesmo evento? A resposta dos mais ortodoxos a essa pergunta é que as versões da história são consequência da ideologia de seus historiadores. Livrando-se da ideologia e mantendo-se neutro ante os fatos seria possível uma reconstrução integral da história, teríamos assim um discurso completamente homogêneo, composto de dados factuais adequados, aspirando à exatidão matemática. No entanto, levando em conta que nenhum ser se esvazia de si, não seria realístico pensar em discurso histórico desvinculado dos posicionamentos pessoais do historiador. Esses posicionamentos pessoais, por sua vez, estão ligados a um, ou mais de um direcionamento sócio-político. O discurso histórico sempre será, mesmo que em certa medida, tendencioso.

Esses mesmos historiadores ignoram o fato de que a escrita histórica é um arranjo particular e não geral dos fatos. Ela registra um modo peculiar de organizar o material histórico fragmentado e transformá-lo num todo. Aproxima-se, então, neste

quesito o discurso histórico e o literário, que por sua vez ajunta as ideias para compor um mundo ordenado. O exercício de organização imaginativa não está alienado da realidade, pelo contrário, serve de base para toda atividade cultural, bem como para ciência.

A tentativa de se esquivar das técnicas ficcionais também tem seus limites, e acaba por se resumir à preocupação com a linguagem, preferem a simplicidade ao rebuscamento e esforçam-se em deixar o texto impessoal ao máximo. De qualquer modo, seja de forma mais evidente, seja de modo mais oculto, o aparato adotado pela Literatura também se faz presente na História.

Igualmente a trama adotada na escrita revela também uma posição ideológica. O uso da linguagem implica uma postura política, esteja ele relacionado a eventos reais ou imaginários. Por mais que não se crie um discurso apelativo, não é possível um discurso politicamente neutro.

Hayden White, no capítulo “As ficções da representação factual”, do livro *Trópicos do Discurso*, distingue entre o bom historiador e o historiador vulgar através de sua autoconsciência linguística:

É esta sensibilidade a protocolos linguísticos alternativos, vazados nos modos da metáfora, metonímia, sinédoque e ironia, que distingue os grandes historiadores e filósofos da história de seus congêneres menos interessantes. [...] é esta autoconsciência linguística que os distingue de seus congêneres e seguidores mundanos, que pensam que a linguagem pode servir de meio perfeitamente transparente de representação e que imaginam que, se for encontrada a linguagem correta para descrever os eventos, o sentido destes se revelará à consciência. (WHITE, 1994, p.145, 146)

Mesmo que os fatos sejam tratados de maneira objetiva, assemelhando-se ao máximo à verdade concreta, ainda assim, será preciso costurá-los. O historiador escolherá a linha e o ponto que deseja para unir os retalhos em que se constitui o material histórico. Isso não significa dizer que uma interpretação foi melhor que outra, muitas vezes elas são apenas diferentes, se posicionam em pontos distintos. Por mais impessoal que seja a atitude do historiador, ela é também uma posição política, uma posição que se contrapõe à forma mítica do enredo, tida como não científica.

Devemos levar em conta ainda outro aspecto da história no tocante à sua relação com o texto. Como apontou Certeau, o discurso histórico é diacrônico e como tal compreende os discursos históricos de épocas passadas. No entanto, o acesso ao passado se dá através das representações do passado. O historiador do presente escreve a história em diálogo com os textos, as fontes históricas, que falam dos tempos vividos. Assim, a escrita histórica será sempre um texto dos textos, um discurso construído a partir das fontes de memória da história. Certeau também comparou o ofício do historiador ao do literato, o historiador sempre será um construtor de textos, ele sempre irá compor uma narrativa. (CERTEAU, 1982, p. 65-119)

Não podemos negligenciar o fato de que a tarefa do historiador e do romancista são diferentes. A abordagem que faremos do primeiro está vinculada às suas relações externas, com os eventos, com o contexto. Ao contrário do segundo que não tem este compromisso. Admitir que o historiador, como o romancista, faz uso de protocolos linguísticos não implica dizer que a retórica será o mais importante no seu discurso.

A preocupação com a linguagem do historiador, com suas estratégias expressivas, não tem como pré-condição negá-lo como autor de um discurso específico e distinto do ficcional. [...] Preocupar-se com o texto não supõe considerar-se a verdade (*alétheia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita histórica. Ela é sua aporia. Analiticamente, porém, cabe mostrar os poros que nela se infiltram, assim como que *alétheia* não se esgota no plano da factualidade. (LIMA, 1997, p.37)

A tarefa do historiador sempre terá estas duas faces, por um lado são herdeiros da narrativa, por outro precisam conciliá-la a seu compromisso com a verdade.

No estudo que fizemos neste capítulo queremos destacar os seguintes pontos.

Primeiro, a História, enquanto discurso escrito fará, inevitavelmente, uso das técnicas de escrita. Essas técnicas são também ficcionais e imaginativas. O amálgama histórico encontrado nos registros, que servirão como matéria-prima ao trabalho do historiador, está colocado de um jeito disforme, cheio de fissuras. Assim

a tarefa do historiador será também preencher essas lacunas, costurar os fatos, construir um texto homogêneo cuja coerência permita acesso à História.

Partindo deste pressuposto, de que nem tudo no texto histórico foi retirado de seu contexto, mas sim mesclado às ideias do historiador, e aos protocolos linguísticos dos quais careceu para construir um todo inteligível, conseguimos deduzir que nenhum discurso histórico é neutro, ele carrega as impressões e posicionamentos ideológicos de seu autor. O historiador nos dará uma versão da história, a sua versão, uma versão particular e não geral do que ocorreu. Esse aspecto criativo da historiografia resulta em diversas versões históricas para um mesmo evento. Os historiadores executarão diferentes interpretações acerca de um único acontecimento.

Isso não significa dizer que determinadas interpretações são melhores ou mais exatas que outras. A respeito de um mesmo episódio é possível que se digam muitas coisas, pois ele permite que nos posicionemos em diferentes lugares do qual possamos observá-lo. As interpretações nunca serão iguais, muitas vezes não irão coadunar, afinal de contas cada historiador utiliza critérios próprios e diferentes concepções do mundo, do homem e de suas relações.

O quarto ponto saliente nessa discussão é o que apesar das similaridades entre os discursos literário e histórico, eles são duas coisas distintas, com objetivos diferentes: É perfeitamente possível ler Tucídides como se ele tivesse escrito uma obra de ficção criativa, ou os escritores hipocráticos como se o corpo humano fosse uma fantasia científica construída por um espírito desencarnado, mas só ao preço de supor que não sabemos que os historiógrafos e cientistas procuram fazer algo diferente do que fazem os poetas. (apud LIMA, 1997, p.36)

As relações firmadas com os elementos extratextuais são diferentes na Literatura e na História. É próprio da compreensão histórica do mundo entendê-lo como algo que muda.

O fato de a História fazer uso das mesmas técnicas de escrita que a Literatura não faz dela um discurso ficcional, até porque a verdade não se esgota nas verificações factuais. Tampouco podemos sacralizá-la e ter a falsa ilusão de que a História é um discurso puramente real, sem impressões pessoais e livre de abstração. Estamos tratando de um discurso escrito e como tal demanda arranjos formais e escolhas particulares.

2.2 A História transformada em ficção

Não é deste século, nem do século passado, a tradição de transformar História em ficção. Desde as epopeias que sincronizavam feitos heroicos e fantásticos às batalhas travadas por um povo até os nossos dias com os livros baseados em histórias reais.

A presença da História na Literatura se dá de várias formas. Dentre elas, a mais constante e óbvia é a influência exercida pela História na produção literária. Toda e qualquer obra é construída em um dado lugar e em uma época determinada. Decisivamente toda produção artística e cultural é afetada de alguma forma pelo contexto onde foi produzida. Podendo citar ainda que, no campo literário, o termo História também designa a dinâmica literária, o movimento que ela faz ao longo do tempo.

Ainda sobre a presença da História na Literatura no tocante ao todo em que a obra estava inserida no momento de sua produção, é possível reconhecer duas posições. Uma delas, o formalismo, não admite pertinência alguma no âmbito da Literatura às relações firmadas com a História. Por outro lado, temos o Positivismo que reduz a Literatura às suas representações sociais. A “ilusão genética” à qual Compagnon (2003, p. 197) faz referência acredita que as causas históricas podem explicar a Literatura. Assim, a história literária é, segundo a Teoria literária, responsável por relegar a Literatura à História, quando na verdade aquela escapa a esta.

À diferença da história literária, a história da Literatura em geral se resumia a traçar um relato cronológico das produções literárias de uma nação, prática cuja presença se dá até os nossos dias nas aulas de Literatura das escolas aqui do Brasil. Assim Compagnon define e diferencia História da Literatura e História Literária:

Uma história da literatura (francesa) é uma síntese, uma soma, um panorama, uma obra de vulgarização e, o mais das vezes, não é uma verdadeira história, senão uma simples sucessão de monografias sobre os grandes escritores e os menos grandes, apresentados em ordem cronológica [...] é um manual escolar ou universitário [...].

A hipótese central da história literária é que o escritor e sua obra devem ser compreendidos em sua situação histórica, que a compreensão de um texto

pressupõe o conhecimento de seu contexto: “Uma obra de arte só tem valor em seu ambiente circundante, e o ambiente circundante de toda obra de arte é sua época”. (COMPAGNON, 2003, p. 201)

A história literária surgiu em resposta à crítica literária que tratava das obras ignorando seu aspecto histórico, todas eram colocadas no mesmo patamar, como se fossem contemporâneas. No entanto, mesmo para o Formalismo Russo que acreditava que os procedimentos literários deveriam se opor aos automatismos da linguagem cotidiana, aí também estava presente seu teor histórico, a desfamiliarização era construída em relação ao que era comum, se partia da História para a ela se contrapor. Era o positivismo contra o subjetivismo, a sincronia contra a diacronia, e o universalismo contra o relativismo. Acerca dessa oposição, Compagnon coloca:

A separação estanque entre crítica literária e história literária deve ser denunciada como um engodo. [...] Pode-se estudar o quadro e o ambiente da obra - seu contexto e seus antecedentes - sem considerá-los como causa, mas apenas como condições. Pode-se, sem ambição determinista, falar simplesmente de correlações entre os contextos, os antecedentes e a obra, sem se privar de nada que possa contribuir para uma melhor compreensão da mesma. (COMPAGNON, 2003, p. 204)

A posição da qual olhar os aspectos históricos e sociais presentes na Literatura pode variar. Eles podem simplesmente ser vistos como fornecedores de matéria ao texto, viabilizadores da realização do valor estético, ou realmente como elementos indispensáveis na construção da obra, como constituintes essenciais de um todo, como parte de um organismo que não existiria sem eles. A análise crítica de uma obra não deve, então, se limitar aos aspectos sócio-históricos presentes em um texto, tampouco deve-se ter atitude imanentista, mas sim ir além da superfície em busca dos elementos que deram significação à obra e que formam juntos uma unidade indissolúvel.

A esse respeito, Antonio Candido delineia um breve percurso dos níveis que a crítica sociológica pode alcançar no tocante às obras. A crítica sociológica tem seu início no século XIX, Taine é seu maior representante. No Brasil, Silvio Romero esboçou uma tentativa de desenvolver uma crítica deste teor¹². O aspecto positivo

¹² ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. 6ª ed. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio,

deste tipo de crítica é ter uma compreensão diacrônica e reconhecer as características peculiares a cada época. No entanto, apesar de conseguirem traçar o panorama histórico não conseguem estabelecer a relação entre as condições sócio-históricas e as obras. Muitas vezes o resultado é uma construção paralela, de um lado os aspectos políticos e econômicos de uma dada época, e do outro uma tentativa de intuí-los no livro. O texto é relegado à condição de representante ou espelho de uma sociedade.

Outra modalidade desse estudo se resume a verificar a fidelidade da obra ao seu contexto. Consiste em enumerar e mensurar quão representativa da sociedade a obra é. Em que medida ela bem refletiu os aspectos sociais da realidade empírica.

Podemos ter, ainda, um estudo meramente sociológico que irá analisar a relação entre a obra e seu público. À semelhança deste último temos também o estudo que se baseia na relação do escritor com a obra. Qual a função e/ou posição social do autor e qual sua relação com a natureza do livro e com a organização da sociedade. Ou ainda, o estudo que se concentra na função política das obras e dos autores.

O que percebemos em comum a todas estas modalidades de crítica sociológica é o deslocamento do olhar do texto para o contexto. O interesse pelo meio no qual a obra foi produzida e sua função social ganha mais relevo que a própria obra.

Ora, tais aspectos são capitais para o historiador e sociólogo, mas podem ser secundários e mesmo inúteis para o crítico, interessado em interpretar, se não forem considerados segundo a função que exercem na economia interna da obra, para a qual podem ter contribuído de maneira tão remota que se tornam dispensáveis para esclarecer os casos concretos. [...] não se trata de afirmar ou negar uma dimensão evidente do fato literário; e sim, de averiguar, do ângulo específico da crítica, se ela é decisiva ou apenas aproveitável para entender as obras particulares. (CANDIDO, 2010, p.17)

Candido usa como exemplo o romance *Senhora* (1875) de José de Alencar para ilustrar como atuam algumas dessas abordagens. O livro traz como tema principal um casamento que é executado por meio de relações comerciais, de compra e venda. Como os livros produzidos à época, ele reconstrói ambientes,

costumes, comportamento de classes, identificáveis com o período em que foi escrito. “Apontá-las é tarefa de rotina e não basta para definir o caráter sociológico de um estudo.” (CANDIDO, 2010, p.15) Continuando a análise, vai-se mais adiante ao perceber que, na medida em que o escritor reduz os aspectos humanos da relação firmada no casamento e encerra-o em um trato comercial de compra e venda, tornando o outro uma mercadoria a ser comprada, desde que se tenha dinheiro para tanto, o autor faz uma crítica severa ao modo burguês, à superficialidade das relações humanas. Ainda assim, não chegamos às camadas mais profundas da análise, isso só “ocorre quando este traço social constatado é visto funcionando para formar a estrutura do livro.” (CANDIDO, 2010, p.16)

Assim, somente quando percebemos o elemento social funcionando como elemento constituinte da estrutura da obra, chegamos a sua camada mais profunda. No caso de *Senhora*, a relação de compra e venda, tema do romance, não é apenas um pretexto a seu aspecto estético, ela é transfundida para estrutura da obra que o tempo inteiro se constrói em termos de uma negociação, se parece realmente com uma transação comercial com seus avanços e recuos, pressões e concessões, atitudes secretas, desconhecidas por um dos lados negociantes. O elemento social, neste caso está presente na composição do texto, na forma como a matéria está organizada.

Neste caso saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte. Quando isto se dá, ocorre um paradoxo assinalado inicialmente: o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo.

[...] Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica e linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzir a uma interpretação coerente. Mas nada impede que cada crítico ressalte o elemento da sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra. E nós verificamos que o que a crítica moderna superou não foi a orientação sociológica, sempre possível e legítima, mas o sociologismo crítico, a tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais. (CANDIDO, 2010, p.17)

Se por um lado é impossível não admitir a influência histórica em quaisquer produções culturais, por outro a plena objetividade histórica é uma ilusão, pois só temos acesso ao passado através de outros textos, eles serão o contexto. A história, por sua vez, é um complexo de várias versões da história, ela não é uma e homogênea. Sem se falar que o historiador também é um ser político engajado em vários discursos, e é por meio deles que construirá seu objeto histórico. “[...] os contextos não são eles mesmos senão construções narrativas, ou representações, ainda e sempre, textos. [...] ‘A história é um romance que foi; o romance é uma história que poderia ter sido.’” (COMPAGNON, 2003, p. 223)

Apesar da inevitabilidade de a História e o meio influenciarem a escrita, no caso dos romances que trataram de temas históricos, foram muitas vezes vistos pelos críticos como categorias menores que as enfaticamente fictícias. Em especial a partir de meados do séc. XX com a influência do Estruturalismo e dos Formalistas Russos que queriam fazer da Literatura, à semelhança da Linguagem, uma ciência, quanto mais a Literatura se preocupasse com arranjos estilísticos e quanto mais ela se distinguisse da linguagem cotidiana, melhor ela seria. O contrário também era verdade, o meio extratextual devia ser apenas um pretexto à Literatura, não mais que isso. Um romance histórico falava de um tema já conhecido, seria, assim, de um tipo geral e não particular, perderia na singularidade da obra. Daria mais foco ao evento histórico ao invés dos aspectos formais e internos à obra. Além do mais, evidenciaria a pouca criatividade do autor e suas pretensões em se parecer com outros discursos, no caso, o histórico, o discurso realista por excelência. A primeira necessidade era autonomizar a escrita literária da História. Assim o romancista devia explorar sua liberdade criativa cuja propriedade era só sua, inadmissível ao historiador.

É claro, existem as gradações em que a literatura faz uso do elemento histórico. A história pode ser realmente apenas um pretexto à ficção, pode ser o foco do romance deixando claro ao leitor a preocupação que o autor teve em recorrer às fontes e ser a elas fiel, e, como terceira via, os dois campos, Literatura e História podem correr em conjunto. É possível um romance que fez do evento histórico um elemento interno ao texto colocando-o como parte do todo orgânico, tão importante à obra quanto os elementos estéticos, psicológicos, linguísticos.

Em *Caldeirão*, por exemplo, percebemos um trânsito constante entre fato e ficção, não sendo possível, mesmo para um especialista na História de Caldeirão, separar com exatidão em que pontos o autor estava realmente falando a “verdade” e em que momentos ele estava “inventando”. Nos últimos tópicos deste capítulo entraremos mais a fundo neste assunto mostrando a mescla entre fato e ficção, seja através das personagens, ora reais, ora inventadas, seja no relato de eventos apreendidos na história de forma parcialmente factual. É indiscutível, porém, que a Literatura lança um outro olhar sobre o acontecimento, amplia seus significados.

Apesar do relativismo exacerbado presente na nossa sociedade desde o século XX, não podemos cair na armadilha de confundir tudo com História, ou, pelo contrário, dizer que qualquer coisa é Literatura. Ambas preservam suas características intrínsecas. Há muita pertinência nas discussões empreendidas por Hayden White, de fato, a escrita da história lança mão de técnicas ficcionais como nos textos literários. Seria ingênuo encarar o discurso histórico como uma verdade última e não como o que realmente é, uma versão dos fatos. No entanto, é preciso ter em mente que por mais que se aproximem, o discurso histórico e o ficcional são dois campos com natureza e objetivos diferentes, apesar de manterem intenso diálogo. “O romance histórico não pode ser lido como História, da mesma forma que elementos literários no texto histórico não o transformam em Literatura” (MALARD, 2006, p.86). Malard ainda nos adverte acerca da diferença entre conjectura e invenção, a primeira seria direcionada à História, a segunda à Literatura. É interessante aquela ressalva, pois a conjectura também é em parte invenção porque baseada em hipótese não confirmada, porém a conjectura é uma especulação fundada no que provavelmente aconteceu. A invenção, no entanto, não está sob este condicionante. Não podemos assim incorrer no risco de confundir as duas disciplinas sob pena, no caso da História, de perder seu sentido original, e, no caso da Literatura:

As invenções que não devem ser confundidas com conjecturas [...], acabam por ser tomadas como material cognoscitivo, sujeito a práticas investigativas que procuram chegar o mais próximo possível de alguma verdade. Em contrapartida, a condição literária desses textos sai enormemente diminuída, quer tomemos a Literatura como arte, quer como comunicação ou “máquina de expressão”. [...] Assim como não me parece legítimo ao historiador ficcionalizar, distorcer ou ignorar documentos, fontes, testemunhos, narrações e etc., também vejo como fracasso literário o romancista organizar arquivos, imparcial e friamente, em prejuízo da

invenção, da fantasia, do trabalho com a linguagem e com o imaginário. Ou, o que é pior: ler-se o seu romance como se ele fosse um competente arquivista. (MALARD, 2006, p.92)

Não é nosso interesse delimitar as fronteiras entre História e Literatura, tampouco definir até onde vai o território daquela e onde começa o desta. Nosso objetivo é, no entanto, tentar mostrar que é equivocado o pensamento de que História é puramente a “verdade”, inquestionável, intocada por qualquer espécie de subjetivismo, ou que levar as últimas consequências a autonomia literária é um engodo. A Literatura, de alguma forma, faz referência às experiências humanas, mesmo que às avessas. É preciso esse comportamento se o texto literário se pretende cognoscível, gerador de significados. No outro caso, entre a História e sua escrita está presente a figura do historiador, que vai selecionar os eventos e colocar neles um enfoque que dará pistas de forma direta ou em suas entrelinhas das suas escolhas políticas, haja vista o historiador não se desapartar de seus posicionamentos ideológicos no momento da escrita. Logo, torna-se impossível a construção de um discurso neutro.

Não queremos por sua vez deixar de notar o compromisso de ambas as disciplinas. A Literatura continua sendo uma forma artística e não um documento, da mesma forma que o historiador idôneo continuará a se preocupar com a realidade dos fatos e com sua transmissão em forma de discurso.

História e Literatura são dois terrenos distintos, que permitem, porém, pontes entre si. São semelhantes em muitos aspectos, ter um conceito coerente a respeito dos dois pode ajudar-nos a compreendê-los melhor e entender as relações entre eles. No caso do estudo que tentamos empreender neste trabalho acerca do romance Caldeirão, é indispensável tornar claros esses contatos entre História e Literatura, em especial porque se trata de um texto que experimenta de maneira assaz intensa o relato histórico.

Desde bem cedo, nos nossos primeiros contatos com a História, via escola, somos levados a colocá-la, a História, numa posição idealizada. A ilusória crença de que a escrita da história é limitada a um registro puro dos fatos, de que não foi tocada por interesses e critérios humanos, sociais e políticos, leva-nos a desconhecer sua natureza. A legitimidade do discurso histórico enquanto discurso

da verdade, da veracidade, torna mais turvo o nosso olhar ante a seguinte constatação: tudo o que foi registrado na história foi antes selecionado e editado até chegar aos livros. A história não é uma simples transposição dos acontecimentos, escrever e narrar é bem mais complexo, e o bom historiador tem consciência desta natureza. Ele sabe que os registros com os quais conta não são integralmente fiéis. Foram documentadas as impressões de uma pessoa acerca de determinado evento a partir de uma posição imbricada de aspectos políticos e identitários. Existe, porém, uma resistência dos mais ortodoxos em aceitar a forma como a História se comporta, não se sentem confortáveis com a ausência de limites bem delineados entre Literatura e História.

Mas de um modo geral houve relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestadamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 1994, p.98.)

O ideal de verdade atrelado à história desde os gregos pressupõe um distanciamento entre ela e a ficção. Assim também, para os teóricos de Literatura adeptos do Formalismo, o romance que assume um aspecto de comunicação direta deixa de ser Literatura e se torna um gênero “bastardo” (WHITE, 1994, p.100). Deste modo, admitir que a escrita da História se utiliza das técnicas da narrativa ficcional ou aceitar a competência criativa do historiador significa, no mínimo, descaracterizar a História.

No entanto, aquela competência criativa é imprescindível à atividade do historiador visto que é preciso preencher as lacunas, dar uniformidade e coesão à escrita, senão a História pareceria uma colcha de retalhos. O historiador precisa caminhar em duas vias, em um lado ele precisa inferir as possíveis histórias nas entrelinhas do testemunho ao qual teve acesso, e não se limitar à superfície da história que lhe é apresentada. Por outro lado, ele também precisa saber lidar com as fontes documentais da História que serão, inevitavelmente, incompletas e fragmentadas. Ele precisa ordenar, dar forma ao emaranhado de fatos que se apresentam, estabelecer pontos de ligamento e construir as relações firmadas entre eles para que se tornem cognoscíveis aos leitores. Os fatos isoladamente são neutros, mas é a forma que eles receberão do historiador que vai direcionar o modo

como os interpretamos. É o olhar do historiador que insere a carga política que às vezes nos parece tão natural.

Não podemos mais pensar a escrita da história em termos de verdade absoluta, de um registro da realidade transposto para o papel. Como na ficção, ela direciona o olhar do leitor e permite ao historiador preencher as brechas entre os retalhos, entre os fatos, entre os documentos, que chegam fragmentados. Tampouco é a História um discurso neutro, muito pelo contrário. Como já dissemos mais acima, os eventos isoladamente não estão carregados de impressões políticas e ideológicas. A partir do momento que são transformados em História são afetados pelo olhar e pela edição tendenciosa do historiador, que inevitavelmente irá transpor à escrita da história suas impressões e seus valores.

A história dos historiadores não é mais uma nem unificada, mas se compõe de uma multiplicidade de histórias parciais, de cronologias heterogêneas e de relatos contraditórios. [...] A História é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura. A objetividade ou a transcendência da História é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico. (COMPAGNON, 2003, p. 223)

O contexto histórico é mesmo uma grande narrativa, e é totalmente possível estabelecermos diálogos que aproximem História e Literatura, que ampliem a forma de apreender a ambos. “A história, declara o clichê tradicionalizado, habita a encruzilhada entre a ciência e a arte” (LIMA, 1997, p. 214).

Nesse ponto a escrita histórica se assemelha à Literatura, que também precisa apresentar em seu enredo elementos que se inter-relacionam de forma coesa, dando à narrativa uma coerência que a confere um certo grau de aceitabilidade por parte do leitor.

A literatura trabalha no limite entre a referência e a auto referência, entre a ficção e o fato. Ela dá forma ao real, ficcionaliza-o.

Ao falar sobre o testemunho e compará-lo à Literatura, Selligman-Silva constata que nos dois campos existe a possibilidade da não-verdade. No entanto, em ambos, o interlocutor assume a posição de credulidade, ele é conduzido a dar ao texto um voto de confiança. “Um texto totalmente ficcional de testemunho, mas que é apresentado como autêntico, mobiliza os leitores como se não se tratasse de um

texto apócrifo. Não importa nesse caso, se o autor agiu de boa ou de má-fé visando iludir os seus leitores” (SELLIGMAN-SILVA, 2003, p.377).

[...] insiste várias vezes na necessidade do registro ficcional para apresentação dos eventos no campo de concentração. Apenas a passagem pela imaginação poderia dar conta daquilo que escapa ao conceito. [...] o que conta é a capacidade de criar imagens, comparações e sobretudo de evocar o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado.(SELLIGMAN-SILVA, 2003, p. 380)

A esse respeito é interessante notar que as maiores referências dos textos de testemunho não tem autoria dos sobreviventes autênticos. Na verdade, é como se as testemunhas oculares de determinada tragédia não tivessem condição de narrar os fatos, nem de detalhá-los, já que estavam neles inseridos. Um olhar de quem está fora do contexto pode, porém, enxergar com mais minúcia o que está acontecendo.

Entre as principais referências teóricas acerca da narrativa, em especial as que acontecem depois de grandes tragédias, está *O Narrador* de Benjamin (1985). Benjamin lança base para discussões que acontecerão posteriormente acerca da memória e do relato de memória. Segundo o autor os sobreviventes de catástrofes voltam com sua capacidade comunicativa afetada, voltam silenciosos. E é, talvez, só através da ficcionalização do real que temos mais intensamente acesso a seu relato/testemunho.

Pensar, como na Literatura de testemunho, uma Literatura que retoma um evento Histórico com a intenção de lançar sobre ele um outro olhar, de direcionar esse olhar às vistas do leitor, implica repensar, ou mesmo ampliar nosso conceito de literatura, “a relação desse autor com o passado ao qual ele tenta dar uma forma tem o caráter de um compromisso ético” (SELLIGMAN-SILVA, 2003, p. 382).

Sim, é muitas vezes por meio de um romance ou de um filme que conhecemos um determinado evento por um outro ângulo. A ficcionalização do real nos permite apreender os acontecimentos de formas outras, e a cada novo contato, ou a cada contato com uma forma de leitura diferente acerca de um mesmo fato, temos a impressão de estar conhecendo algo que nos parece novo.

O poder da ficção ante o seu espectador é tão forte (desde muito tempo, perdurando até os nossos dias) que é usado como tática política, para mudar e/ou influenciar a imagem que o público tem a respeito de alguma coisa, pessoa, país, situação, evento histórico. A ficção, em seus diversos veículos e suportes, foi muitas vezes usada para criar estereótipos, nos fazer crer alguma coisa, naturalizar ou provocar estranheza em relação a algo, sensações que não teríamos espontaneamente. A esse respeito Slavoj Žižek, no prefácio de seu *Lacrimae Rerum*, critica negativamente *Munich*, filme de Steven Spielberg, por fazer uma abordagem desonesta do confronto entre Israel e Palestina. Enfatizando a complexidade psicológica dos seres humanos, segundo o crítico, esse pseudo-realismo tenta nos induzir a minimizar as consequências reais daquele combate por fazer-nos pensar aqueles homens não mais como assassinos, mas pessoas com dúvidas psicológicas, humanas, acima de tudo. Žižek refere-se a essa “humanização”, como estratégia ideológica e explica o porquê:

[...] essa “humanização” serve para ofuscar a questão principal: a necessidade de uma análise política impiedosa dos interesses por trás de nossas atividades político-militares. Nossas lutas político-militares não são exatamente uma história nebulosa que acaba de maneira brutal com nossas vidas pessoais - elas são algo de que participamos de forma integral. (2009, p.8)

Percebemos, assim, duas formas distintas da qual olhar para os conflitos entre aqueles dois países.

Perdemos a conta de quantas histórias foram escritas sobre o Holocausto, de quantos livros e filmes o tomaram por tema. Como apontar qual desses foi o melhor, o mais justo, o mais fiel, o correto? Que explicação dar para relatos diferentes acerca do mesmo evento, se os registros pudessem realmente ser transpostos com exatidão? Os historiadores culpavam, nesse caso, as distorções ideológicas ou os dados factuais inadequados. Explicação evasiva, pois bem sabemos que nenhuma descrição a respeito de um fato é terminada, mas sim provisória, pode mudar a qualquer momento por uma novidade que aparece, ou por um detalhe que passou despercebido e logo depois foi notado.

É inevitável que se aproximem os caminhos da História e da Literatura, muitas vezes, podem se cruzar mesmo. Mas, podemos evitar o prejuízo da relativização extrema das disciplinas, de confundi-las.

Seja por meio das técnicas de que lançam mão a escrita histórica e a literatura, seja por meio do arranjo com a linguagem, seja através do conteúdo, essas duas disciplinas se aproximam e se completam. Os romances que abordam temas históricos nos fornecem um olhar novo acerca dos relatos, problematiza-os, faz-nos pensar como poderiam ter sido, nos fazem querer intervir e pensar a história. Da mesma forma a escrita da história se utiliza de mecanismos próprios à ficção para tornar a história acessível aos seus leitores. A história, direta ou indiretamente, sempre vai motivar a literatura, e vice-versa.

À semelhança do historiador, quando um escritor decide transformar história em literatura, quando decide tomar por tema algum evento real e ficcionalizá-lo, ele processa o material histórico cru, que nos é impessoal, e o torna animado. As informações, os dados obtidos, os registros são colocados na estrutura narrativa como parte de um todo indissolúvel.

A estratégia mais saliente usada neste processo é a humanização, que nem sempre tem a carga ideológica a qual se referiu Zizek. Ela consiste em dar a devida dimensão humana a um evento que muitas vezes conhecemos de um ponto distante. Através da ficção conseguimos nos aproximar dele e o apreendermos nos colocando em outra posição. Nomes deixam de ser apenas nomes e tornam-se personagens com alma e limitações tão complexas quanto as nossas, que vivem dramas amorosos, dificuldades financeiras, perdas emocionais. A objetividade da história cede lugar às impressões das personagens e do narrador, à carga dramática dosada ao gosto do autor.

Se a ficção reproduziu a realidade de forma fiel será sempre uma pergunta sem resposta. A literatura fala sobre como a coisa poderia ter sido, ou como *talvez* tenha sido. Por mais que o texto se apegue às fontes históricas ele não conseguirá fazer uma reconstrução fidedigna do passado, apenas presentificá-lo. Falaremos mais a esse respeito no capítulo seguinte, dedicado à memória.

No caso de Caldeirão muitos relatos encontrados em fontes históricas sobre o evento foram transformados em cena: o caso da morte de Mansinho, a prisão de Zé Lourenço, a guerras entre os romeiros do Juazeiro e as tropas de Franco Rabelo. Essas cenas foram vistas pelos nossos olhos carregadas de um subjetivismo próprio à ficção. O leitor consegue mesmo definir como era a personalidade e o comportamento de cada personagem daquela história. Floro Bartolomeu era ganancioso e inescrupuloso, Pe. Cícero era generoso, Zé Lourenço, trabalhador e abnegado, o velho Lourenço, pai do beato, era violento e impaciente, Severino Tavares era destemido... E assim por diante, era a visão interna dos elementos circundantes do Caldeirão. Era como o narrador a enxerga, um remanescente daquela comunidade, que viveu nela e participou na sua construção. O narrador/personagem de Caldeirão, Mestre Bernardino, tem uma visão crítica acerca de tudo que ali ocorreu, sua visão é também complexa, pois não se reduz àquela comunidade específica. Ele fala sobre o governo, sobre seus objetivos, o porquê de suas ameaças, fala das tropas armadas de seu perfil ante os desfavorecidos, da crueldade do homem, chegando, alguns trechos, a evidenciar uma carga filosófica.

O trabalho do escritor é animar ou dar vida à História, ela deixa de parecer um livro didático e se torna uma narrativa. A ficção também opera um preenchimento das lacunas deixadas pela História. Por exemplo, em Caldeirão foi transformada em cena a comissão à qual Pe. Cícero designou José Lourenço. No romance, porém, essa comissão veio impregnada de uma carga miraculosa, pois o padre nunca havia visto Lourenço, no entanto, não só sabia seu nome, mas o que procurava. Conseguia enxergar seu coração a ponto de exercer de imediato confiança no beato, dando-lhe a responsabilidade de conduzir o povo de Baixa D'Antas, o sítio que havia arrendado.

No tópico seguinte iremos fazer uma análise de forma mais detalhada da ficcionalização da História do massacre ocorrido no sertão Cariri.

2.3 A Literatura contando a História do Caldeirão

O *Caldeirão* apresenta uma espécie de mote para o título: “Pedaço de conversa de velório dito por mestre Bernardino, curandeiro, guerreiro e decurião do povo de Caldeirão, arraial situado na chapada do Araripe nas terras do vale do Cariri cearense, no qual narra a verdadeira história dos funestos acontecimentos d’A Santa Cruz do Deserto destruída violentamente pelas armas militares e onde também são reveladas as feitorias do beato José Lourenço.” É um condensado perfeito do que espera o leitor. O *Caldeirão* é uma narrativa do mestre Bernardino, sobrevivente daquela comunidade, daquilo que foi o Caldeirão, sua história real, não a que foi contada pelos jornais com as deformações mandadas pelo governo. Uma história que contempla também o curso que seguia a vida do beato Zé Lourenço, líder de Caldeirão.

A dedicatória do livro diz também sobre o posicionamento político do autor: “À memória dos camponeses massacrados não só em terras do Caldeirão”. Seguida de uma explicação acerca da ficcionalidade das personagens, que, em sua maioria, são parte da história real. O livro também conta com mapas e desenhos do que foi o Caldeirão e um prefácio de Franklin Oliveira, que aponta a natureza da narrativa de Caldeirão: “João Ubaldo opõe a estória à história no sentido de que sua ficção aponta para um mundo como ele não deveria ser. Cláudio Aguiar faz um caminho inverso: ele parte da história para estória. A sua é uma ficção historicizada.” O prefaciador de Caldeirão também nos faz atentar para uma outra característica marcante da obra. O elemento social, de denúncia e crítica é muito forte na história, o que tem sido pouco comum nos autores que evitam o chamado discurso tendencioso e viciado:

A verdade social, que nele se instala, comunica a Caldeirão uma verdade transliterária ausente na maioria dos nossos romancistas, politicamente neutros. A linha dos romances que criam espaço para heróis verticais encontra forte expressão na arte de narrar de Cláudio Aguiar. [...] em Caldeirão a psicologia das personagens está dialeticamente ligada a toda uma estrutura social. Em consequência a subjetividade também é dinâmica, e não estática. (OLIVEIRA apud AGUIAR, 2005, p.11)

Oliveira, no entanto, deixa a ressalva no prefácio de *Caldeirão*: “esta intencionalidade política não é nociva à validade artística da obra” (AGUIAR, 2005, p.11). Apesar da clareza com que se posiciona politicamente na obra, Aguiar não coloca o romance a serviço da militância.

O romance começa com um ensaio de diálogo entre Bernardino e um interlocutor desconhecido, provavelmente um jornalista, que provocado pela morte de Zé Lourenço procurou saber sobre sua história e do povo de Caldeirão. Bernardino se disponibiliza a contar a história desde a época que o Caldeirão ainda não era.

Diferente do que faz Euclides da Cunha, que se põe porta-voz do povo, Cláudio Aguiar empresta voz ao Sertanejo e o põe a falar a seu modo, enquanto ser crítico e politicamente consciente: “São as operações da vida, a aritmética dos caprichos de poucos gerando a progressão alucinante dos sofrimentos de muitos. Ah, que peste o sofrimento” (AGUIAR, 2005, p. 66).

O livro inicia com a História de fins do século XIX. O narrador faz menção a todas as pequenas revoltas que envolveram a Paraíba, estado natal de Zé Lourenço, até chegar ao Ceará. Por exemplo, o “Quebra-quilos”, a revolta contra o novo sistema de pesos e mediadas:

Quando não havia mais nem capangas nem soldados, o povo tomou conta da cidade. Arrombou a cadeia e soltou os presos. Quebrou todos os pesos e medidas ligados ao novo sistema decimal. João Carga D’Água ordenava aos gritos que ninguém roubasse nada. [...] -Vamos aos papéis que nos amarram à miséria, à escravidão, ao lucro fácil dessa cambada de ladrão... Primeiro vamos à coletoria. De lá, ao cartório do Pedro Américo; daí à câmara e, por fim, aos correios... Rasgar e queimar tudo...Vamos lá pessoal. (AGUIAR, 2005, p.27)

Esses eventos locais, como o massacre que ocorreu em Caldeirão, são desconhecidos no panorama geral da história do Brasil. Eles foram inseridos no romance como parte do contexto no qual viveu a família do beato. O pai do beato foi colocado na história como engajado nos movimentos de protesto e revolta ocorridos na Paraíba.

O narrador reconstrói a biografia do líder de Caldeirão. Este mecanismo também faz parte da estratégia de tornar a história familiar, mais pessoal. O narrador nos mostra um cenário diacrônico que vai da infância do beato Zé Lourenço, mixada aos eventos que marcaram a época, até sua morte, em Pernambuco. Não sabemos se a personalidade das personagens foi baseada na impressão que o escritor teve nas entrevistas que obteve de remanescentes do Caldeirão, o fato é que a história daquela comunidade cresceu no livro em meio a um ambiente subjetivado pelo

autor. Aguiar deu uma infância difícil a José Lourenço, que fugiu de casa, e miraculosamente reencontrou os pais justo em Juazeiro, lugar que o conduziria a liderança de Caldeirão. É como se Pe. Cícero já esperasse por ele. Foi na terra santa do Ceará que o beato encontrou sua verdadeira vocação. Para tornar ainda mais nobre a abnegação de Lourenço, o narrador o apresenta como homem que, à diferença dos que o rodeavam, era quase incrédulo, não gostava e não frequentava a igreja. E, sempre que Lourenço buscava ajuda de alguém para encontrar seus pais em Juazeiro: “só meu padinho” podia ajudá-lo. Então foi, a contragosto, à casa de Pe. Cícero.

As rezas, porém, o perseguiram ora silenciosas, ora soletradas. [...] Logo se aborrecia. Porque teria que suportar aquelas ladainhas sem fim? [...] Bebeu água e já ia saindo quando lembrou de perguntar pelos seus pais. A mulher olhou pra ele e disse que não sabia. Quem podia lhe dizer algo era meu padrinho Ciço. Lourenço agradeceu e saiu aborrecido. [...] – Não adianta teimar rapaz. Vá lá. O meu padim Ciço conhece todo mundo... [...] Naquelas horas em que José Lourenço procurava seus familiares, nem ao menos suspeitava de que o Cariri um dia faria parte de sua vida. [...] Aproximou-se e soube que estava em frente da casa de padrinho Cícero. José Lourenço sentiu uma palpitação danada. Passou a mão pela testa e jogou fora o suor que descia. Parado, observando o movimento, lembrou-se da recomendação do homem que conhecera na romaria de Paraíba até Juazeiro. [...] De repente, andou no rumo do batente da casa de padre Cícero e quando viu botara o pé no portal. Ele não era supersticioso, mas quando deu fé, olhou para o pé e constatou que era o direito. Avançou e entrou, tudo iria dar certo. [...] José Lourenço achegou-se e tomou a bênção a meu padrinho Cícero. (AGUIAR, 2005, p.: 59, 64)

Essa cena foi um relato verídico de um remanescente do Caldeirão, o encontramos no documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* de Rosemberg Cariry. Um dos sobreviventes que prestam depoimento no filme reproduz a fala de padre Cícero no momento de seu encontro com o beato: “- José, eu estava te esperando há muito tempo, José. Tu estavas escolhido, José. Tu vais me ajudar a carregar o peso da Santa Cruz para a salvação do gênero humano, José” (AGUIAR, 2005, p.64). Aguiar procurou não só os registros escritos, mas também utilizou as memórias daqueles que viveram o beato e a História de Caldeirão. Percebemos um emaranhado de ficção, história, fontes orais. Todos eles constituintes de um todo orgânico, porque o leitor o executa de forma una, sem pensar no que é e no que não é fato.

O narrador é onisciente e conhece também os pensamentos de Lourenço. A personalidade humilde do futuro beato é acentuada quando ele cogita não aceitar a comissão de Pe. Cícero. No entanto, não havia outra opção. Ele estava predestinado àquilo. E padre Cícero, homem iluminado, tocado pela “Mãe de Deus” foi divinamente inspirado a reconhecer José Lourenço. O momento daquele encontro foi singularizado. Para tanto o escritor constrói uma ocasião única entre o padre e Lourenço, apenas os dois compreendem o que estava acontecendo ali. Os dois estão sob uma espécie de encantamento do qual os outros presentes não são partícipes, logo, não conseguem compreender como aqueles dois homens desconhecidos se identificaram e já esperavam um pelo outro.

José Lourenço pensou em dizer que o padre procurasse um de mais capacidade. [...] Ele era apenas um pobre negro que vivia só, procurando os seus pais, um fugido de sua casa... Mas o padre Cícero adiantou-se: - Já chega, já chega, meu filhinho. É tu mesmo, José. É tu mesmo, José. Vai lá dentro e fala com Mocinha. [...] José Lourenço, por fim, ajoelhou-se e beijou as mãos de meu padrinho e saiu de pensamento mudado. (AGUIAR, 2005, p.65)

A beata Mocinha, também já esperava por Lourenço: “- Sou eu. Você se chama Lourenço e vai trabalhar comigo. [...] E assim ele entrou na intimidade de meu padrinho Cícero” (AGUIAR, 2005, p.66).

O enredo faz o leitor simpatizar com a figura do beato, e ter um olhar desconfiado em relação a padre Cícero. No caso do padre, a forma como o narrador o apresenta soa um tanto ingênua. Apesar da clareza no tocante ao envolvimento político de Cícero, de ele se esquivar em determinados casos (como na guerra incitada por Floro Bartolomeu contra as tropas de Fortaleza, na morte do boi Mansinho, na prisão do beato) de defender seus romeiros, que o elegeram santo, preferindo aliança com os poderosos, com os coronéis; o narrador, que também é romeiro de Cícero, não aceita os pecados do padre e sempre dá um jeito de isentá-lo da culpa. Mesmo reconhecendo a parcialidade com a qual Pe. Cícero se comportava, o narrador resignava-se:

Claro que nunca falei nem da beata mocinha nem do doutor Fuloro. Eles eram graúdos, pessoas influentes do conviver diário, educados numa situação diferente da minha. Eles tinham a sala da frente. Eu vivia no fundo do quintal. Um raizeiro como eu nunca poderia desbancar aqueles conselheiros de todas as horas de meu padrinho. (AGUIAR, 2005, p.81)

A presença da ordem de penitentes da qual fez parte José Lourenço, a “corte celestial”, serve para redimi-lo de seus antigos hábitos bestiais. A imagem que o leitor é levado a construir acerca do beato é que ele era um homem comum e imperfeito. No entanto, foi escolhido por Deus e padre Cícero, seu representante na terra e dono da terra santa, Juazeiro, e largou sua vida de pecados. Ele não apenas deixou as práticas de seu antigo proceder como também, para se mostrar merecedor do privilégio de ser ungido por Deus, cumpria penitências para expiar seus pecados. Quando José Lourenço conhece a ordem de penitentes que atuava naquele lugar, não teve dúvidas, juntou-se a ela rapidamente. Apesar de ponderar as advertências de Pe. Cícero, que sob influência do Vaticano não apoiava a prática da penitência, pesou mais a concepção popular do catolicismo:

O que afinal era certo? Os sermões do padre Cícero ou as vexadas lapadas dos homens pecadores nas lamentações das almas sobre a serra do Horto? Contrariavam o padre porque achavam que precisavam de muitas bordoadas. [...] José Lourenço, recordando de seus pecados bestiais, decidiu seguir o grupo durante largo percurso e até decorou trecho de bendito. (AGUIAR, 2005, p. 74)

José Lourenço prossegue na Corte Celestial até que seu pai descobre, e ele deixa a ordem.

Apesar de toda essa ênfase na nobreza do beato, de ele ter sido fruto da admiração do narrador, esse aspecto de sua personalidade é contrastado com uma visão muito objetiva acerca de Lourenço, nem um pouco idealizada. O narrador expõe que, no sertão, não há muitas opções do que fazer, de ganhar o sustento diário, a beatice e a caridade foram a profissão encontrada por Zé Lourenço.

Entre ser bom e ser bom só porque não se pode ser de outra maneira, palpita diferença. José Lourenço, investigo agora, era bom porque não podia ser de outro jeito. Esperteza não saía de seu idioma de vivência matuta. Reza e trabalho como formas de atender às chamadas da razão, presentes em todas as horas, faziam dele um homem afável e cordato. Em Baixa D’Antas não vi outro querer de vida. (AGUIAR, 2005, p. 84)

A terra nova onde Lourenço se instalara com sua família também sofre uma representação notável no livro. Como registramos no capítulo anterior, depois do milagre de Pe. Cícero, no qual a hóstia foi transformada em sangue no momento da comunhão, aquela terra passou a ser vista como terra santa. A Jerusalém do sertão, Juazeiro, era o lugar para onde acorriam fiéis de todo o Nordeste, Paraíba, Alagoas,

Rio Grande do Norte, e do próprio Ceará. Diante da seca, da miséria, e da exploração dos grandes fazendeiros, Juazeiro era sua última esperança para uma vida melhor. Essa ideia foi representada no livro desde o primeiro contato dos romeiros com a terra santa. Ao aproximarem-se da cidade, quando ela se anuncia no horizonte, sua aura mística começa a se apresentar no romance, e um novo ambiente se instala. Não mais a seca e a fome, mas o florescimento, a abundância e a paz de um paraíso:

Quando José Lourenço pisou nas terras do Ceará, deixando para trás as pedras misturadas com a vegetação baixa das Cajazeiras, só então notou que andava num chão diferente. Todos sentiam algo especial. [...] Houve um momento, no entanto, em que tudo se transformou em euforia. À madrugada, quando a aurora já começava a clarear, lá longe, apareceu a chapada do Araripe, contornando todo vale do Cariri. [...] Enchiam-se de esperança, porque chegavam à terra prometida. José Lourenço, [...] também contemplava, empolgado, o verde dos sítios, os babaçus e os buritis misturados com canaviais ao longo do pé da chapada do Araripe. Parecia um mar, cobrindo o mundo. (AGUIAR, 2005, p.57)

Depois de conhecer o Pe. Cícero, Zé Lourenço foi para Baixa D'Antas, o sítio arrendado pelo padre, no qual recebeu os romeiros e ajuntou o povo que mais tarde habitaria Caldeirão.

Zé Lourenço não sabia que se mudaria tantas vezes e teria tantos problemas com a terra. Estiveram em Baixa D'Antas, firmaram morada lá, cultivaram a terra e produziram. Quando menos esperaram tiveram de desocupar o lugar porque o proprietário vendera aquelas terras. Chegaram ao Caldeirão quando ainda era um sítio desolado. Lá construíram casas, igreja, as lavouras, contavam com a água do açude natural e cultivavam quase tudo que consumiam. No entanto, quando o governo percebeu que a comunidade ganhava força, sentiram a ameaça de presenciarem uma nova Canudos. E, assim, começaram a perseguir o povo de Caldeirão, acusando-os de propagar o comunismo. A morte de Pe. Cícero foi a gota d'água. Eles foram ameaçados de invasores de terra, pois Cícero havia deixado o sítio em testamento para os padres salesianos.

A luta por terra onde morar e cultivar, a crítica à necessidade e à urgência de uma reforma agrária no Brasil é colocada no livro não só no nível informativo, citando Candido, ela realmente compõe e motiva a estrutura do romance. Ela está presente no eterno nomadismo forçado daquele povo, que vivia a mercê da boa-fé

alheia. Não têm nenhum bem registrado em papel, iam de um lugar para outro e quando criavam vínculo com a nova morada precisavam novamente evadi-la.

O autor tem consciência dos problemas envolvidos com a posse de terra e com sua distribuição. Por causa de suas alianças políticas padre Cicero recebera muitas doações em terra e adquirira outras propriedades com as gordas doações em dinheiro, mas não deixara nada àquele povo que trabalhou a vida inteira, tampouco a Zé Lourenço, seu homem de confiança.

Conhecemos a História do Caldeirão através do romance *Caldeirão*, o qual nos foi apresentado através dos olhos de um narrador que viveu a construção daquela comunidade e os percalços por ela encontrados.

A representação ficcional daquele evento nos ajuda a conhecê-lo, melhor compreendê-lo e apreendê-lo sob uma ótica outra, a ótica de um autor que deu foco aos que foram ali dizimados.

3. As memórias do Caldeirão

A memória é o principal recurso usado no romance *Caldeirão*. A obra é uma narrativa das lembranças de um dos sobreviventes da comunidade situada no Cariri cearense. Mestre Bernardino, um dos remanescentes do arraial, relembra como era a vida no Caldeirão e conta sua história a um repórter que o visita à ocasião da morte do beato José Lourenço.

O autor retoma uma ferramenta de memória usada nas sociedades orais e nas sociedades escritas: a narrativa. É por meio da linguagem e do ato de contar história que o passado daquela comunidade é presentificado.

O trabalho deste capítulo será, então, apresentar algumas abordagens acerca da memória, analisar as relações entre memória individual e coletiva e discutir de forma breve a vinculação entre a experiência de narrar e o ato de lembrar. Analisaremos também a memória histórica e seu esquecimento. E, por último, falaremos das memórias do Caldeirão.

3.1 O que é memória?

A memória, de forma mais simples, pode ser pensada enquanto recurso psíquico que nos permite guardar informações passadas, atualizá-las e retomá-las.

Começemos por diferenciar história e memória. Apesar de haver um ponto comum entre as duas, o passado, elas têm naturezas diferentes. “A história é um pensamento do passado e não uma rememoração” (RIOUX, 1998, p. 308 - 309). A memória tem o objetivo de remontar um tempo que passou, ela evoca o passado.

A historiografia preocupa-se com a exatidão de suas leituras do passado. Apesar do fato de ser sempre incompleta e lacunar, irá pesar sua fidelidade aos fatos, por mais que ela não consiga reproduzi-los de forma plena. À memória basta a verossimilhança. Diferente da historiografia, a retomada do passado feita pela memória é impregnada do sujeito que o evoca. Já na historiografia, quanto mais impessoal, mais acentuado seu teor científico e mais legítima sua exatidão. A

objetividade da memória é baseada na boa-fé do narrador, em sua idoneidade, não buscando as aspirações empíricas da historiografia.

Devemos salientar também dois aspectos que tangem à natureza da memória: sua objetivação e transmissão. A memória só existe a partir do momento que é objetivada, seja pela linguagem, através da narrativa oral ou escrita, seja pelas memórias físicas, relíquias, monumentos, inscrições. Quanto à transmissão, um dos objetivos de lembrar é comunicar algo a alguém. Só conseguimos lembrar quando nos é deixado algum rastro, algum vestígio do passado. Assim, caso não haja transmissão não haverá também meios para lembrar e com o tempo a memória será apagada.

No tocante à forma, como já citado, a memória existe a partir do momento que se torna material. Nesse aspecto percebemos a importância da narrativa que, além de dar vida à memória, a oferece “mais liberdade e possibilidades criativas” (LE GOFF, 2003, p. 426).

A memória edita os eventos que são arquivados, enfatiza determinadas nuances do passado em detrimento de outras. Ao vir à tona, o passado recebe uma aparência homogênea, ele não aparece na narrativa com as lacunas próprias de algo ausente, mas a narrativa lhe dá uma ordem coerente.

Talvez alguém indague acerca desse caráter imaginativo da memória. Sobre o movimento de preenchimento desses “buracos” deixados pelo esquecimento. De fato, um relato de memória não é uma narrativa fragmentada, aliás, ela não pode ser fragmentada sob a pena de se tornar ininteligível ao interlocutor. Acontece que a imaginação está preocupada apenas com a ficção, no máximo com uma representação coerente de algo. A lembrança, porém, possui um referencial externo ao indivíduo, a realidade, e está subordinada a ela.

[...] a recordação alimenta uma epistemologia ingênua, que tende a confundir a representação com o real-passado, isto é, com a passividade, espécie de efeito mágico em que a palavra dá ser ao que já não é. [...] enquanto que a representação imaginária pode ter, ou não, referencialidade, o ato de recordar aceita subordinar-se ao princípio da realidade. (CATROGA, 2001, p. 47)

Esta representação do passado é feita pelo indivíduo situado no presente, daí o caráter dinâmico da memória. O presente do evocador da memória estará sempre em transição, pois está atrelado à história, nunca será congelado. A cada vez que uma lembrança vem à tona ela respeita o tempo e a constante tensão que compõe sua natureza.

[...] Toda recordação tende a objetivar-se numa narrativa coerente que, em retrospectiva, domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos do real-passado quando este foi presente, atuando como se, no caminho, não existissem buracos negros deixados pelo esquecimento. (CATROGA, 2001, p.46)

Outro elemento atrelado à memória é sua ligação com a identidade do indivíduo enquanto ser singular e enquanto componente de um grupo do qual faz parte. O interesse pela memória se manifesta como uma busca por algum lugar onde firmar raízes, por um espaço que nos diga respeito. Em meio à globalização e sua fluidez, o resgate do passado através da memória é um meio de afirmar nossa identidade individual e coletiva, e perpetuar o sentimento de pertença.

Fica evidente, então, a forte ligação entre memória e identidade. A forma como o indivíduo lê o passado e constrói a memória está relacionado à sua identidade e suas experiências sociais.

As noções de construção, seleção, registro, de significação, de criação e de consciência subjetiva fazem parte do relacionamento entre memória e identidade, revelando uma dimensão eminentemente dinâmica em que há um esforço não só de seleção, mas de reinterpretação sucessiva do passado. Isso implica que a imagem que o indivíduo tem de si é, ao mesmo tempo, produto de sua experiência social e das formas de mediação simbólica dessa experiência. (SÁ, 2008, p.51)

As memórias de um indivíduo ou de um grupo transmitem uma visão particular acerca de um dado evento. A forma de lembrar que uma sociedade adota é perpassada pelos seus valores e pela forma como encaram a memória. E nesse tocante se dá a relação da memória com a identidade. Cada pessoa ou grupo lembra de forma singular, assim teremos relatos diferentes sobre um mesmo acontecimento, o que será totalmente plausível levando em conta a natureza da memória. Dessa forma não seria uma atitude democrática eleger apenas uma versão do passado, mas sim dar a conhecer todas elas. Neste trabalho oferecemos

especial atenção às memórias que permaneceram anônimas na história, que foram recalçadas e silenciadas.

[...] talvez, o mais importante no contexto atual de uma sociedade democrática seja “publicizar” e não “privatizar” as memórias e identidades de todos os grupos sociais e minorias, para que cada um deles possa conhecer e respeitar as outras versões do passado, e, por meio desse processo, compreender melhor o que os divide, mas também o que os une. (GILLS, 1996, p. 20 APUD SÁ, 2008, p. 53)

3.2 Memória individual e memória coletiva

A importância de traçar os pontos comuns entre memória individual e memória coletiva advém do modo como se estrutura o romance. Apenas uma única personagem lembra, mas à medida que faz isso as memórias vêm entremeadas por objetos, pessoas e lugares. Ninguém constrói memórias isoladas, elas são, porém, um complexo de vários elementos constituintes. Por outro lado, mesmo lembrando não apenas de si, mas da comunidade como um todo, o que nos é apresentado é uma visão singular acerca daqueles eventos. Um modo particular de apreender aquela história. Neste sentido a memória está também ligada à identidade do indivíduo. Assim, iremos analisar as impressões particulares de um remanescente do Caldeirão. Iremos enxergá-lo, porém, não só como integrante, mas como representante da forma de pensar da comunidade que ali vivia.

A memória é um bloco de cera que existe em nossa alma que nos foi presenteado por Mnemosine, como metaforizou Sócrates no Teeteto de Platão (LE GOFF, 2003, p. 435). É muito bonita a imagem da memória como um bloco de cera no qual ficam impressas as nossas memórias, cada marca como uma lembrança singular do passado.

As memórias artificiais podem nos ajudar a entender como funciona a nossa memória individual. Nós também temos uma espécie de arquivo, mas à diferença da forma como manipulamos os suportes (mecanismos, instrumentos) artificiais de memória, não decidimos conscientemente as coisas que deverão perdurar e as que serão ignoradas ou recalçadas.

Apesar de cada indivíduo operar um processo singular de arquivamento das lembranças, mesmo neste nível é possível falar em memória coletiva. Ainda que

estejamos tratando das memórias de uma pessoa em particular, a coletividade faz parte da própria natureza da memória.

O caráter coletivo da memória se dá sob dois aspectos. Um deles está relacionado ao fato de que quem lembra não lembra só de si, não estávamos sozinhos no passado, deslocados no espaço, assim somos apenas um elemento em meio a nossas memórias. Um dentre tantos outros que construíram alguma lembrança do passado. O outro aspecto está ligado à fidelidade da memória à realidade. É preciso que haja referência ao outro e que ele sirva como comprovação de veracidade da lembrança.

Ninguém recorda exclusivamente de si mesmo, e a exigência de fidelidade, que é inerente à recordação, incita ao testemunho do outro; e, muitas vezes a anamnese pessoal é recepção de recordações contadas por outros e só sua inserção em narrações coletivas – comumente reavivadas por liturgias de recordação – lhes dá sentido. (CATROGA, 2001, p.45)

Assim, o construto que é nossa memória também inclui a fala do outro. As narrativas que escutamos de terceiros afetam nossas lembranças e as remodelam. As nossas memórias não são meramente impressões particulares que tivemos de determinado evento, muitas vezes nem estivemos presentes no dado lugar, no momento do ocorrido. Ainda assim guardamos aquele fato em nossa memória por ocasião dos relatos que os outros nos contaram.

Faz parte da natureza da memória lembrar dentro de “quadros sociais”. A memória não existe num vácuo, ela tem caráter subjetivo, não guarda eventos e situações como o fazem os documentos históricos. A forma de armazenar as informações passa pelo crivo do sujeito, daí seu caráter identitário. O modo de lembrar do sujeito será interpelado por sua formação histórica, ele irá recordar de acordo com o que sua memória considerar importante armazenar. Apesar disso, a memória não é um aglomerado sem sentido, mas ela sempre terá ligação com o outro e com o mundo.

A tradução subjetiva da anamnese se dá dentro de “quadros sociais”, interiorizados a partir do *topos* histórico do próprio evocador, e que tudo isto conduz à necessidade de se conferir uma coerência narrativa à vida dos grupos, como se de “eus coletivos” se tratassem. (CATROGA, 2001, p.46)

A memória coletiva é também uma via para recordar eventos que foram significativos para um grupo como um todo. O resultado são as comemorações, ou o ato de “recordar com”. A exemplo disso, os feriados estaduais e municipais de emancipação, os rituais realizados no dia da consciência negra em memória dos que lutaram pela liberdade dos escravos e tantos outros. São comemorações que dizem respeito àqueles indivíduos, não como pessoas singulares, mas como grupo. Os movimentos de comemoração, ou as manifestações da memória coletiva, inserem o indivíduo dentro de um corpo, confirmando seu sentimento de identidade e de pertencimento a algum segmento da sociedade.

[...] um recordar com, isto é, um co-memorar. O que leva a que a memória social se diga na linguagem pública, coletiva e instituinte do rito, pelo que comemorar é sair da autarquia da recordação [...] e integrar o eu através de práticas simbólicas e comunicativas. A mediação espacial do traço surge, portanto, como condição necessária para que ela não degenere em exclusiva imaginação. (CATROGA, 2001, p. 49)

Os rituais de recordação funcionam também como sociabilizadores na medida em que inserem os indivíduos em grupos nos quais uma vez os constituindo são identificados com eles e distintos de outros, é como se encontrassem seu lugar na imensidão do mundo. O objetivo de recordar é retransmitir algo, é não deixar cair no esquecimento o que é preciso lembrar. Através das manifestações da lembrança é dado unidade às recordações pessoais de cada indivíduo, esta unidade permite que se tenha mais controle sobre o tempo e sua efemeridade. É possível, assim, evitar a armadilha do esquecimento. A tarefa de recordar é fazer perdurar o sentimento de pertença e de continuidade no sentido de que, as pessoas estão ligadas pelo passado no presente e isso irá se projetar em seu futuro.

Assim, Catroga define a memória coletiva:

[...] “memória coletiva”, caracterizada por ter uma origem anônima e espontânea, por ser viva, concreta, múltipla, imagética e sacral, e por possuir um cariz normativo. [...] a memória, vivida e suportada por grupos sociais, é a representação afetiva, em evolução permanente, aberta à dialética entre recordação e esquecimento, inconsciente das suas deformações e vulnerável a todas as manipulações, sendo ainda suscetível de longas latências e repentinas revitalizações. (2001, p. 53)

3.3 A experiência de narrar e o ato de lembrar

O ato de narrar é fundamental no tocante à memória, ele materializa as lembranças e as socializa, pois comunica a outros alguma informação ou impressão com as quais não tiveram contato. A narrativa configura, assim, um modo de executar a memória por meio da linguagem. Além disso, antes de ser transmitida na forma oral ou escrita, a memória recebeu uma configuração, a linguagem foi seu código de armazenamento.

A narrativa permite que a memória seja revitalizada, dinamizando-a e viabilizando sua atualização.

Segundo Benjamin, a narrativa, através da atualização da memória, tem o poder de curar as sequelas deixadas pelos horrores da história: os traumas. Ao falar sobre as memórias traumáticas e as memórias de testemunho, Benjamin lembra que os que voltaram da guerra emudeceram, tiveram suas faculdades comunicativas abaladas, pois a linguagem cotidiana comum não dava conta do trauma vivido.

[...] Uma reflexão convergente sobre a memória traumática, sobre a experiência do choque (o conceito-chave das análises benjaminianas da lírica de Baudelaire), portanto, sobre a impossibilidade, para a linguagem cotidiana e para a narração tradicional, de assimilar o choque, o trauma, diz Freud na mesma época, porque este, por definição, fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem (GAGNEBIN, 2006, p. 51).

Os sobreviventes das tragédias não conseguem esquecer o que passaram. É a outra consequência do trauma: a impossibilidade de esquecer. Assim, se dão conta da necessidade de arranjar um modo de dizer o indizível, de fazer uma “elaboração simbólica” do trauma para conseguir conviver com ele. Ao mesmo tempo, essa atitude implicará a tarefa de lembrar algo que não deve ser esquecido, não deve ser apagado da história, para que a humanidade não reproduza os mesmos erros.

Apesar da história não se repetir, precisamos conhecê-la em suas particularidades e lembrá-la, pois seremos atores e agentes do que a geração seguinte irá encontrar.

Benjamin fala do surgimento de uma nova narrativa que se daria entre as ruínas da narrativa tradicional, “uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas” (GAGNEBIN, 2006, p.53). Não presenciaremos mais uma narrativa esplendorosa com tom épico da história da humanidade, mas prevalecerá o empenho em não esquecer o passado.

Na tentativa de fazer uma releitura dos elementos da nossa história, o narrador é comparado por Benjamin à figura do “trapeiro”, o catador de lixo. Mesmo o que aparentemente não tem serventia é recolhido e retomado numa tentativa desesperada de não deixar que nada se perca. Como um sucateiro, este narrador recolhe os restos, o que não tem significação, o que foi colocado debaixo do tapete da história. Os grandes feitos já receberam seu espaço, mas a história não sabe o que fazer de suas memórias. (GAGNEBIN, 2006, p. 54)

Benjamin classifica como lixo da história, ou como sobra histórica, o sofrimento, os horrores que a humanidade enfrentou e os que foram silenciados, que permaneceram anônimos e desconhecidos como se não tivessem existido. Os detritos da história seriam a memória e o passado que deixaram de existir, pois seus rastros, ou sua presença no presente, foram apagados. O papel deste narrador trapeiro seria, então, lembrar o que a história oficial esqueceu ou apagou de sua memória. “Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente - quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido” (GAGNEBIN, 2006, p. 54).

O ato de lembrar não deve ter um fim em si mesmo. A tarefa de rememorar não é repetir o passado, mas retomá-lo de modo a preencher os espaços que foram deixados, lembrar o que foi esquecido. Por isso que a rememoração se dá em articulação com o presente, é ele quem vai dizer o que foi apagado, e é a partir dele que vamos direcionar e acionar a lembrança. O objetivo de lembrar o passado deve ser transformar o presente.

O esforço em lembrar o passado deve ocorrer para esclarecê-lo às novas gerações, explicá-lo, e não apenas queixar-se dele ou preservar uma atitude resmungadora a seu respeito. Não se deve insistir em um sentimento de culpa sem finalidade, mas em elaborar o passado. Pensar o passado dentro da redoma da culpa nos fecha as vias de acesso a ele, nos impede de apreendê-lo de forma mais

ampla e apaga sua mediação com o presente. Assim, Gagnebin define o lembrar ativo:

[...] lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento - do passado, e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. (GAGNEBIN, 2006, p.105)

É preciso permitir que o passado interfira no futuro, sem que se fique, porém, ruminando as lembranças e se ressentindo delas. Gagnebin, citando Todorov, nos lembra que “sacralizar a memória é uma outra maneira de torná-la estéril” (2006, p. 98).

Assim, o dever da memória seria resgatar o passado, dar vida a ele, dar-lhe a palavra, oportunidade que a história lhe tirou.

3.4 Uma leitura das memórias do Caldeirão

Le Goff, ao falar sobre a memória nas sociedades sem escrita, cita a distinção entre “história objetiva” e “história ideológica”. A primeira se trata da “série dos fatos que nós, investigadores, descrevemos e estabelecemos com base em certos critérios objetivos”; quanto à “história ideológica”, é ela “que descreve e ordena esses fatos de acordo com certas tradições estabelecidas. [...] Esta segunda história é a memória coletiva, que tende a confundir a história e o mito”. A esse propósito o autor nos lembra das figuras dos “homens-memória” nas sociedades sem escrita (LE GOFF, 2003, p. 424-425). Eles são os arquivos públicos vivos de uma sociedade, em geral são homens velhos que guardam a história, as memórias, acumulam ao mesmo tempo história objetiva e ideológica. Conseguimos enxergar a herança dessa tradição em épocas posteriores. É exemplo disso nosso objeto de estudo nesta pesquisa, *Caldeirão*. O livro lança mão de relatos de uma espécie de “homem-memória”, um sobrevivente do massacre no Caldeirão que conta com entusiasmo a história do arraial, das pessoas que faziam parte daquele grupo e do beato que liderou aquela comunidade. Os relatos são, como nos velhos guardiães da memória, um misto de história objetiva e ideológica. Bernardino narra fatos reais

mesclados a elementos que faziam sentido para a comunidade à qual pertencia, ligados à identidade do grupo. Esses elementos compunham o cenário no qual eram atores, fazem parte da memória coletiva, da forma como aquelas pessoas se relacionavam entre si e como o contexto do qual faziam parte, não constam nos registros historiográficos.

A entrada naquela revolução, estourada nos começos de 1914, ano de funestos e inesquecíveis acontecimentos na minha parte familiar, foi desventura ditada pela minha vontade de cumprir tarefa imposta. [...]

Descemos para Juazeiro, andando com cuidado, aparando-nos pelos aceiros dos caminhos, nos protegendo de alguma cilada dos homens do governo, os rabelistas. O ódio contra o Crato provocava horror sem medida, porque nessa cidade os rabelistas se preparavam para despejar o ataque. (AGUIAR, 2005, p. 95 e 97)

A guerra de 14, também conhecida como “sedição do Juazeiro” é descrita por Bernardino no trecho acima. A guerra entre Juazeiro e Fortaleza foi um fato real que em *Caldeirão* foi transformado em ficção. O relato do evento vem atrelado à vida particular do narrador “ano de funestos e inesquecíveis acontecimentos na minha parte familiar”, às lembranças dos riscos que correram todos os que nela participaram e do horror disseminado pelas tropas.

A sequência narrativa se dá da seguinte forma: primeiro o narrador conta a história do beato, desde sua infância até à fase adulta e sua chegada em Juazeiro. Assim, primeiro nos são apresentadas as memórias de José Lourenço, a criação dura que seu pai lhe deu, sua família, as pequenas revoltas nas quais seu pai participou, a fuga de casa e o afastamento dos seus familiares que perdurou por anos até o reencontro em Juazeiro.

Depois começamos a entrar em contato com o grupo que mais tarde se mudaria para o Caldeirão e transformaria aquelas terras. Daí as memórias atravessam três fases: a época que viveram em Baixa D’Antas, a permanência em Caldeirão e o que aconteceu depois do massacre.

Essa forma de trabalhar a ficção, através da narrativa de memórias, confere uma pseudo-exatidão documental ao romance, já que a história é contada por um remanescente do massacre, uma testemunha ocular de tudo que aconteceu. O tom documental contribui para a construção de outro ponto alto do romance: o seu cunho

histórico, tema do segundo capítulo desta dissertação. O teor histórico da obra ganha força ao percebermos a coincidência entre fatos e personagens da história real e da ficção como Bernardino, José Lourenço, padre Cícero, beata Mocinha, Severino Tavares, Doutor “Fuloro” (Floro Bartolomeu). Os espaços habitados também são idênticos aos da história real: A igreja de Santo Inácio de Loyola, a capela do Socorro, Juazeiro do Norte, Baixa D’Antas, sítio União, Mata dos Cavalos, serra do Araripe. O autor tenta, propositalmente, diluir os limites entre realidade e imaginação. Aguiar faz uma mixagem entre acontecimentos reais que ouviu de remanescentes com os quais teve contato e elementos inventados por ele mesmo, atingindo o objetivo ao qual se propõe no texto: “contar a verdadeira história de Caldeirão”, ou “contar a história dos vencidos”.

O autor consegue simular uma nova versão da história dos camponeses do sertão Cearense. Conduz o leitor à porta de acesso a dados verídicos sobre o beato e seus fiéis deixando-os, porém, impregnados de uma carga dramática que promove no leitor um senso de pessoalidade com aquela história como se fizéssemos parte dela, a exemplo disso, a descrição da mudança para o Caldeirão. A ansiedade, o cansaço e a expectativa do que encontrariam no Caldeirão contamina o leitor, que também se coloca à espera dos ares da nova terra e torce para que os caminhos sejam melhores por lá.

Aquilo, muito diferente de nossos destinos, não se somava aos passos dirigidos para o desconhecido Caldeirão. Quantos olhavam para lá e se perguntavam qual seria a nossa sorte? Acho que poucos. A maioria, pode crer o senhor, já sentia fome, porque as horas corriam sem parar. Ainda restava muito chão e a subida da chapada do Araripe não podia ser de fácil chegar. As ladeiras cansavam e o descanso só aparecia como algo forçado. (AGUIAR, 2005, p.163)

Apesar de o texto estar repleto de informações, que também constam nos poucos registros acerca daquela história, ele não reflete o tom seco do relato documental. Muito pelo contrário, *Caldeirão* confere à comunidade da Santa Cruz do Deserto um clima dolorido, muitas vezes tenso, mas ao mesmo tempo otimista e em alguns casos glorioso. A saga da liderança do beato que devolveu ao povo “sangrado e ressangrado”, como lembra Rosemberg Cariri em *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* (1985) citando Capistrano de Abreu, a chance de solucionarem seus problemas em curto prazo, sem esperar o paraíso vindouro, é ressignificada no

romance através da luta pela sobrevivência, sempre em terras que não são de sua propriedade, e pela persistência em viver mesmo sendo tangidos de um lado para o outro a todo tempo.

-Eu estou comunicando que já fiz negócio. Estou aqui para dizer ao beato que neste fim de ano quero o sítio [...].

-Ah, Bernardino, levamos outra chibatada no couro. Nós já estamos em setembro. Só dá mesmo tempo de preparar os picuá e ganhar o mundo...

Outras pessoas se aproximavam e abraçavam o beato. Eu fui saindo dali. A minha raiva não tinha tamanho. A maldade de doutor Fuloro veio amarrada às ações de João de Brito. Só não via quem não queria mesmo. (AGUIAR, 2005, p.151)

Nos trechos acima ratificamos o artifício mais evidente no movimento de ficcionalização de um evento histórico: a humanização. O relato descreve a notícia que Zé Lourenço acabara de receber de João de Brito, o dono de Baixa das Antas, o arraial onde viviam antes de irem para o Caldeirão. Enquanto estavam todos em festa porque o beato acabara de sair da prisão, para onde havia ido a mando de Fuloro, João de Brito comunicou que precisariam sair do sítio. Mal haviam se recuperado da injustiça cometida contra o beato e se viram novamente desamparados já que não tinham aonde ir. A lembrança, que tende a remontar o passado vivido, constrói diante do leitor a sensação que o grupo sentiu ao saber que teriam de desocupar aquela terra. A mera informação transformou-se através da memória inventada em um motivo indispensável à trama e a dimensão humana emergiu em meio ao que seria um simples registro.

Eu perdia as forças. Sentia que iria desmaiar. Não sei como poderia aquilo acontecer. Não havia mais justiça. Tudo mudado. Eu estava ali e não estava ao mesmo tempo. Sebastião Marinho conversava ao meu lado, mas sua voz parecia ser de outro. Eu vivia um sonho. Aparecia a voz do mestre de reisado, com muitos figurins espalhados pelo terreiro enorme, que em tudo se avizinhava ao pátio do mercado de Juazeiro, onde o povo esperava a matança do boi Mansinho. (AGUIAR, 2005, p.134)

Por conta da fama que o boi ganhou e dos boatos que cercaram o Caldeirão, “Dr. Fuloro” resolveu matá-lo sob o pretexto de retaliar o fanatismo religioso que estava sendo disseminado. A comunidade havia construído uma relação afetiva com o boi, chegando a batizá-lo “Mansinho”. A expectativa da morte do boi provocava sofrimento nos moradores. No caso de Bernardino, o trecho acima reflete o estado

atônito no qual se encontrou o personagem, expressando um sofrimento tipicamente humano.

Outro modo utilizado pelo autor para acentuar a dramaticidade das memórias é o contraste entre o que as terras do Caldeirão eram antes da chegada do beato e seus romeiros e no que se transformaram depois das benfeitorias realizadas pelos novos moradores. Primeiro o narrador apresenta o quadro quando da chegada ao arraial. Antes de José Lourenço e do trabalho dos fieis, Caldeirão era um lugar desolado onde nada crescia, era vazio porque ninguém conseguia ali sobreviver, a terra era imprestável.

-Casa só tem mesmo a do velho Zacarias, morador que a morte esqueceu de levar. Ele conta horrores do Caldeirão. Mora aqui antes de meu padrinho Cícero passar a ser dono da terra. Isso aqui era um matagal entrançado pela mão do diabo. Ninguém consegue trazer água para perto da casa. Seca tudo. As pedras estão por todo canto. Quando chegou a desgraça do 15, Caldeirão ficou desabitado. Quem não fugiu, morreu. [...] Ele diz que nunca viu progresso por aqui. Todo mundo planta e quase não colhe nada. Aqui não se consegue tirar nada dos roçados. (AGUIAR, 2005, p. 166)

Para intensificar as péssimas características do lugar, depois da longa caminhada, quando finalmente estão nas terras do Caldeirão sua chegada é marcada por uma morte. O mau agouro é confirmado. As primeiras providências ao aproximar-se de Caldeirão são os rituais e apetrechos de um enterro. As mulheres continuam a cantoria de “incelências”, desta vez para velar um morto.

Por fim chegamos diante da casa de Zacarias. Quem bateu palmas e gritou – oh de casa! – foi o beato Lourenço. [...] A porta se abriu e uma velha, toda enrugada, de voz quebrada, assim como a de criança que não aprendeu a falar direito, perguntou: - Souberam quando? [...] A velha não esperou por mais nada e caiu em prantos. [...] Ela explicou entre soluços: - Ele morreu agorinha. Eu tava preparando a mortaia dele. Não avisei a ninguém. Foi inté bom vocês chegarem... (AGUIAR, 2005, p. 166, 167)

O velho Zacarias, único morador que ainda permanecia naquelas terras, acabara de morrer justamente no momento em que o beato e os romeiros chegaram ao Caldeirão. O início da nova vida em Caldeirão foi marcado por uma morte, mau presságio que confirmava a fama do lugar. Quanto mais negativa fosse a imagem construída pelo autor para as terras de Caldeirão, mais nítido seria o contraste com

os benefícios feitos pelos novos moradores. Não demorou muito até que os frutos dos esforços da comunidade fossem claramente vistos.

À medida que o beato e os outros trabalhadores começaram a cultivar a terra, o seu estado quase que fantasticamente mudou de cenário. A verdade é que a terra começou a produzir em decorrência do trabalho árduo. No romance, no entanto, a nova condição produtiva das terras de Caldeirão não era consequência apenas do esforço conjunto, mas parecia que estavam sendo abençoados e tinham dado início a uma vida mais estável, com mais tranquilidade e fartura. Aquilo assemelhava-se a uma mudança miraculosa, pois a união e harmonia era evidente inclusive entre o homem e a natureza.

Com o tempo, os preás, os mocós e outros vieram que ninguém mexia com eles e ficaram sem medo de se aproximar da gente. Viviam em todos os cantos, como se fossem da casa. Ninguém jogava uma pedra, ninguém dava um tiro. [...] Os dias se passavam com as pessoas trabalhando em adjutório, como se fossem irmãos [...]. (AGUIAR, 2005, p. 172)

A ótica sob a qual Bernardino olhava para aquele refúgio traduz o encantamento de todo aquele grupo em relação ao Caldeirão.

Caldeirão preserva elementos do que Benjamin se referiu como “verdadeira narrativa” (1987, p. 200). Uma das características é sua função utilitária: valores, tradições, lições de moral, técnicas, enfim, experiências comunicáveis, transmitidas de geração em geração. Somos a todo momento exortados por conhecimentos da sabedoria popular, sejam ligados a um modo de vida, a técnicas de trabalho, receitas de medicamento e até à filosofia.

- O conselheiro, sim, é homem que sabe onde está a verdade. Parece que vejo ele dizer: “Quem é não diz que é, quem tem não diz que tem, quem tem vergonha não faz vergonha a ninguém”. Era o que o Severino Tavares dizia para quem tivesse ouvido pra ouvir. (AGUIAR, 2005, p. 181)

Ao contar a história para seu interlocutor, Bernardino lembra o que o Caldeirão representava para aquela gente: “Ali seria construída a pátria do sertão. Lugar de todos os sofredores” (AGUIAR, 2005, p. 170).

O autor de *Caldeirão*, apesar de seu romance de forte e evidente viés histórico, não despercebe o caráter ficcional de seu texto. Ao falar da exploração das

grandes massas cariris pelas autoridades, o narrador descreve: “Todos, subindo e descendo, levando o lucro dos que honram a bondade do sol com a pele na quentura jorrosa de lágrimas do trabalho” (AGUIAR, 2005, p. 15). O narrador alia e funde uma reação fisiológica a uma característica emocional. A lágrima possui as propriedades físicas do suor, mas também as características emocionais do sofrimento e da dor. A linguagem usada e a construção do enredo dão evidências de uma reunião de elementos que o identificam com um texto literário e não com um documento histórico. A própria memória, que no livro aparece mesmo como um recurso de escrita, permite pela sua constituição que se acentuem os aspectos ficcionais e simbólicos do romance. A memória, à diferença da história, não se preocupa com a exatidão das lembranças. Apesar de estar subordinada às referências externas, a memória tem caráter sensorial, simbólico e emotivo. Assim, os registros estão impregnados das sensações que provocaram, enquanto a historiografia quanto mais impessoal, tanto mais exata.

A ficção conseguiu traduzir o sentimento real dos moradores de Caldeirão. Em entrevista com Domingos Sávio Cordeiro (2012)¹³, o pesquisador descreve o contato que teve com os remanescentes do massacre e todos, sem exceção, tinham apenas coisas boas a contar acerca da comunidade e do beato. Ao serem indagados sobre os boatos que circulavam nos jornais, por exemplo, as calúnias ao beato que afirmavam que ele “tirava proveito” das virgens da comunidade, os entrevistados negavam a procedência daquelas afirmações. A falta de sintonia entre os relatos orais e escritos foi uma questão levantada e discutida por Benjamin em seu *O Narrador*.

No final da guerra observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres de experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. (1987, p. 198)

Também no caso de Caldeirão, de fato, os registros acerca daquele evento nada tinham a ver com a experiência transmitida pelos sobreviventes. Em consulta aos jornais da época e aos documentos registrados em assembleias e congressos conferidos por políticos do governo do estado do Ceará e das autoridades de

¹³ A entrevista pode ser lida na íntegra no anexo desta dissertação.

Juazeiro do Norte e do Crato, as referências que se fazem aos moradores de Caldeirão são terríveis.

Dois malandros do Ceará, José Lourenço e Severino, andam explorando no vale do Cariri a memória do Pe. Cícero... para fanatizar os coitados alucinados pela seca. Os fiéis que eles atraem invocando a memória do padrinho são obrigados ao trabalho... São fanáticos não resta dúvida, mas fanáticos que lavram a terra plantando cana e arroz. ... (O Povo, 02-03-1936:02 APUD CORDEIRO, 2008, p.7).

Usam os penitentes do beato José Lourenço, sem exceção, homens, mulheres e crianças, ordinária roupa preta, tinta com lama, que exala insuportável mau cheiro. Quase todos possuem uma espingarda de caça, garruchas e alguns revólveres. ... Não é possível ocultar o perigo que acomete este ajuntamento selvagem em lugar deserto e despolicado como a Serra do Araripe, não sendo de estranhar que dentro em breve surjam roubos e tropelias outras praticadas por aquele bando de inconscientes de quase mil indivíduos, atualmente vagabundos e ociosos. Por isto julgamos prestar grande serviço à nossa terra dando notícia dentro das fronteiras do nosso município desse cancro social... (O Povo, 12-05-1937, 1ª p. e p. 8 APUD CORDEIRO, 2008, p.8)

Foram acusados de ameaçadores da ordem pública, caracterizando o prelúdio de uma nova Canudos. Foram descritos como religiosos fanáticos que faziam barbaridades em nome da fé. Além de não terem sido defendidos pela Igreja neste quesito, ela e seus sacerdotes deram apoio e se aliaram às forças políticas a armarem as investidas contra o Caldeirão. Inclusive, foi da Igreja católica que partiu a acusação mais forte ao Caldeirão, o que deu respaldo para que fossem expulsos e dizimados. A Igreja forneceu o pretexto do qual precisavam, acusaram o beato José Lourenço e seus seguidores de invasores de terras. Visto que as terras de Caldeirão tinham sido deixadas aos padres salesianos em testamento, eles aproveitaram para reclamar suas posses.

Com o objetivo de contar a “verdadeira história” do Caldeirão, o autor elege como fiel a versão dos vencidos. Assim, a visão apresentada pelo romance é aquela dos que faziam parte da comunidade. Para tanto, o narrador expõe as notícias geradas pela mídia impressa da época e as questiona apresentando-as como difamadoras da comunidade do Caldeirão e de seu líder.

Cansei de ouvir relatos sobre boatos, como os espalhados por Tião Grande que, simulando estar assombrado, dizia:-Não tenho nada com isso, não, mas o beato Lourenço com aquela arrumação com o povo de Caldeirão, com historia de comissão, todo mundo por igual, comendo num lugar só, tudo assim na mão de todos e ao mesmo tempo ninguém sendo dono de

nada... Não sei não, mas parece com essa quizila que os padres combatem. Com a licença da palavra- o comunismo. (AGUIAR, 2005, p.265)

O comportamento do narrador de relembrar o passado se dá como medida de esclarecimento do presente como deixa claro antes de começar a contar a história. O compromisso de lembrar é o próprio enredo do livro, que é um relato vívido de memória. Uma memória que não lembra por lembrar, que não existe sem função alguma. O narrador do romance presentifica o passado, como já discutimos neste capítulo, numa atitude de esclarecimento do presente, respeitando o aspecto tridimensional do tempo, no qual o presente precisa do passado para melhor compreendê-lo e para esboçar seu futuro.

[...] convém gotejar pingos de esclarecimentos sobre a origem do Vale do Cariri e o que os selvagens perderam para os senhores brancos da Casa-da-Torre-da-Bahia, um mundo fora daqui. Depois, posso falar da Santa Cruz do Deserto, enterrada no Caldeirão, acima daquela ponta de serra. (AGUIAR, 2005, p. 15)

Da mesma forma que seria impossível entender o presente sem conhecer o passado, seria impossível conhecer o passado desprezando os elementos que o permearam, desconsiderando seus referenciais. O narrador anseia trazer à tona todos os detalhes envolvidos na história de Caldeirão, recontar fatos omitidos e esclarecer eventos distorcidos.

Também transfundida em enredo, a necessidade de narrar fica evidente no texto. Narrar o passado é fazer a manutenção da memória para que ela não caia no esquecimento. A memória precisa ser comunicável, codificada em linguagem para se tornar inteligível. É preciso também que seja transmitida para que não se congele e para que seja perpetuada.

Não só para não deixar cair no esquecimento o que deve ser lembrado, mas também para resolver e dar alívio aos que continuaram anônimos e silenciosos é que se faz necessário verbalizar uma história. Narrar é o meio que Bernardino encontra para exorcizar os demônios que permaneceram dos horrores vividos. Falar sobre o passado, dar a ele acesso simbólico, é também um modo de resolver as pendências deixadas e seguir em frente.

Se não se sabe, compreenda o senhor que os nossos olhos são pontos acesos no corpo. Os ouvidos, talvez sejam os pés dos mudos. Os braços podem ser o preparador das letras. E é por isso que as visões entram pelos sentidos e nos assustam. Eu já tive muitas e esta minha cabeça, cansada de tantos janeiros passados, pede conversa. Preciso me livrar de algumas assombrações. Eu não quero sobosso dentro de mim. (AGUIAR, 2005, p. 16)

O dever da memória não se limita a esclarecer o passado estando posicionado no presente, mas lembrá-lo e esclarecê-lo permite que a vida continue. Um passado mal resolvido impede a desenvoltura e a fluidez do presente, relembrar o passado que não teve voz e permaneceu no anonimato é uma via de resgatá-lo, dando-o um tratamento digno. Enquanto isso não acontece, as pendências continuam e o presente não consegue ser levado adiante. Essa é a proposta de *Caldeirão*, dar o devido reconhecimento e dignidade a memórias que foram esquecidas, que fazem parte da nossa história mesmo que não estejamos diretamente envolvidos com elas.

Mesmo que o resgate do passado signifique sentir novamente as mesmas dores, ainda sim é preciso trazê-lo à tona. Esquivar-se de lembrar em nome de uma compaixão que não modifica o presente e torna o futuro infértil, é negar o dever de memória, é esquecer dos que já estão esquecidos, fazer de conta que atrocidades não aconteceram e dar-lhes a chance de ocorrerem de novo. Por isso, mesmo diante de uma situação na qual, aparentemente não iria convir lembrar e recontar os horrores de Caldeirão, o narrador declara que não se isentará deste papel.

Mesmo diante do corpo do beato Lourenço, que continua vivo perante seu povo, não vou parar de contar a origem dos mistérios que encobrem a verdade sobre o Caldeirão, seu desenvolvimento, as perseguições e demais desgraças que culminaram nos funestos acontecimentos da violenta destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto pelas armas militares do Ceará. (AGUIAR, 2005, p. 18)

Existe a necessidade de fazer o passado dialogar com o presente. É preciso permitir que o passado interfira no futuro, sem que se fique, porém, ruminando as lembranças e se ressentindo delas. Gagnebin, citando Todorov, nos lembra que “sacralizar a memória é uma outra maneira de torná-la estéril.”(2006, p. 98)

O que fazemos, na verdade, é revisitar o passado de forma contextual, levando em conta os aspectos históricos, políticos e sociais que o permearam.

Outro aspecto de grande importância no romance é a relação do narrador com a história. Assemelha-se ao narrador de Caldeirão a figura do “trapeiro” (GAGNEBIN, 2006, p. 53). O narrador do romance praticamente faz as vezes do historiador. Caldeirão é a retomada de um evento que permaneceu no anonimato ou na lata de lixo da história. Tal qual um sucateiro, o narrador do livro recolhe cada detrito, cada pedacinho aparentemente sem importância, cada memória com a qual a história não soube o que fazer. Somos sempre conduzidos através de longas descrições, é possível remontar situações, reações e sensações dos moradores, do beato, das autoridades e de várias outras personagens. Vimos registros que vão de relatos acerca do massacre ocorrido no Caldeirão ao motivo da presença de alguns na comunidade. Como o caso de Maria de maio. Filha de Chico Gole, o “companheiro de cachaça” do pai do beato, ela é enviada por Pe. Cícero junto com seu pai para morar em Caldeirão para que José Lourenço cuidasse dela.

Eu nunca me havia perguntado por que o beato tolerava aquele homem tão decaído para o vício da embriaguez? Depois soube que fora por causa do pedido de meu padrinho Cícero: - José, leve Chico para o Caldeirão e crie a filha dele, a Maria, nascida no mês de Nossa Senhora. Ele não vai durar muito, mas a filha não tem culpa de ter vindo ao mundo. (AGUIAR, 2005, p.183)

Acerca da trama contra o Caldeirão o narrador também nos atualiza com riqueza de detalhes. Desde os primeiros boatos sobre a forma como o Caldeirão estava sendo encarado pelas autoridades até a chacina propriamente dita. O narrador registra quando começaram a chegar notícias sobre o que diziam do Caldeirão:

Havia padres e políticos interessados em desmanchar nosso trabalho em Caldeirão. [...] Por soma de intrigas a maldade crescia entre os políticos que se aproveitavam da situação para inventar que o povo do Caldeirão não concordava com os novos ares dos vitoriosos de 30, os tenentes-generais do poder. [...] os revolucionários, a qualquer hora, invadiriam o Caldeirão à cata de armas. Caldeirão era considerado um lugar perigoso à nova ordem. (AGUIAR, 2005, p.207)

Ele relata ainda as primeiras visitas que o beato recebeu nas terras do Caldeirão de um suposto empreendedor paulista interessado em cultivar algodão naquela região, das desconfianças de Bernardino e Zaías em relação àquelas propostas. Depois são reveladas ao leitor as verdadeiras identidades daqueles

homens, eram militares disfarçados que sondavam a rotina da comunidade para preparar o terreno para o ataque que fariam.

Amoleci, senhor. Deu um desconjuntamento de cima para baixo: os quartos arriaram, os braços ficaram sem força, o juízo turbado, a fala desapareceu. Senti vergonha de olhar para o traste daquele homem. Não. Não podia se aclarava. Desde que Tião Grande começou a andar pelo Caldeirão, a conversar com a gente, se fazendo amigo de todos nós, que a trama já andava solta e ninguém sabia. Tião Grande, amigo de Geraldo Celan. Geraldo Celan mandou o industrial, que não passava daquela mesma figuração de gente posta em trajes superiores de capitão, o capitão Bezerra, que o povo logo chamou de Tourinho, a fera de que falara o tenente Eládio. (AGUIAR, 2005, p.317)

A primeira visita que Caldeirão recebe é de “Geraldo Celan”, suposto industrial interessado em explorar o sítio:

Um dia, quando menos se esperou, na Estação chegou um automóvel. Trazia gente estranha: um senhor vestido de casimira inglesa, de sapatos lustrados até o último grau do brilho, com o vinco da calça chamando atenção do geral das visitas. [...] Chamava-se Geraldo Celan, que se dizia industrial paulista, interessado em ver as terras de Caldeirão para estudar a possibilidade de mecanizar a agricultura [...] (AGUIAR 2005, p.274-275)

Em seguida, outra visita ilustre de um homem recomendado por Geraldo Celan. A história fornece ao leitor as primeiras pistas das mentiras que estavam sendo forjadas: o primeiro investidor fala que tudo será explorado, mas se interessa mesmo pelo cultivo do algodão. O segundo homem, enviado por Celan, nem fala no algodão, mas em oiticica. As conversas dos dois homens não estão em sintonia, apresentando a arapuca que estava sendo armada.

Nisso, eu e compadre Zaías nos olhamos, de surpresa crescida nessa afirmação. Quem diabo havia falado em oiticica? O Celan só se interessara por algodão. Foi exatamente na época da apanha do algodão que ele veio, e se impressionou com os nossos paióis cheios de algodão, aquela alvura subindo até o telhado. Agora senhor, por não sei que esquecimento, o visitante falava só de oiticica. (AGUIAR, 2005, p. 289)

A respeito da chegada às terras de Caldeirão, o leitor entra em contato desde o projeto até o fim da construção da comunidade. A igreja, a casa grande, as plantações. “Meu padrinho Cícero mandou que eu marcasse o lugar de uma capela, pra no futuro a gente receber o padre e ouvir a Santa Missa. Vou marcar aqui” (AGUIAR, 2005, p. 171).

O narrador também é usado para mediar às outras vozes de Caldeirão. Como já observado, a memória tem ligação com a nossa identidade. Além disso, a memória é referencial, ela não arquiva um elemento isolado, mas retém o contexto. Assim, a personagem Bernardino faz emergir suas lembranças penetradas de pessoas, espaços, vivências e impressões.

É dura a sina de quem se muda. Pode crer. Ver as trouxas nas cabeças, uns se escorando em bengalas de mofumbo verde, outros com alpargadas chiando no chão duro, meninos tangendo burros com cangalhas rangendo: “Vá pra lá melado, olha o caminho”. O beato na frente parado e olhando o povo, parecendo um general, ah, que destino! Só que eu não sabia direito se o general ia pra guerra ou se já saía de uma derrota. (AGUIAR, 2005, p.160)

Bernardino é a voz que narra as memórias do Caldeirão, o “doutor raiz” da comunidade, como foi chamado por Sávio Cordeiro (2004, p.39). Os relatos que encontramos fazem parte da visão particular do narrador, que constrói através de suas impressões uma versão da história do Caldeirão. Entretanto sua voz é plural, ela representa as vozes de todos os que viveram no sítio, exatamente por isso os diálogos são, em sua grande maioria, construídos em discurso direto. O narrador não media a fala de seus companheiros, eles recebem autonomia para se expressar.

-Pelo amor de Deus, de Nossa Senhora da Conceição e de Santo Inácio de Loyola, não queimem a santa cruz do deserto. Tome, tenente, este saco cheio de dinheiro, mas não faça isso. Deixe em paz a nossa santa cruz! Pelo amor de Deus... (AGUIAR, 2005, p. 322)

No trecho acima, Inácia, uma das moradoras de Caldeirão, implora que os invasores não queimem a “santa cruz do deserto”, maior símbolo religioso daquele povo, um ícone sagrado. A fala de Inácia é apenas uma dentre tantas outras vozes que encontram seu lugar no romance.

Através de Bernardino muitos personagens silenciados pela história ganham força e voz no romance. Fora da ficção aconteceu algo semelhante. Aqueles atores sociais tiveram reconhecimento, somente cerca de cinco décadas depois do incidente no Cariri. A partir de 1980, ocorreu um movimento de resgate do que ficou anônimo na história. É desta época - ou pouco mais adiante - não só o romance *Caldeirão* como também as fontes mais ricas acerca do arraial como os trabalhos de

Régis Lopes (*Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e sua comunidade*), Domingos Sávio de Almeida Cordeiro (*Um beato Líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*), Rosemberg Cariry e Firmino Holanda (*O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto -apontamentos para a história*), além de trabalhos menores, mas não menos importantes como os artigos de Eduardo Campos (*Caldeirão: subsídios à redefinição de sua história*), Maria Isabel Medeiros Almeida (*Memória e Esquecimento. As causas e consequências do artigo “O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri”, de José Figueiredo*), dentre outros. Essas referências, sim, aproximam-se bastante dos relatos de sobreviventes do Caldeirão e não os enxergam mais como fanáticos ou comunistas criminosos, mas como pessoas simples que através de uma forma de organização econômica e política peculiar conseguiram driblar a miséria, a fome e a tristeza.

O relato das memórias do Caldeirão não conta com os documentos e arquivos públicos, mas com a idoneidade do narrador, e com as experiências relatadas e transmitidas de geração à geração.

Ah, senhor, sei disso de ouvir dizer por conversas que sopraram no meu ouvido e por outras que ainda vou contar, acontecidas aqui no Caldeirão. São coisas de assustar: morte e mistérios inventados para assombrar os olhos dos inocentes. (AGUIAR, 2005, p. 29)

O narrador conhece a natureza da memória e sabe que ela é também ficção, que ela é também imaginada. Nem por isso ele as encara como relatos falsos, mas leva em conta seu caráter abstrato e dinâmico, transformador da realidade.

Muitas das constatações do narrador são baseadas em boatos. Ao relembrar a passagem de Zé Lourenço pela “corte celestial”, o grupo de penitentes liderados por Palmeira, Bernardino faz afirmações sobre a vida que Palmeira levava antes de tornar-se penitente. Além disso, faz questão de confirmar que os boatos são relatos confiáveis, porque são transmitidos pelo relato oral:

Consta, pelos anais das conversas, que não falham no geral das observações, por ser verdade da boca do povo, que o rapazola Palmeira, logo quando aqui chegou, virou animador de festas da chapada do Araripe. (AGUIAR, 2005, p. 75)

Mesmo não tendo sido testemunha ocular das peripécias de Palmeira, Bernardino dá depoimento com base nas coisas que ouviu de boca em boca.

A realidade, o passado de alguém, é o que se lembra. O crédito se dá à nossa memória. Nós acreditamos no que ficou guardado nos nossos registros e não especulamos em que medida as nossas lembranças são exatas, fidedignas, imaginadas ou viciadas de nossas impressões, simplesmente confiamos nelas.

A confiança que temos na memória é uma atitude lúcida, pois a memória sempre vai tomar o rastro, ou a presença do ausente, o passado no presente. A memória é referencial. Quando vemos, ouvimos ou sentimos algo que nos remeta a alguma memória ela logo seleciona em seu banco de dados todas as referências ligadas àquele elemento. Somos, então, invadidos de imagens e sensações que estão de alguma forma ligadas à referência que as acionou. No romance podemos citar diversas ocorrências relacionadas com o aspecto referencial da memória, como a descrição que Bernardino faz de um momento em que José Lourenço lembra sua infância:

Parou de cavalgar, olhou para serra do Horto e voltaram as saudades da Paraíba, do tempo da serra de Lagomá, as meninas brincando no terreiro, seu irmão Joaquim, a mãe Tereza catando piolho. As imagens chegavam-lhe de supetão. Desmontou e foi beber água numa casinha próxima. (AGUIAR, 2005, p. 58)

A serra do Horto o fez lembrar a serra do Lagomá na Paraíba, logo, essa alusão fez Lourenço acionar uma série de elementos ligados àquela memória. A serra de Lagomá foi o lugar onde o beato passara sua infância, assim, rapidamente lhe vieram as imagens de sua mãe e irmãos. A memória não é um registro em blocos isolados, mas ao selecionar uma memória se desencadeia uma série de outras lembranças que estavam inter-relacionadas.

Essas referências materiais se dão sob a forma de rastros do passado. Pedacinhos do passado que permaneceram no presente, marcas que ele deixou, ou como nos lembra Gagnebin “o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). A autora ainda raciocina com o leitor que, se pensarmos segundo a teoria platônica, que as palavras são uma cópia da cópia, uma cópia do objeto real que por sua vez é uma cópia da ideia daquele

objeto, o rastro também implicaria uma “dupla ausência”, a da palavra no momento de sua enunciação e a do objeto ao qual se remeteu. A necessidade de trazer à tona as memórias do Caldeirão se faz maior pelo fato de não conhecermos às pessoas que ali viveram, nem a elas, nem o que passaram e representaram não só para aquela sociedade, mas a relevância que tiveram para história de modo geral. Mesmo que não tenhamos vivido àquela época, naquele lugar, que não tenhamos feito parte do grupo dos que mandaram executar aquele povo, ou que não tenhamos sido herdeiros das vítimas, ainda assim essa história nos diz respeito. A tarefa do indivíduo que não foi o algoz nem a vítima, que não faz parte desta dicotomia, o seu espaço simbólico é o de ouvinte, de ouvir com atenção a história dos anônimos, dos que sobreviveram e silenciaram.

[...] Então nossa tarefa consistiria, talvez, muito mais em restabelecer o espaço simbólico onde se possa articular aquele que Hélène Piralien e Janine Altounian chamam de “terceiro”- isto é, aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e do assassinado, aquilo que, “inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo”. (GAGNEBIN, 2006, p. 56-57)

Apesar de não termos estado lá, de não sermos testemunhas oculares, temos o dever de memória e de verdade. Precisamos conhecer o que aconteceu e evitar que a história se repita, e que ela não se torne, por conta de nosso esquecimento, mais horrível que o que foi. Um papel que talvez caiba, neste caso, é o da testemunha. A testemunha não é apenas aquela que esteve presente num determinado evento, mas a que é capaz de ouvir e transmitir o passado.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa tomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a reinventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p. 57)

Não nos esqueçamos da figura discreta do ouvinte de Bernardino. Ele escuta calado a história do mestre do início ao fim, fazendo as vezes da testemunha,

que como já discutimos neste capítulo, não é apenas aquela que esteve presente e viu o que se passou. Mas é aquela que escuta o relato dos horrores de quem sobreviveu a uma catástrofe e narra com dificuldade o que viveu. A tarefa da testemunha é escutar e comunicar às gerações seguintes o que ocorreu. Assim, nós, os leitores, somos também as testemunhas de Caldeirão. O narrador, ao dirigir-se a nós quais interlocutores, nos impede da omissão e nos dá o papel de ouvintes e transmissores da história do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

4. Considerações Finais

Como discutimos, *Caldeirão* de Cláudio Aguiar é um romance de 1982 que surgiu em meio a um movimento cultural de recuperação da memória camponesa do sertão do Ceará. Não foi à toa que durante o mesmo período outras linguagens artísticas abordaram o evento como tema de suas obras, a exemplo disso, o filme *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* de Rosemberg Cariri (1986) e o teatro de Oswald Barroso: *A Irmandade da Santa Cruz do Deserto* (1986).

O sertão figurado no *Caldeirão* não se desfaz das figuras típicas do imaginário sertanejo, como a seca, a miséria, o abuso de poder, o mandonismo, mesmo porque o romance é baseado no evento ocorrido no Cariri cearense da década de 30, quando o Coronelismo começava a perder força e o país vivia as tensões de uma ditadura civil que contava com o apoio dos militares. Entretanto, a forma de apresentar aqueles elementos é diversa das consagradas abordagens do sertão na literatura.

Cláudio Aguiar permite que o sertanejo se expresse com sua própria voz, temos acesso ao seu olhar, à leitura que ele fez das coisas que viu e ouviu. Conhecemos todos os personagens da história por nome, mesmo os que aparecem com menos frequência na história: Chico Gole, Maria de maio, Tião Grande, Manuel Babau, Mariquinha, Tomásia e outros. Acerca de cada um deles temos um breve resumo biográfico. Ao autor importa que o leitor conheça cada pedaço da história, ou do que ela teria sido. Há uma evidente preocupação em não deixar nada

obscurecido ou opaco. A riqueza de detalhes se traduz na extensão do livro, nas quase quinhentas páginas de narrativa.

Assim, através do romance de Aguiar, não só a história da comunidade camponesa que não sobreviveu à represália e às investidas do Estado é colocada na vitrine, ganha maior visibilidade, como também o autor fornece aos leitores ferramentas que os permitem especular criticamente a história. Transformar o Caldeirão da Santa Cruz em Ficção permite que ampliemos a nossa forma de apreender aquela história. A literatura dilata os limites sob os quais enxergamos a história e nos possibilita refletir politicamente a respeito de grupos, que como aquele, foram dizimados. Ainda mais, a literatura nos faz problematizar o nosso presente, pensar em como o passado, ou em como nossas memórias interferem na contemporaneidade e no que está por vir.

A literatura fala de uma história que não foi, ou que poderia ter sido. Ela apresenta uma forma de ver o mundo. No caso de Caldeirão, o autor nos apresenta a ótica dos vencidos, diferente das que foram apresentadas pelos jornais à época do massacre. Nesse respeito temos acesso à outra versão de uma mesma história.

Analisamos as relações entre literatura e história pertinentes a este trabalho: as duas disciplinas ora se aproximam ora se distanciam. O fato de literatura e história serem discursos que se legitimaram no campo da escrita os fazem lançar mão das mesmas técnicas. A história, apesar de estar atrelada a um status de exatidão científica, é perpassada pelo subjetivismo humano presente em qualquer texto escrito. O historiador processa o amálgama histórico, os seus fragmentos, ele opera uma edição que transforma a história em um todo inteligível sem o qual não seria possível estudá-la e revisitá-la. Assim, nunca teremos acesso ao que foi a história propriamente dita, mas à seleção de fatos que o historiador produziu.

A literatura, além de partilhar as técnicas de escrita da historiografia, também já se propôs, por diversas vezes, a abordar os mesmos temas. Muitos eventos históricos se popularizaram através da Literatura, a propósito do tema deste trabalho, podemos citar *Os sertões* que deu visibilidade nacional à guerra de Canudos, que à semelhança do Caldeirão foi uma comunidade igualitária, de cunho

messiânico, baseada em uma espécie de comunismo primitivo¹⁴ que atraiu negativamente a atenção do governo.

Em *Caldeirão*, Cláudio Aguiar faz um movimento de presentificação daquela história. Ele não escreve em paralelo ao evento como o fez Euclides da Cunha, mas retoma um acontecimento que ocorreu cerca de cinco décadas antes (levando em conta que a primeira edição do romance é de 1982 e o ápice da sequência de eventos ocorridos em Caldeirão data de 1936). Daí também se faz o caráter memorialista de Caldeirão, além de o autor estar situado em um tempo posterior ao evento e fazer sua leitura a partir desta posição, olhando para um passado do qual ele não é mais contemporâneo, a própria narrativa do romance se estrutura através da lembrança. O narrador concede uma entrevista à ocasião do velório do beato a um interessado pelo Caldeirão e pelo velho Lourenço, a partir daí a história é desenvolvida. Outro aspecto que torna Aguiar diferente é no que tange à forma de tratamento destas personagens sertanejas. Cláudio Aguiar desconstrói a imagem que foi erigida e legitimada para o homem sertanejo engajado em movimento messiânico. Em *Os Sertões*, os moradores de Canudos são apresentados como beatos fanáticos alienadamente guiados por um líder, justamente por isso não tem poder de voz, a história deles é narrada pelo outro, por alguém que está do lado de fora da comunidade. Em Caldeirão os personagens são apresentados como heróis. É salientado o poder de organização de um grupo que não está pautado em parâmetros hierárquicos, que vive de forma igualitária, que produz quase tudo que precisa. A terra de Caldeirão era conhecida por ser um terreno acidentado e infértil, mas pela força de trabalho os moradores chegavam a produzir mais que o seu consumo e comercializar o excedente. Em Caldeirão tudo era de todos, todos trabalhavam e todos eram donos da terra e do que ela brotava. Os moradores não eram fanáticos malucos, praticavam sim, um catolicismo primitivo que alimentava sua fé e sua força para sobreviver e para fazer naquele momento dias melhores sem esperar para o futuro. Em Caldeirão nos é apresentada a visão interna da comunidade, através do olhar de um sobrevivente que narra as memórias do que foi a comunidade Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

¹⁴ O comunismo primitivo era baseado na produção comunitária, os bens eram repartidos conforme a necessidade e não havia a presença do Estado.

Bernardino é um dos “vencidos” que sobreviveu ao massacre. Ele narra sua história, que é também a história dos que viveram e lutaram pelas terras do Caldeirão e foram expulsos, quando não dizimados.

Estabelecemos as relações entre Literatura e memória e sua pertinência no tocante à ficcionalização da história do Caldeirão. Como afirmamos nos parágrafos acima, o romance é construído com base nas memórias de Bernardino que também representam as memórias da comunidade do Caldeirão como um todo. Daí a importância da discussão dos intercruzamentos da memória individual e da memória coletiva.

Ponderamos que a memória é também um das expressões da identidade do indivíduo visto que ele mesmo estabelece os critérios, os temas e os elementos de suas lembranças. Uma mesma situação pode ser lembrada de formas diversas por indivíduos diferentes. Isso acontece porque cada um, de forma inconsciente, irá operar uma seleção do que lembrar e do que esquecer. Dentre os objetos que permaneceram na memória alguns receberão mais ênfase e outros serão apenas uma tênue lembrança. Entretanto, a memória se constrói como um todo complexo, não de forma fragmentada. Dessa forma, à medida que recordamos, as nossas lembranças vêm situadas em contextos e permeadas de outros elementos que são coadjuvantes em relação ao ponto central da memória que estamos acionando. Nesse sentido, as memórias individuais também tem caráter coletivo, pois os nossos arquivos de memória, quando trazidos à tona, vêm misturados às memórias dos outros.

Esse processo fica muito claro no romance objeto deste trabalho. Apesar de a narrativa se dá através de apenas um homem recordando o passado, somos apresentados a uma rede de histórias que se inter-relacionam e se completam.

Caldeirão nos apresenta uma forma de ver o massacre da Santa Cruz do Deserto diversa da que foi apresentada pelos jornais da época influenciados pelos interesses das autoridades políticas. E é neste ínterim que se dá a pertinência desta pesquisa. A literatura constrói um hall de possibilidades para história que leva o leitor a especular como ela poderia ter sido, lança base para criticá-la e problematizá-la. Além disso, o romance compõe um movimento de retomada das memórias esquecidas, de memórias cujos autores receberam pouca ou nenhuma atenção

histórica. *Caldeirão* coloca em pauta o trabalho de acesso e leitura das marcas do passado no presente, como elas interferem na contemporaneidade e como podem influenciar positivamente a história que iremos construir.

ANEXO I

Impressões do Cariri

Neste capítulo pretendemos, de forma bastante breve, fazer um registro das impressões acerca da viagem ao Cariri e a Fortaleza. Foi um momento muito produtivo da pesquisa, no qual tivemos a oportunidade de visitar vários espaços e pessoas que deram contribuições pertinentes à nossa pesquisa.

A ida ao Cariri não foi complicada. Apesar da distância, e apesar de construir um complexo no meio do sertão cearense, o local se torna acessível por conta do aeroporto em Juazeiro do Norte com frequentes pontes aéreas à capital. Por sua vez entre Juazeiro e as cidades vizinhas, como Crato e Barbalha, existem diversos transportes coletivos de baixo custo, o que favorece o trânsito intermunicipal.

Juazeiro do Norte é uma cidade economicamente desenvolvida, chegando a ser considerada a segunda maior cidade em importância econômica no estado do Ceará. Nossas investidas na pesquisa concentraram-se lá e no Crato. As impressões pessoais foram boas em relação às pessoas. Desde a nossa chegada todos se mostraram sempre muito disponíveis e interessados. A cidade conserva o clima de cidade de interior, as pessoas são muito prestativas.

Além dos diversos museus, igrejas e centros de memória, Juazeiro ainda conta com um centro cultural BNB¹⁵ e um centro cultural SESC¹⁶, que inserem a cidade no circuito cultural cearense.

Além das outras fontes de recursos da cidade, o turismo tem caráter expressivo no seu quadro econômico. Ficamos surpresos com a força e a fidelidade do turismo religioso que atrai pessoas de todas as partes do Brasil com bastante regularidade. Não tínhamos noção da importância espiritual da cidade onde viveu o maior ícone da igreja católica no Brasil, Pe. Cícero. Em diversas épocas do ano, caravanas trazem fervorosos ex-votos e novos fiéis que vêm fazer promessas na esperança convicta de alcançaram as graças almejadas.

¹⁵ Banco do Nordeste do Brasil.

¹⁶ Serviço Social do Comércio.

A visita ao Crato foi direcionada especificamente ao encontro com Domingos Sávio Cordeiro, professor do curso de Ciências Sociais da URCA¹⁷. Cordeiro pesquisou as memórias do Caldeirão durante seu mestrado. O trabalho final do curso resultou na publicação do livro *Um beato líder: Narrativas memoráveis do Caldeirão*. Essa obra foi a mais usada no primeiro capítulo desta dissertação. A visita ao Crato desencadeou uma conversa proveitosa com o professor, que falou sobre como teve contato com a história do Caldeirão e como conheceu suas diversas versões.¹⁸ A discussão foi muito rica, envolvendo desde o andamento desta pesquisa, passando pelo que já foi produzido acerca do Caldeirão e desembocando nas controvérsias que existem acerca da veracidade do massacre. A conversa também gerou informações novas, como o fato de Caldeirão já ter sido tombado. Tomamos conhecimento, ainda, de uma ação no Ministério Público com pedido de indenização para as vítimas do Caldeirão. Inclusive, como uma das maiores referências cearenses sobre o assunto, o Prof. Domingos Sávio Cordeiro foi procurado a fim de prestar ajuda no tocante às “Informações acerca da existência de estudos ou trabalhos científicos relacionados ao chamado Massacre do Caldeirão, notadamente estudos que indiquem, se possível, a existência de cova coletiva das vítimas do mesmo, para fins de localização e preservação da memória histórica”. A resposta prestada pelo professor em atenção à solicitação foi a seguinte: “Em atenção a sua mensagem informando ação do Ministério Público a respeito do suposto “massacre do Caldeirão” envio-lhe meu depoimento que se lhe parecer satisfatório poderá ser encaminhado à instância judiciária interessada. Durante cinco anos de minha vida acadêmica convivi com pessoas remanescentes de comunidades lideradas pelo Beato José Lourenço, protagonista das comunidades Sítio Caldeirão, no Crato – CE e Sítio União em Exú - PE. Do material produzido tive oportunidade de escrever uma dissertação de mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, intitulada “Memórias e narrações na construção de um líder” (2002); um livro pela editora Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará intitulado: “Um beato líder; narrativas memoráveis do Caldeirão” (2004), e mais de uma dezena de artigos publicados em anais de congressos de Sociologia que participei no Brasil e em Portugal. No início dos meus estudos

¹⁷ Universidade Regional do Cariri.

¹⁸ A entrevista integral foi registrada no Anexo II desta dissertação.

acreditava como a maioria dos estudiosos do Caldeirão que teria havido o tal “massacre”. O motivo para essa crença talvez esteja no fato de que todos nós lemos Rui Facó (1976). Em sua obra célebre “Cangaceiros e fanáticos” ele afirma, e nunca se soube com base em que fontes, que o Caldeirão teria sido bombardeado por aviões da força militar ao mesmo tempo em que teria havido uma chacina por terra. No Estado do Ceará o jornalista Tarcísio Holanda, o cineasta Rosenberg Cariri e o diretor de teatro Oswaldo Barroso, assim como eu, aderimos publicamente essa versão Posteriormente, com referência em todos os depoimentos que ouvi da boca dos que moraram no Caldeirão, conclui que nunca houve tal “massacre.” Os fatos históricos são estes:

- Em 20 de julho de 1934 morre o Padre Cícero. Em seu testamento o Caldeirão passava a ser propriedade da Ordem dos Salesianos;
- A “comunidade” originada em torno de 1926 teve seu fim a partir de setembro de 1936, destruída por forças militares do Estado do Ceará;
- Tomada de assalto por forças policiais, a “comunidade” acusada pelo Estado de comunista e fetichista foi invadida, saqueada e destruída. Parte da população foi presa e levada para Fortaleza, capital do estado, onde ficou trancafiada nos porões da Delegacia de Ordem Pública e Social, o DEOPS. Outros penetraram na floresta da Chapada do Araripe e se dispersaram na mata. Muitos foram obrigados a migrar para qualquer lugar;
- José Lourenço fugiu e refugiou-se na “Mata dos Cavalos”, hoje, conhecida como Sítio Cruzeiro. Nesse sítio, parte dos ex-moradores do Caldeirão reencontrou o beato e passaram a conviver clandestinamente;
- No ano de 1937, alguns dos trabalhadores do Caldeirão liderados por outro beato, Severino Tavares, entraram em confronto com forças policiais. Há registros que o incidente resultou em quatro mortes de cada lado. Entre os mortos, o Sargento Bezerra e o Beato Severino Tavares;
- O filho do Beato Severino Tavares na intenção de enterrar o corpo do pai tentou, mas nunca conseguiu localizar o local onde Severino sucumbiu;

- Para além disso não há documentos, resquícios arqueológicos, nem registro de depoimentos orais que confirmem a versão da suposta chacina.”¹⁹

Além das informações prestadas, o depoimento de Cordeiro também nos faz visualizar as diversas versões da história de Caldeirão, como propomos na argumentação teórica deste trabalho.

Em Fortaleza, além das bibliotecas visitadas, tivemos uma conversa com o Sr. Zelito Magalhães, jornalista, escritor e presidente da Academia de Letras e Artes do Ceará (ALACE).²⁰

O calor do sertão cearense aqueceu as engrenagens da nossa pesquisa e nos deu fôlego para continuá-la. Materializar tudo que lemos sobre aquelas paragens foi, de fato, emocionante. Não foi à toa que os retirantes se encantaram com Juazeiro e enxergaram nela a terra prometida. Apesar da secura do clima, a serra do Cariri continua verdejante dando esperança e amenizando a vida das pessoas que se achegam ao lugar.

¹⁹ O referido depoimento foi gentilmente cedido via e-mail pelo Prof. Dr. Domingos Sávio de Almeida Cordeiro

²⁰ A entrevista integral foi registrada no Anexo II desta dissertação.

ANEXO II

Entrevista com o Prof. Dr. Domingos Sávio Cordeiro, Prof. Dr. da Universidade Regional do Cariri, Crato-CE.

O prof. Dr. Domingos Sávio Cordeiro nasceu no Crato e entrou em contato com a história do Caldeirão ainda na infância.

A versão que escutava de seus familiares, e que era noticiada na cidade, denegria a imagem dos moradores de Caldeirão e criava uma imagem negativa acerca de seu comportamento. Ao sair da cidade para dar continuidade aos seus estudos em Recife, novamente entra em contato com o Caldeirão, desta vez, visto sob outra ótica. O Caldeirão foi encarado por aqueles estudiosos como uma das grandes referências brasileiras no tocante às insurreições rurais. Cordeiro resolveu, então, conferir a fundo a história de Caldeirão que virou tema de sua pesquisa no mestrado. O resultado deste envolvimento foi o livro: *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*. A obra foi referência constante na primeira parte desta dissertação.

ENTREVISTADOR: O que o senhor tem ouvido falar acerca da veracidade do massacre? Existem controvérsias sobre sua existência?

ENTREVISTADO: Os jornais *O povo*, *Estado da Bahia*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Brasil* noticiaram os conflitos que a comunidade do Caldeirão enfrentara com o governo. Falaram a respeito do confronto entre as forças militares e paramilitares e os beatos do Caldeirão. As notícias são confusas. Os jornais falam sobre homens armados sob o comando de José Lourenço. Ora dizem que eles estão em Pernambuco, ora dizem que estão na Bahia. Quando na verdade estavam todos refugiados no sítio Mata dos Cavalos, no Araripe.

Na verdade, o que existe de base a respeito do bombardeio aéreo ocorrido no Caldeirão vai surgir na obra *Gangaceiros e Fanáticos* de Rui Facó.

ENTREVISTADOR: Em que situação se encontra hoje o sítio de Baixa Dantas, onde vivia a comunidade liderada por Zé Lourenço antes de ir para o Caldeirão?

ENTREVISTADO: O que eu sei sobre o sítio Baixa Dantas é que ele foi vendido e hoje é propriedade de um médico, mas eu realmente não conheço o local. Em Exu, porém, ainda existem resquícios arqueológicos da passagem da comunidade Caldeirão naquelas terras. Esse foi o local onde viveram em paz, infelizmente por pouco tempo.

Em minha opinião tudo isso foi o Caldeirão, o sítio União era o Caldeirão em Pernambuco.

ENTREVISTADOR: Como o senhor encara a comunidade Caldeirão? O que foi o Caldeirão em sua opinião?

ENTREVISTADO: Foi uma reunião de pessoas que partilhavam de ideias políticas comunistas. Não do comunismo político, de Estado. Eles se relacionavam com a comunidade como um todo e não queriam provocar grandes mudanças nela, mas viviam de forma igualitária e internamente tinham suas próprias regras de conduta e interação. Aquele comportamento configurava uma espécie de comunismo primitivo que se assemelhava ao cristianismo original. Inclusive, Maria Isaura Pereira de Queiroz vai falar que essas duas doutrinas são muito próximas, ambas buscavam a igualdade entre os homens. Segundo o Comunismo, somos iguais diante da sociedade e, segundo o Cristianismo, somos iguais perante Deus.

O Caldeirão tem essa característica. A comunidade acontece porque uma liderança instala esse desejo num contingente humano que queria isso, que queria viver aqui na terra em igualdade. As pessoas não queriam esperar viver o paraíso no futuro, eles queriam o paraíso agora.

Talvez por isso aquela terra atraísse tantas pessoas. A grande maioria de sua população era proveniente do Rio Grande do Norte. O Caldeirão cresceu em número depois da seca de 32, muitos acorreram àquela terra em busca de ajuda.

No entanto, não só miseráveis, mas pessoas de diferentes classes sociais queriam conhecer Caldeirão, que ficou conhecida como terra santa, sem males.

Além disso, havia um diferencial naquele líder. As pessoas se sentiam cativadas pela personalidade do Beato, segundo o relato de remanescentes do Caldeirão, Zé Lourenço era uma pessoa muito amorosa e pacata.

ENTREVISTADOR: Hoje o local onde existiu o Caldeirão é um lugar acessível?

ENTREVISTADO: Salvo engano, o sítio Caldeirão foi tombado no ano de 2006. Assim, ele vive sob a tutela do IPHAN²¹.

O Caldeirão tem se tornado um lugar de visitação. Inclusive todos os anos Dom Fernando Panico promove em setembro uma missa no Caldeirão por acreditar que aquele é um espaço santo.

À época do tombamento do Caldeirão fui procurado pelo Governo do Estado do Ceará e pela Prefeitura do Crato para dar sugestões do que se poderia fazer com o sítio Caldeirão. Eu pensei em criar naquele espaço uma oficina de artesanato produzido por crianças. Seriam objetos que lembrassem o Caldeirão, como pequenas esculturas de igrejas e cruzeiros, por exemplo, os produtos serviriam como souvenir para os visitantes. Ao mesmo tempo em que se divulgaria a história de Zé Lourenço, o visitante estaria portando um objeto de memória.

O que acabou acontecendo foi a construção de um grande edifício que seria espaço para auditório, museus, dentre outras coisas. Não foi desenvolvido nenhum projeto ali. Hoje o sítio conta com um funcionário da prefeitura, sr. Raimundo, que se diz descendente/remanescente do povo do Caldeirão.

Na verdade, o Sr. Raimundo chegou ali muito depois, com um grupo do MST que ocupou o local. A prefeitura cedeu aquela terra para cultivar, porém o local não era produtivo, o terreno é muito acidentado e pedregoso, não é bom para agricultura. Então, quando a prefeitura conseguiu outro espaço, uma várzea, uma terra melhor para cultivo, o grupo foi transferido. Mas aquele senhor foi preservado lá pela prefeitura.

ENTREVISTADOR: Quando e como o senhor entrou em contato com a história do Caldeirão?

ENTREVISTADO: Desde a infância eu ouvi falar no Caldeirão, inclusive li referências ao beato Zé Lourenço na obra de Jorge Amado. Na introdução de um de seus livros, Amado cita o beato: "É o beato José Lourenço, esse santo de homens, disseminando sua seita pelo sertão, embuchando mulheres às dezenas".

²¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Além disso, como sou natural aqui do Crato, as histórias sobre o beato e o Caldeirão circulavam pela cidade, e eram bem parecidas com o que contava Jorge Amado. Comentavam que ele tinha um harém, se relacionava com dezenas de mulheres e meninas.

Zé Lourenço era um agiota que emprestava dinheiro no Crato. Ele era um comunista que importava armas de Moscou e que preparava uma revolução. Comentava-se também que as pessoas eram fanáticas e que ali era um antro de devassidão.

Os boatos criados em torno de José Lourenço nada mais eram que o fato de ele ser: preto, pobre, descendente direto de escravos. Além disso, a comunidade que ele liderava e as pessoas que o acompanhavam divergiam da metodologia da Igreja. Àquela época a igreja era muito romanizada e elitizada, inacessível à grande maioria.

Por outro lado aquela comunidade despertava muita inveja das pessoas ao redor porque era próspera. Como eles trabalhavam muito e produziam, o excedente ia acumulando. Então, eles tinham cereais, gado, algodão, dentre outras coisas. Aquela terra se tornou alvo de interesse, em especial da Igreja, porque se pensava que era boa e fértil, quando na verdade ela era apenas fruto de trabalho árduo e conjunto.

Não só era a Igreja que tinha interesse no Caldeirão, mas também o governo. Ao invadir o sítio o governou pilhou e saqueou o lugar.

Essas foram as coisas que eu ouvi a respeito do Caldeirão durante a infância. Depois de terminar a educação básica, como não havia muita opção do que fazer no Crato, a maioria da minha geração migrou para o Recife e deu continuidade aos estudos lá. Foi o que aconteceu comigo também.

Ao chegar em Recife, eu entrei em contato com a academia e com alguns sociólogos que estavam mais próximos da luta dos trabalhadores. Por lá se contava outra história. Existia uma versão do Caldeirão na qual ele era símbolo de luta pela terra. Quando eu entrei no Mestrado quis estudar a história do Caldeirão.

Depois de pesquisar mais a fundo a história, inclusive entrevistando pessoas que viveram no Caldeirão e pessoas que não moraram lá, mas acompanharam sua história, eu notei que não existia um Caldeirão, existiam os Caldeirões.

ENTREVISTADOR: O Caldeirão propagado nos jornais, o Caldeirão pesquisado na academia, e o Caldeirão dos remanescentes de José Lourenço. Por que essas versões existem?

ENTREVISTADO: Porque em uma sociedade multifacetada as pessoas constroem sua memória de acordo com sua visão de mundo e de acordo com o que elas acreditam ser melhor. No processo de memória, muita coisa é lembrada e muita coisa é esquecida. Algumas são esquecidas propositadamente.

ENTREVISTADOR: Em relação as tantas versões de Caldeirão, com qual delas Cláudio Aguiar mais identifica seu romance?

ENTREVISTADO: O Cláudio Aguiar declaradamente se propõe a contar a história dos vencidos. Ele tenta desconstruir a história contada nos jornais, que chama de fanáticos aqueles moradores. Mas, o fanatismo nada mais é que a religião do outro.

Os fanáticos dão lugar a heróis que foram esquecidos pela história e resgatados no romance.

ANEXO III

Entrevista com Zelito Magalhães, presidente da Academia Cearense de Letras.

ENTREVISTADOR: O que o senhor sabe sobre a vida no Caldeirão?

ENTREVISTADO: Aquele terreno pertencia ao Pe. Cícero e foi cedido por ele a José Lourenço e ao grupo que ele liderava.

Todos os dias, antes e depois do trabalho, existiam os rituais de fé, as rezas. Eles trabalhavam muito e por isso sempre tinham excedente. Logo, começaram a vender o que não consumiam e acumular recursos. No entanto, o final daquela família, assim eu os encaro, não foi feliz. As tropas do governo lideraram um massacre que matou mais de 300 pessoas.

ENTREVISTADOR: A história do bombardeio aéreo é verídica?

ENTREVISTADO: Não, aquilo não é muito verídico. Mas é verdade que eles foram atacados pelo primeiro tenente e pelo segundo tenente. Eu conheci os dois, José Goes de Santos Barros e Manoel Cordeiro Neto. Esse último foi apelidado de homem da lata. Ele recrutava os homens que encontrava pelos bares e dava-lhes latas furadas para carregarem massa para fazer alvenaria. Eles se sujavam de massa à medida que a transportavam. Assim foi construído o prédio no qual atualmente funciona a secretaria de polícia, às custas dos ociosos que Cordeiro Neto recrutava para construção civil.

ENTREVISTADOR: O que o senhor sabe a respeito do extermínio da comunidade?

ENTREVISTADO: Eu sei que foram matar o beato em Exu, Pernambuco. Antes disso, procuraram ele por todo lugar e não encontraram, ele estava escondido com o povo em Mata dos Cavalos.

ANEXO IV

Abaixo deixamos o registro de algumas imagens feitas durante a viagem ao Cariri Cearense, a maioria delas realizada no município de Juazeiro.



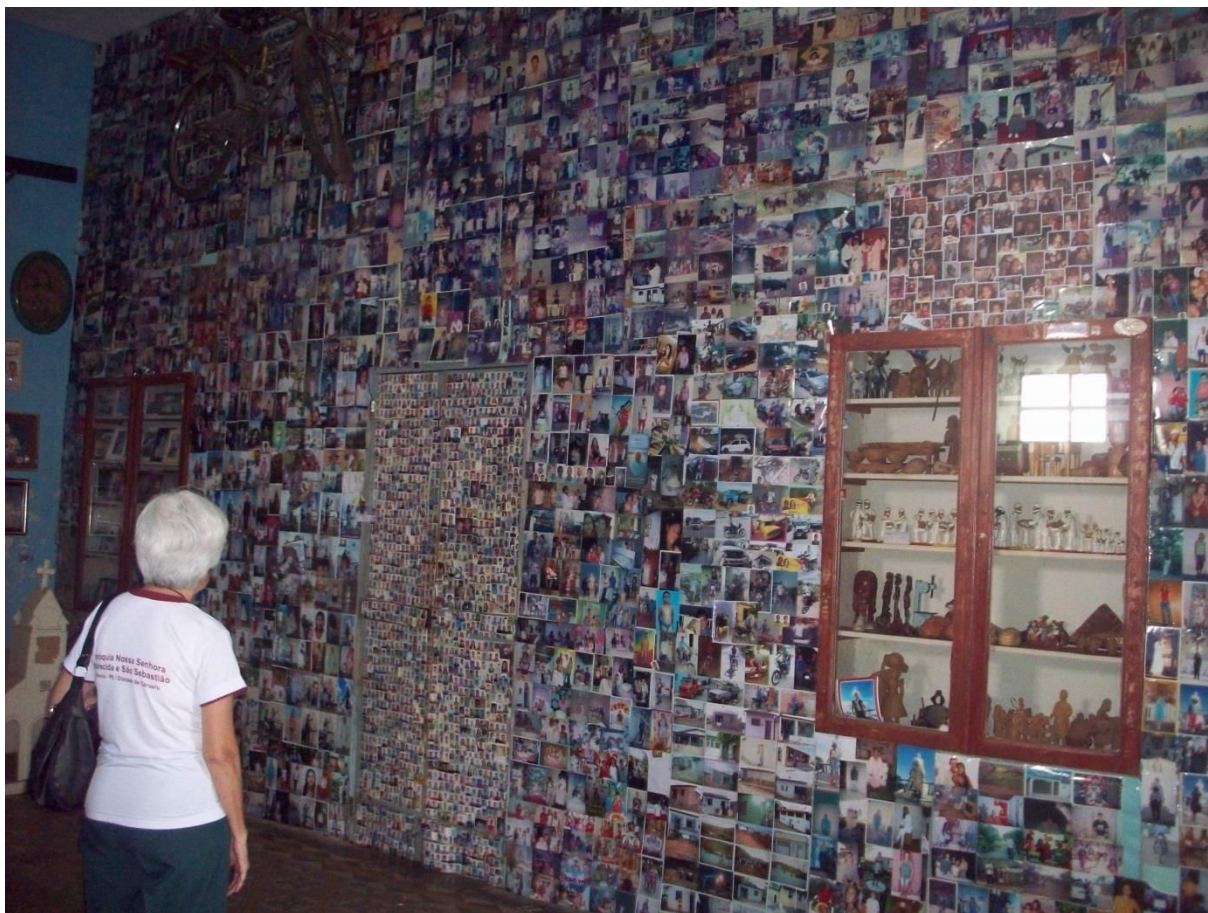
Casa Museu do Pe. Cícero.



Imagem de Pe. Cícero em uma das salas do museu.



Ex-votos de Pe. Cícero.



Ex-votos de Pe. Cícero.



Ex-votos de Pe. Cícero.



Estátua de Pe. Cícero no Horto.



Jazigo do Be. José Lourenço na capela de N. Sra. do Socorro.

5. Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Cláudio. *Caldeirão: A guerra dos beatos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Calibán, 2005.
- AGUIAR, Cláudio. *Exercício para o salto*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1972.
- AGUIAR, Cláudio. *Lampião e os meninos*. 3ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1990.
- AGUIAR, Cláudio. *A volta de Emanuel*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1989.
- AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2009.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nos Destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.
- ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros Almeida. Memória e Esquecimento. As causas e consequências do artigo “O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri”, de José Figueiredo. *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. São Paulo: www.pucsp.br/revistacordis, 2010.
- ALVES, Tarcísio Marcos. *A Santa Cruz do Deserto- Ideologia e protesto no Sertão nordestino- a comunidade igualitária do Caldeirão*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1994.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- AYMARD, Maurice. História e memória: construção, desconstrução e reconstrução. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 153, abril-junho de 2003.

- BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In.: *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Rio de Janeiro: Ed Globo. 1986.
- BRITO, Ronaldo Correia de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2008.
- BRITO, Ronaldo Correia de. *As noites e os dias*. Recife: Bagaço, 1997.
- CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. XXI Simpósio de plantas medicinais do Brasil, João Pessoa-PB, Brasil. *Dominguezia*, vol. 27(1)-2011. Endereço eletrônico: <http://www.dominguezia.org.ar/volumen/articulos/2714.pdf>
- CAMPOS, Eduardo. Caldeirão: subsídios à redefinição de sua história. *Revista do Instituto Ceará*. 2006.
- _____. *Medicina Popular do Nordeste: superstições, crendices e mezinhas*. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1967.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- _____. Direito à Literatura. In.: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- CARIRY, Rosemberg, HOLANDA, Firmino. *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto-apontamentos para história*. Fortaleza: Interarte, 2007.
- _____. *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto-apontamentos para história*. Fortaleza: Cariri Filmes, 1985 (73 min. - colorido).
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- CERTEAU, Michel De. A Operação Historiográfica. In.: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. História e literatura. In.: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 255-271.
- COMPAGNON, Antoine. A História. In.: *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 195-224.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. *Um beato Líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*- Fortaleza/ Universidade Federal do Ceará. 2002.

_____. Caldeirão da Santa Cruz: Memórias de uma utopia comunista no Nordeste brasileiro. *VI Congresso Português de Sociologia- Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25 a 28 de junho de 2008, n. de série 712.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.

DEBS, Sylvie. *Cinema e Literatura no Brasil: Os mitos do Sertão: Emergência de uma identidade nacional*. Fortaleza: Interarte, 2007.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1985.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FASCINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FRENTRESS, James. Recordar. In: FRENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994.

GAGNEBIN, Jean Marie. *Lembrar, Esquecer, Escrever*. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. Sete aulas sobre linguagem, memória e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. *Revista USP*, São Paulo, n. 82, p. 54 a 67, junho/agosto 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro editora, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 20035.

LOPES. Francisco Régis. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e sua comunidade*. Fortaleza: EDUECE, 1991.

LIMA, Luiz Costa. História e Literatura: três momentos de uma relação. In.: *Terra ignota: a construção de "Os Sertões"*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 213-237.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALLARD, Letícia. Ficção e História na narrativa contemporânea. In.: *Literatura e dissidência política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 85-93.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza; Vasconcelos, Gabriel Assis Araújo. O Caldeirão do Beato José Lourenço: Fé, Trabalho e Luta Social. *I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco- Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje*. UFRPE, Recife, Pernambuco, de 3 a 5 de outubro de 2007. Anais eletrônicos-ISBN 978-85-87459-57-2.

NETO, Lira. *Padre Cícero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 114ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Sargento Getúlio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. A memória Coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (direção). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História, Memória e Identidade. IN: GOMES, Carlos Magno & ENNES, Marcelo Alário. *Identidades: Teoria e prática*. São Cristovão: Editora da UFS, 2008, p.46-55.

SANTOS, Samarkandra Pereira Dos. *Caldeirão*, de Cláudio Aguiar: O Narrador se Faz Memória de um Povo. Dissertação (mestrado em Letras). Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Anistia e (In)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. In: Literatura e Autoritarismo, Memórias da Repressão. Revista nº 9, 2006. Endereço eletrônico: http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_02.php

_____. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In.: História, Memória e Ficção: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003, p. 371-386.

SILVA, José Graziano da. *A questão Agrária*. São Paulo: editora brasiliense, 1989.

SILVA, Judson Jorge da. Do Sonho á devastação, onde tudo se (re)constroi: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri-CE. *Revista Nera*. Presidente Prudente, Ano 12, n. 14- Janeiro/Junho de 2009- ISSN: 1806-6755.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. *O discurso Religioso no processo migratório para o Caldeirão do beato José Lourenço*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra*. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA JÚNIOR, Renato Otero da. *Galvez imperador do Acre: O discurso do romance e a ficcionalização da história*. Rio Grande, 2006, Dissertação (Mestrado em História da Literatura)- Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

TORRES, Antônio. *Essa Terra*. São Paulo: Ática, 1976.

TREVISAN, Ana Lúcia; ATIK, Maria Luíza Guarnieri. A ficcionalização da história em A viagem do elefante. Todas as Letras: *Revista da Universidade Presbiteriana Mackenzie*, São Paulo, vol. 12, nº 2, 2010.

Viento del Nordeste. Homenaje Internacional al Escritor Cláudio Aguiar. Cátedra de Poética Fray Luis de Leon. Universidade Pontifícia de Salamanca, Espanha, 1995.

VINCENTINI, Albertina. O Sertão e a Literatura. In: *Sociedade e Cultura*. 1 (1), 41-54, jan./jun. 1998.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social (A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. São Paulo: Ática, 1977.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Ed. USP, 1994.

ZIZEC, Slavoj. *Lacrimae Rerum: Ensaios sobre cinema moderno*. São Paulo: Boitempo, 2009.